



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato inaugural da 18ª Cúpula Presidencial do Grupo do Rio**

**Rio de Janeiro-RJ, 04 de novembro de 2004**

Senhores chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio,  
Senhoras primeiras-damas,  
Minha querida companheira Marisa,  
Senhores vice-presidentes,  
Senhores chanceleres,  
Senhores membros das delegações presentes à 18ª Reunião do Grupo do Rio,

Meus caros amigos e amigas,  
Assessores,  
Jornalistas,

É grande minha satisfação em reencontrar, aqui, meus colegas e amigos chefes de Estado e de Governo dos países que formam o Grupo do Rio. Espero que o Encontro que hoje se inicia possa comprovar nossa capacidade de atuar conjuntamente e de oferecer as respostas concretas reclamadas por nossos povos.

Teremos a oportunidade de conversar sobre os grandes desafios que enfrenta a nossa região. Mas teremos, também, de tomar decisões. A frequência com que nos encontramos, ao longo do último ano, demonstra a enorme necessidade e o forte desejo de trabalharmos em conjunto.

Por isso, agradeço a presença de nossos convidados, do presidente da Corporação Andina de Fomento, Enrique Garcia; do secretário-executivo da Cepal, José Luis Machinea; do presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul, Eduardo Duhalde; do presidente do Parlatino, Ney



Lopes; do subsecretário para Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, José Antonio Ocampo e estendo a todos as boas-vindas, em nome do povo brasileiro.

Quero expressar meu reconhecimento – e creio interpretar o sentimento de todos – pelo trabalho do presidente Toledo e da Secretaria Pro Tempore peruana na coordenação do Grupo em 2003. Somos gratos pelo impulso inovador que souberam dar ao Grupo do Rio e pelas iniciativas a que procuramos dar continuidade este ano.

Há dezoito anos, nesta mesma cidade, formamos o Grupo do Rio para somar esforços na busca de soluções próprias para nossos problemas. A diplomacia e o diálogo político fortaleceram-se, desde então, como valiosos instrumentos para promover a paz e impulsionar o desenvolvimento sustentável de nossa região.

Devemos aproveitar a oportunidade que nos oferece o notável amadurecimento político da América Latina e Caribe nos últimos anos.

Temos hoje a clara consciência de que os conflitos e os problemas que enfrentamos são maiores e mais complexos do que nossa capacidade de equacioná-los individualmente. Nenhum país pode prescindir do diálogo e da cooperação.

Por isso queremos, cada vez mais, lançar mão da ação conjunta como ferramenta essencial para dar respostas ao desafio do desenvolvimento e da inclusão social.

Aceitamos nossas responsabilidades. Não abdicamos do direito de tomar o destino em nossas próprias mãos. Para atingir objetivos comuns, contamos com nossas convicções democráticas e com nosso espírito de conciliação e de tolerância. Temos o imperativo de construir uma região mais próspera e mais democrática.

O Grupo do Rio é, por isso, um importante instrumento. A família latino-americana e caribenha de nações precisa usá-lo como um espaço adequado



de consulta e concertação política que nos permita enfrentar nossos desafios coletivos.

Caros amigos,

Nossa solidariedade regional está sendo testada na grave crise por que passa o Haiti. Com espírito de solidariedade, o Brasil e outros países de nossa região têm oferecido apoio à missão da ONU nessa nação irmã.

A estabilização e a reconciliação são tarefas complexas, como a própria história do Haiti tem nos ensinado.

A preocupação exclusiva com a manutenção da ordem não será suficiente para sustentar a democracia. Isso já foi tentado anos atrás, sem êxito e sem benefício concreto para a população haitiana.

É preciso que a comunidade internacional se mobilize para atender as necessidades prementes do povo haitiano.

Devemos contribuir para a paz e o fortalecimento da democracia, mas também colaborar com soluções eficazes para a reconstrução do país, com resultados palpáveis para a população. O restabelecimento da dignidade do povo haitiano só será possível se for centrado num genuíno esforço de cooperação que cabe a todos nós.

A ação internacional contra a fome e a pobreza representa apoio decisivo aos esforços que os mais pobres entre nós vêm fazendo para enfrentar esses desafios.

Em setembro último, em Nova Iorque, lançamos um movimento para buscar soluções inovadoras e realistas a fim de ampliar o apoio da comunidade internacional a essas causas. Mais de 60 chefes de Estado e de Governo presentes endossaram esse chamamento. Mais de 130 países o apoiaram.

Vamos continuar dialogando com o objetivo de elaborar propostas que se traduzam em novo patamar de cooperação internacional, mais vigoroso e solidário, para combater as mazelas da fome e da pobreza. Façamos do Haiti um exemplo de nossa disposição.



Mas também devemos seguir trabalhando por um acesso maior e mais previsível aos mercados internacionais. Devemos persistir em pôr fim a práticas discriminatórias ao comércio de nossos produtos.

Estamos animados com os importantes resultados que conseguimos na OMC, em Genebra. Eles demonstram que nossa coesão nos permite avançar em áreas essenciais para o crescimento da economia e do emprego. Devem, portanto, servir de estímulo para que sigamos unidos em defesa de um sistema multilateral de comércio equilibrado, que ofereça oportunidades de desenvolvimento para todos.

Em nossa região, avançamos na integração. Exemplo é a recente conclusão do acordo entre o Mercosul e a Comunidade Andina. Esse extraordinário resultado só aumenta minha confiança no potencial de aproximação dos nossos países.

Estreita-se também a cooperação entre os vários processos de integração na América Latina e Caribe.

Estamos dando claras demonstrações de vontade e maturidade políticas.

Senhores presidentes,

O fortalecimento e a consolidação da democracia em nossos países devem ser complementadas pela ampliação e aprofundamento da governança democrática no plano internacional.

Este é um momento decisivo. A comunidade internacional é chamada a refletir sobre a atualização da estrutura política de preservação da paz e da segurança internacionais.

Nossa região tem um histórico compromisso com a solução pacífica das controvérsias. Deve manter-se unida na defesa do sistema multilateral, o único capaz de oferecer as bases para o exercício da democracia no plano internacional.

O Brasil acredita na necessidade de renovação e fortalecimento do



Conselho de Segurança da ONU. A presença de países em desenvolvimento entre seus membros permanentes é fundamental para assegurar a legitimidade e representatividade dos órgãos dedicados à segurança coletiva.

Meus amigos,

Vejo o mundo com olhar múltiplo: brasileiro, sul-americano, latino-americano e caribenho.

Quero conhecer melhor as perspectivas de meus colegas neste encontro. Espero que esta Cúpula nos permita dialogar com informalidade, intercambiar pontos de vista e experiências, apontar caminhos para a atuação coletiva de latino-americanos e caribenhos.

Buscaremos ir além da retórica, com soluções que ampliem nossa solidariedade regional. Precisamos encontrar respostas aos desafios da democracia, do crescimento econômico com equidade, da promoção dos direitos humanos em nossa região.

Por isso, em minhas palavras finais quero fazer um chamado para construirmos juntos uma visão própria de nossos problemas, buscando em nossa própria comunidade as melhores soluções.

Convido-os a aproveitar esta oportunidade para que possamos aprofundar o diálogo, discutir as nossas convergências e divergências e, sobretudo, discutir os entendimentos que tanto necessitamos.

Com estas palavras eu declaro aberta a 18ª Cúpula do Grupo do Rio.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o jantar oferecido aos chefes de Estado, de Governo e vice-presidentes do Grupo do Rio e Senhoras**

**Rio de Janeiro-RJ, 04 de novembro de 2004**

Senhores chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio,  
Senhoras primeiras-damas,  
Minha querida companheira Marisa,  
Senhores vice-presidentes do Grupo do Rio e senhoras,  
Senhores funcionários do Grupo do Rio,  
Embaixador Celso Amorim, ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil e sua senhora Ana Maria Amorim,  
Senhores ministros de Estado, Guido Mantega, do Planejamento, Orçamento e Gestão;  
Ciro Gomes, da Integração Nacional e sua senhora Patrícia Pillar,  
Minha querida Nilcéa Freire, a nossa secretária especial de Políticas para as Mulheres no Brasil,  
Senhores membros das delegações presentes da XVIII Reunião do Grupo do Rio,  
Meus queridos companheiros senadores,  
Deputados presentes a esta reunião,  
Minhas amigas e meus amigos,  
Senhores presidentes e caros amigos,

Gostaria de repetir que Marisa e eu temos enorme prazer em recebê-los no Rio de Janeiro para a XVIII Cúpula do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política do Grupo do Rio.

Como já disse na abertura dos nossos trabalhos, o formato dos encontros do Grupo do Rio presta-se ao diálogo franco, à aproximação das



posições dos nossos governos e à construção conjunta de uma visão regional própria dos problemas e desafios que vivemos ou testemunhamos.

A participação de nossos convidados especiais e as contribuições recebidas do Parlatino e do Grupo de Especialistas de Alto Nível que havíamos convocado enriquecem nossa agenda.

Coincido plenamente com as recomendações do trabalho coordenado pelo Parlatino sobre a importância do intercâmbio entre os Poderes Legislativos dos nossos países para o avanço dos ideais de integração que tanto perseguimos. No caso do Brasil, o propósito de integração latino-americana está inscrito na própria Constituição, como sabem, abrindo-se aqui uma oportunidade concreta de colaboração entre os parlamentos.

Subscrevo, com igual entusiasmo, a proposta do relatório do Grupo de Especialistas apresentado pelo doutor Antonio Ocampo, no sentido de se dar um crescente conteúdo político e social ao nosso regionalismo, procurando criar ao mesmo tempo mecanismos efetivos de instrumentação para os acordos em que o pactuamos. Já estamos trabalhando nesse sentido, na América do Sul, com a idéia de constituir uma Comunidade Sul-americana de Nações.

A concretização das possibilidades que a integração oferece servirá para multiplicar nossos esforços nacionais, e nos permitirá crescer juntos.

O desenvolvimento com inclusão social é o único caminho que nos permitirá resgatar dívidas históricas com nossos povos e seguir fortalecendo a democracia na região.

O diálogo constante e enriquecedor que mantemos no Grupo do Rio resulta particularmente útil para a consecução de nossos objetivos de fortalecimento pela união. Celebro, portanto, este encontro de idéias e de amigos. E convido a todos a um brinde por dias sempre melhores para nossos povos e a intensificação permanente das produtivas e fraternais relações que nos unem.

Um brinde a todos os membros do Grupo do Rio.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento da proposta de Implementação dos Objetivos do Milênio nas Comunidades de Madureira, Oswaldo Cruz e Bairros Adjacentes**

**Rio de Janeiro-RJ, 05 de novembro de 2004**

Meus queridos e queridas companheiras da Portela,  
Meu querido companheiro Nilo Mendes, presidente do Grêmio Recreativo Escola de Samba Portela,  
Minha querida companheira Marisa,  
Meu querido companheiro embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil e sua esposa, Ana Maria Amorim,  
Meu querido companheiro Patrus Ananias, ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,  
Minha querida companheira Nilcéa Freire, secretária especial de Políticas para as Mulheres,  
Minha companheira Matilde Ribeiro, secretária especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial,  
Meus queridos deputados que estão presentes,  
Minha querida companheira Benedita da Silva, e meu querido companheiro Pitanga – o meu chapéu, hoje, é mais bonito que o seu,  
Minha querida Valéria,  
Marisa Monte,  
Meu querido Zeca Pagodinho,  
Meus amigos e minhas amigas,

Quando eu fui ao Riocentro participar de um evento sobre agências de viagens, onde estavam realizando um seminário, eu marquei um encontro com





o Nilo e com o Zeca Pagodinho.

E foi com extraordinária alegria que recebi deles a notícia de que a Portela, no ano que vem, iria entrar para o desfile com um samba-enredo que trata de um assunto extremamente delicado, mas um assunto que, se quisermos resolver no curto e no médio prazo, vai precisar de muita solidariedade, vai precisar que muitos de nós não fiquemos esperando que o outro faça aquilo que nós podemos fazer: combater a miséria, a fome e a mortalidade infantil.

Porque as oito Metas do Milênio são coisas que, em algum momento da nossa vida, nós falamos a respeito. A primeira delas, é importante que todos saibam, é acabar com a fome e com a miséria, num Planeta extremamente rico em conhecimento, em tecnologia, num Planeta que produz, per capita, alimento para saciar a fome de todo o mundo e onde, mesmo assim, quase 1 bilhão de seres humanos ainda passam fome.

A segunda meta é a questão da educação básica e de qualidade para todos. No Brasil tivemos momentos de equívocos na política educacional. Houve um tempo em que se priorizava a quantidade de alunos que entrava na escola, mas não se priorizava a qualidade do ensino que essas crianças recebiam.

Daí porque nós detectamos, no primeiro ano de governo, que mais de 50% das crianças que terminavam a 4ª série não sabiam fazer uma das quatro operações e não conseguiam ler um texto e interpretá-lo. A educação brasileira foi se deteriorando, ora porque os professores brasileiros eram mal remunerados, ora porque eram maltratados, ora porque a preocupação fundamental não era saber se a criança que estava numa sala de aula tinha aprendido alguma coisa.

Se contássemos para uma pessoa estrangeira qualquer que 50% das crianças que saem da escola não tinham aprendido alguma coisa que lhes ensinaram, alguém poderia dizer que essas crianças não tinham condições de



aprender.

Entretanto, o Brasil é um país que tem um potencial tão grande que toda vez que as crianças estão com saúde, que conseguem comer as calorias e as proteínas necessárias e têm, por trás de si, um educador que está motivado em saber se eles aprenderam o que ele ensinou, essas crianças se desenvolvem e competem com qualquer criança do mundo. Basta que a gente veja o que acontece nas Olimpíadas da Matemática, em que nós temos, no Brasil, meninos de 13 anos de idade fazendo pós-graduação em matemática, tal é a capacidade de aprendizado que têm essas crianças.

Quando nós criamos o programa Bolsa Família, uma das condições que nós estabelecemos foi que, para que a pessoa possa receber o dinheiro – pretendemos chegar, aqui no estado do Rio de Janeiro, no final deste ano, a 280 mil famílias – a mãe tenha a obrigatoriedade de colocar o filho na escola, pelo menos as crianças com até 14 anos de idade. E, ao mesmo tempo, estabelecemos a obrigatoriedade de a mãe dar todas as vacinas que o filho necessita. E uma mulher grávida que receba o programa tem a obrigação de fazer todos os exames pré-natais que precisam ser feitos, para que ela possa ter o seu filho de forma saudável.

Obviamente que temos falhas, porque é humanamente impossível o governo federal fiscalizar uma por uma as pessoas e, também, porque em algumas regiões do Brasil – vocês viram na televisão – os prefeitos ao invés de chamarem as pessoas pobres para dar o Bolsa Família... graças a Deus, poucas pessoas se utilizaram do Programa para fazer comícios e cadastrar pessoas que sequer tinham direito a receber esse Plano. O que é importante é que a maioria do povo brasileiro, a grande maioria, a absoluta maioria, é de pessoas honestas e decentes.

Depois que a Rede Globo fez uma matéria eu recebi duas cartas, que entreguei ao ministro Patrus, de pessoas que não tinham o direito de receber e estavam recebendo e que entenderam que tinham sido cadastradas de forma



equivocada, ou por honestidade, ou por medo de serem pegas por uma fiscalização. A verdade é que as pessoas refizeram o seu comportamento. E eu penso que muitos outros que entraram no Programa de forma equivocada haverão de sair, para que as pessoas mais necessitadas possam receber o dinheiro.

Uma terceira coisa que todos vocês, pelo menos as mulheres, também já falaram: igualdade entre sexos e valorização da mulher. A Nilcéa, a Benedita, a Matilde, a Ana Amorim, a Marisa e, acredito, a maioria das mulheres que estão aqui presentes, em algum momento saíram à rua gritando por igualdade para as mulheres. Essa igualdade que está na Constituição brasileira, que está na Constituição de todos os países do mundo, mas que é uma igualdade que ainda não se completou porque, ainda hoje, por mais valor que a mulher tenha, no mercado de trabalho ela ainda ganha, às vezes, a metade do que ganha um homem, cumprindo a mesma função que ele.

E eu fico me lembrando que, quando era dirigente sindical e estava no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, naquele tempo a gente brigava porque quando as mulheres ficavam grávidas as empresas tentavam dispensá-las antes que elas comunicassem a gravidez ou, muitas vezes, quando se casavam. Eles tentavam evitar que a mulher trabalhasse porque não queriam mulher grávida dentro da empresa, como se filho fosse um empecilho.

Eu me lembro que em algumas indústrias as empresas davam uma ficha para a mulher ir ao banheiro – e todo mundo sabe que quando a mulher está grávida ela vai mais vezes ao banheiro – muitas vezes, elas faziam suas necessidades à beira da máquina, por não poder ir ao banheiro, para não serem punidas pela chefia.

Muita gente pensa que isso mudou. Apesar da Constituição de 1988, ainda hoje no Brasil, na América Latina e em muitos países do mundo, a mulher ainda é tratada como se fosse uma cidadã de segunda classe e não de primeira classe. Muitas vezes, apesar da lei, nós, os homens, não agimos



como companheiros; muitas vezes, nós tratamos nossas próprias mulheres como se elas fossem obrigadas a fazer coisas que muitos de nós deveríamos e poderíamos fazer, para ajudar no trabalho de casa de uma companheira.

A quarta Meta do Milênio: reduzir a mortalidade infantil. Vocês sabem que no Brasil e em vários países da América Latina, da Ásia e da África as crianças ainda morrem de subnutrição. Uma das grandes causas da mortalidade infantil no mundo ainda é a diarreia. No Brasil, entre 1995 e 2002, mais de 300 mil crianças morreram por doença adquirida pela inexistência de saneamento básico nas cidades brasileiras. E é por isso que nós precisamos trabalhar para cumprir as Metas do Milênio que foram assumidas por todos os países do mundo em 2002, em Roma. E se a gente não fizer um esforço muito grande, certamente correremos o risco de chegar em 2015 sem termos alcançado o cumprimento das coisas que nós mesmos prometemos.

Uma outra coisa muito importante nas Metas do Milênio é melhorar a saúde da gestante. Essa é uma tarefa em que o Brasil já evoluiu bastante, mas precisamos trabalhar porque outros países ainda não evoluíram e o Brasil, hoje, tem conhecimento para ajudar outros países a seguirem a mesma política do Brasil, fazendo com que as mulheres gestantes tenham um tratamento adequado e não morram por causa de parto.

Outra meta é combater a aids, a malária e outras doenças. Eu estive no Acre assumindo um compromisso, junto com o Ministro da Saúde, para que a gente possa, até o ano de 2005 ou 2006, se não me falha a memória, acabar com a hanseníase no Brasil, que é uma doença em que se demonstra, claramente, que é resultado da miséria da região em que as pessoas vivem e o Acre ainda é um estado que tem muita gente com essa doença. Quando a gente fala em hanseníase, nem todo mundo sabe o que é, mas se a gente fala em lepra, todo mundo sabe o que é. É uma doença que desde o tempo da idade média assusta, praticamente, a humanidade; é uma doença que tem cura, que não é contagiosa e que é fácil cuidar, basta que a gente assuma a



responsabilidade.

A aids é um outro mal sobre o qual o Brasil, ao longo desses últimos 10 anos adquiriu conhecimento, adquiriu maturidade e hoje, posso dizer para vocês, o Brasil é um país que exporta conhecimento e competência no tratamento da aids, inclusive com convênios com a maioria dos países africanos de língua portuguesa, para que adotem a política que nós adotamos no nosso país, que começou em 1988 na cidade de Santos, quando a nossa companheira Telma de Souza era prefeita daquela cidade e o saudoso David Capristano era o nosso Secretário de Saúde.

A sétima meta é a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente. Essa é uma questão cultural. Essa é uma questão que precisamos começar a repartir na nossa casa, com as nossas crianças, ou na escola, quando as crianças estão numa idade em que podem aprender muito e até ensinar aos próprios pais. Cuidar do meio ambiente não é apenas uma questão de responsabilidade do governo, é uma questão de consciência política da sociedade, que começa por sabermos reciclar o lixo na nossa casa, por sabermos que ao jogar lixo em córregos ou em rios, esse lixo se volta contra nós e vai poluir a água, causar danos aos peixes e prejudicar a própria espécie humana; começa quando a gente, de forma totalmente irresponsável, permite o desmatamento num país gigante como o Brasil, à vezes de forma incontrolável, porque muitas vezes as queimadas acontecem e só se vai saber que aconteceram tempos depois. Graças a Deus a companheira Marina, ministra do Meio Ambiente, hoje está aparelhada para que a gente possa fiscalizar com muito mais rapidez a questão do controle ambiental no nosso país.

Quando venho ao Rio de Janeiro e vejo a Lagoa poluída do jeito que está, quando sobrevôo de avião a Baixada e vejo essa quantidade de rios que vão desembocar no mar totalmente poluídos, isso não é uma coisa de hoje, não é uma coisa de 5, 6 anos, é uma coisa de que ouço falar há 20 anos. Em 1980 começou uma campanha para despoluir o rio Tietê em São Paulo e,



passados 25 anos, o rio Tietê está tão ou mais poluído do que já estive em qualquer outro momento da nossa história.

E quando a gente vai para a Suécia, passa no centro de Estocolmo de carro e vê as pessoas pescando no rio, no centro da cidade, a gente fica pensando: será que um dia, meu Deus do céu, o Brasil vai ter tanta responsabilidade, tanta consciência que a gente possa chegar a esse ponto? Eu acredito que nós vamos chegar.

A última meta é trabalhar pelo desenvolvimento do país e pelo desenvolvimento de todos os países. Quando eu levantei a questão da luta contra a fome, no dia 10 de dezembro de 2003, eu tinha ganho as eleições, não tinha tomado posse, e fui aos Estados Unidos para uma reunião com o presidente Bush. O presidente Bush estava angustiado com a necessidade da guerra que ele tinha que fazer com o Iraque e tentava me explicar, a todo modo, essa necessidade. E eu disse ao presidente Bush: “Eu lamento não poder concordar com Vossa Excelência porque a minha guerra, no Brasil, é contra a fome e não contra o Iraque ou qualquer outro país”.

Agora, conseguimos fazer um feito inédito na história das Nações Unidas: reunimos 60 presidentes, de 60 países; reunimos, ao todo, entre ministros e autoridades, 130 países; mais o representante do Vaticano; mais o representante internacional do Movimento Sindical; mais o representante das ONGs, mais o representante de todos os organismos internacionais, e colocamos na ordem do dia o combate à miséria e à fome, no debate das Nações Unidas.

Eu sei que não é uma tarefa fácil porque, se fosse fácil alguém já teria feito. É muito difícil. Mas nós assumimos a responsabilidade de que é possível a gente combater, de que é apenas uma questão de a gente amadurecer, convencer e motivar a sociedade, criar um clima de solidariedade como esse que estamos vendo aqui, e a gente vai perceber que é muito mais fácil acabar com a fome do que se escreveu neste país.



Este ano, nós chegaremos em dezembro com 6 milhões e meio de famílias recebendo o Bolsa Família. No final de dezembro do ano que vem chegaremos a 8 milhões e 700 mil famílias recebendo o Bolsa Família. E se forem verdadeiros os números do IBGE, de que no Brasil tem 11 milhões de famílias que vivem abaixo da linha de pobreza, estejam certos de que nós chegaremos em 2006 com 11 milhões de famílias recebendo o Bolsa Família.

Além do quê, este ano nós aprovamos o Estatuto do Idoso, porque só pessoas da terceira idade conseguem dar um salário mínimo de 270 reais para 2 milhões e 800 mil pessoas da terceira idade. Nós estamos construindo um padrão de Brasil que possa garantir aos seus filhos a necessidade.

Ontem, o ministro Tarso Genro me telefonou dizendo que no próximo ano, por conta do acordo que fizemos com universidades privadas, mais de 79 mil novos jovens vão poder estudar nas escolas privadas, quase 50 mil com bolsas de 100% e os outros 40 mil recebendo uma bolsa de 50%. É pouco, porque nós precisamos de muito mais jovens nas nossas escolas.

Essa preocupação é prioridade, estamos construindo uma política para atender a um clamor da juventude brasileira, que é o de aprender uma profissão e poder trabalhar. Porque, se o Estado não oferecer uma oportunidade aos adolescentes deste país, estejamos certos de que o crime organizado e o narcotráfico oferecerão as oportunidades que o Estado não teve competência para oferecer, no Brasil inteiro, durante muitos e muitos anos. Estamos vivendo com uma herança que é quase secular e precisamos, em pouco tempo, fazer com que o povo brasileiro conquiste a sua cidadania e possa viver condignamente.

E eu quero terminar dizendo, meu querido Nilo, que não poderia ter coisa melhor do que um Presidente da República saber que uma escola de samba e o carnaval não podem ser tratados de forma pejorativa, como quando a gente encontra às vezes, pelo mundo afora, alguém dizendo: "O Brasil é um país que só tem carnaval, que só sabe jogar bola e que só tem crianças de



rua”. É verdade, nós temos carnaval, temos futebol, temos criança de rua. Mas este país conquistou o direito de andar de cabeça erguida no mundo e competir, do ponto de vista da tecnologia, com qualquer país do mundo.

Quando uma escola de samba, que é o retrato fiel da imagem mais pura do povo brasileiro – normalmente saída dos bairros mais pobres dos estados brasileiros – adota para si a responsabilidade de colocar um tema da magnitude política que é esse, das Metas do Milênio, como samba-enredo, eu sou obrigado a olhar para vocês e dizer: eu acho que ninguém segura este país. Ninguém segura um país em que, enquanto no mundo inteiro e em muitos lugares do Brasil os nossos velhos são tratados como se fossem cidadãos de terceira categoria, a Portela abre espaço para os jovens de caras enrugadas, para os portelenses da Velha Guarda continuarem sendo artistas mostrando a capacidade que têm, porque a arte não tem idade, não tem cor, não tem religião, está dentro de cada um.

Eu quero dizer que são gestos como este, Nilo, que me deixam cada vez mais otimista. Por isso é que nós discutimos muito aquela propaganda que está na televisão, que diz: “Eu sou brasileiro e não desisto nunca”. Muitas vezes, nós somos tratados como se fôssemos um país colonizado, em que aprendemos a gostar de tudo o que se produz lá fora e não valorizamos o que nós somos capazes de produzir aqui dentro. E não há país nenhum do mundo capaz de sair da via de país em desenvolvimento para país desenvolvido se não tiver auto-estima na flor da pele, no coração, na cabeça e na alma de cada brasileiro ou brasileira.

Minha querida Valéria, você não seria a bailarina que você é se você não tivesse auto-estima. A Marisa Monte não seria a artista que é se não tivesse auto-estima. O Zeca Pagodinho não seria o gênio que é se não tivesse auto-estima e não acreditasse nele mesmo e a Portela não seria o que é se os portelenses não tivessem amor e auto-estima.

Muito obrigado, companheiros.





Presidência da República  
Secretaria de Imprensa e Divulgação  
**Discurso do Presidente da República**

---



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 4ª reunião do Grupo de Alto Nível do “Programa Educação para Todos” da Unesco**

**Palácio Itamaraty, 08 de novembro de 2004**

Senhor Arthur N’ Goma, vice-presidente da República do Congo,  
Minha esposa Marisa,  
Senhor Koichiro Matsuura, diretor-geral da Unesco,  
Senhores embaixadores estrangeiros,  
Embaixador Celso Amorim, ministro de Estado das Relações Exteriores,  
Ministro Tarso Genro, ministro de Estado da Educação,  
Meu querido Humberto Costa, ministro da Saúde,  
Senhora Carol Bellamy, diretora-executiva do Unicef,  
Senhores ministros da educação,  
Senhores embaixadores,  
Senadores e senadoras,  
Senhores e senhoras representantes de organizações não-governamentais,  
Meus senhores e minhas senhoras,

Todos nós aqui reunidos temos um compromisso claro com as Metas do Milênio das Nações Unidas. E sabemos que duas delas coincidem com as metas da iniciativa “Educação para Todos”, liderada pela Unesco: a universalização da educação básica e a igualdade entre os sexos na educação, esta última já alcançada no Brasil.

Inspirados no exemplo do inesquecível mestre Paulo Freire, a educação sempre foi uma prioridade do nosso governo. Trabalhamos em busca de uma



educação de qualidade desde a pré-escola até a universidade, seja através da rede federal de ensino, seja apoiando as redes estaduais e municipais, responsáveis pela pré-escola e ensino fundamental.

O esforço do país tem sido no sentido de garantir o crescimento constante do número de vagas, possibilitando o pleno acesso à educação das crianças em idade escolar.

Considerando a grande importância deste evento, quero compartilhar com todos os especialistas deste encontro o empenho que temos tido, em parceria com estados e municípios, para levar a educação a todos os brasileiros e brasileiras.

O programa Brasil Alfabetizado, por exemplo, já atendeu, nestes últimos 22 meses, mais de 4 milhões e 300 mil jovens e adultos que, pela alfabetização, conquistaram a condição de exercer sua cidadania.

No ano passado, foram firmados convênios com 151 prefeituras, 17 estados, cinco instituições de ensino superior e 17 ONGs, beneficiando a população de 2.462 municípios, quase a metade do número de municípios do Brasil. E, até o final deste ano, o Programa deve alcançar 2.800 municípios.

Da mesma forma, a qualificação de docentes e das condições de trabalho na escola tem sido nossa preocupação permanente.

Apesar das conhecidas limitações orçamentárias, tenho reafirmado que dinheiro não será problema para criar e implementar novos programas nessas áreas.

Para 2005, por exemplo, o orçamento do Ministério da Educação será de 20 bilhões e 700 milhões de reais, com um aumento de 3 bilhões e 400 milhões de reais em relação ao orçamento deste ano.

Ainda em 2004, a nossa meta é capacitar 80% dos professores do ensino fundamental de 19 estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Quase 100 mil professores estão sendo atendidos em programas de formação continuada, por meio de convênios firmados entre as secretarias estaduais e o



Ministério da Educação.

Com o projeto da Rede Nacional de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação já estamos possibilitando a formação continuada de professores, através de convênios com 20 universidades em todo o Brasil.

Também está em andamento um grande debate nacional sobre a proposta de criação e implantação do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. Estamos realizando colóquios regionais, mobilizando a sociedade civil e, em especial, representantes de todos os segmentos da educação brasileira. O FUNDEB vai possibilitar um salto qualitativo, incluindo a educação infantil, o ensino fundamental e médio.

Estamos igualmente expandindo a oferta da educação profissional. Recuperamos 150 escolas agrícolas em todo o país e retomamos 45 convênios do Programa de Expansão da Educação Profissional, vários deles, inclusive, ligados aos movimentos sociais do campo.

Para o próximo ano, temos o compromisso de instalar, no mínimo, 500 escolas em fábricas. Serão escolas de formação profissional que funcionarão dentro das próprias empresas.

No que diz respeito à educação superior, estamos promovendo uma profunda reforma universitária. Ela será decisiva para capacitar o nosso país a enfrentar e superar os grandes desafios desse novo ciclo histórico de desenvolvimento sustentável que estamos iniciando.

Menciono ainda outros dois importantes projetos enviados e já em tramitação no Congresso Nacional.

Primeiro, o projeto de lei que democratiza o acesso às universidades federais, definindo a metade das vagas para alunos vindos das escolas públicas. Além disso, o projeto estabelece uma cota para afrodescendentes e indígenas. Essa cota é diferenciada e corresponde ao peso populacional dos afrodescendentes e indígenas em cada estado.



O segundo projeto trata do programa Universidade para Todos – ProUni – que deverá entrar em vigor no início de 2005. O ProUni cria bolsas de estudo, promovendo a concessão de 10% de bolsas integrais para estudantes carentes em todos os cursos das universidades privadas que recebem subsídios ou isenção de impostos do governo.

Mais de 100 mil novas vagas já estão confirmadas. A seleção dos alunos é feita a partir dos resultados do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, utilizando dados de renda e também o critério étnico, garantindo aos afrodescendentes e indígenas maiores possibilidades. Todas essas medidas estão sendo construídas por meio de permanente diálogo com a sociedade civil. Diálogo feito através de audiências públicas, mesas de negociação e fóruns que têm contado com a participação direta dos diferentes segmentos da educação brasileira.

Minhas senhoras e meus senhores,

Quero desejar aos participantes da 4ª Reunião do Grupo de Alto Nível do “Educação Para Todos” um encontro produtivo durante os três dias que passarão em nossa capital federal. Dada a representatividade, qualidade e experiência acumulada por vocês, tenho certeza de que este encontro será muito útil à luta internacional em defesa da causa da educação. E para nós, brasileiros e brasileiras, as suas reflexões e conclusões trarão benefícios que nos ajudarão a avançar em nossos trabalhos.

Quero cumprimentar em especial a Unesco pela realização desta reunião e pelo importante papel que tem exercido no sentido de que as seis metas do “Educação Para Todos” sejam alcançadas.

Eu quero, antes de terminar, dizer aos amigos ministros de todos os países que estão participando que nós estamos comprometidos até a alma com o cumprimento das Metas do Milênio, principalmente no que diz respeito ao combate à pobreza e à questão da educação. Por isso, pretendemos instituir no Brasil um prêmio, tanto para prefeitos quanto para governadores, e



a partir de 2005 isso estará organizado. Possivelmente, o prêmio será distribuído a partir de 2006, para que a gente tenha um estímulo para que governos estaduais, prefeituras municipais, entidades não-governamentais e até empresários e personalidades que têm políticas sociais junto à educação sintam-se muito mais motivados para alcançar as Metas do Milênio.

Nos países em desenvolvimento, se todos nós, governantes, analisássemos a aplicação de recursos na educação como investimento e não como simples gasto orçamentário, certamente todos nós poderíamos fazer mais do que estamos fazendo. O Brasil já alcançou um padrão considerado razoável, até do ponto de vista internacional. Nós já temos, praticamente, todas as crianças na escola; agora, é preciso cuidar da melhoria da qualidade da educação. E isso passa por garantir que as crianças se dirijam à escola bem alimentadas; isso passa pela necessidade de valorização dos educadores brasileiros, com a melhoria das suas condições de trabalho e, sobretudo, com uma reciclagem para que esses professores possam estar permanentemente atualizados.

Eu quero que a Unesco saia do Brasil com a convicção de que aqui, no Brasil, nós faremos todos os esforços que estiverem ao alcance do governo para que possamos cumprir, a cada dia que passa, as Metas do Milênio na área da educação e em todas as outras áreas definidas no famoso encontro de 2002, em Roma.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
solenidade de posse da Diretoria da Fiesp**

**São Paulo-SP, 08 de novembro de 2004**

Meu caro Geraldo Alckmin, governador do estado de São Paulo,  
Senhora Rosinha Garotinho, governadora do estado do Rio de Janeiro,  
Senhor José Reinaldo Tavares, governador do estado do Maranhão,  
Senhor Aécio Neves, governador do estado de Minas Gerais,  
Senhor Marconi Perillo, governador do estado de Goiás,  
Senhor Germano Rigotto, governador do estado do Rio Grande do Sul,  
Senhores embaixadores,

Minha querida Marta Suplicy, prefeita de São Paulo, e demais prefeitos  
aqui presentes,

Meu caro Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias de São  
Paulo,

Meus companheiros e companheiras, ministros e ministras de Estado,  
Deputado Sidney Beraldo, presidente da Assembléia Legislativa do  
estado de São Paulo,

Armando Monteiro, presidente da Confederação Nacional das Indústrias,

Senhores senadores,

Senhores deputados,

Secretários de Estado aqui presentes,

Meu caro ministro Edson Vidigal, presidente do Superior Tribunal de  
Justiça,

Senhores presidentes das confederações de trabalhadores e dos  
sindicatos,



O Paulo Skaf falou no Gama e no Neto e não falou no Salim. Então, como o Salim vai bater à tua porta logo, logo, eu vou lembrar aqui, para você não ser prejudicado nas negociações.

Meus amigos, minhas amigas,  
Empresários do Brasil,  
Empresárias e empresários de São Paulo,

Primeiro, dizer que é uma alegria, Paulo, estar aqui, porque eu não conheci o Paulo depois de ser Presidente da República. Eu conheci o Paulo bem antes, em 1990, na casa do companheiro Tony Skaf, que está aqui, seu primo caçula, o mais novo, num momento em que a disputa presidencial estava muito distante. E essa história tem muito a ver com outra figura da Fiesp que eu tive oportunidade de conhecer num momento adverso.

Eu não sei se vou ofender alguém, mas eu acho, Vidigal, que você foi o começo da civilização da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, pelo menos no período em que eu fui dirigente sindical deste país. Por uma razão simples: eram muito tensas as relações entre o sindicato e os empresários, naquela época, nos anos 70, anos 80, e eis que eu fui eleito presidente do sindicato em 1975, reeleito em 78 e, de repente, eu recebo o telefonema de um cidadão se dizendo presidente da Fiesp, querendo ir a São Bernardo do Campo conversar comigo. Foi, acho, a primeira vez que o presidente de uma federação importante como a Fiesp foi até o sindicato conversar com os trabalhadores. E eu penso que de lá para cá houve uma evolução extraordinária nas relações capital e trabalho.

Queria, também, antes do meu pronunciamento, fazer um agradecimento. Eu, meu caro Paulo Skaf, passei parte da minha infância morando, aqui, na Vila Carioca. A Vila Carioca é a parte pobre do bairro do Ipiranga. E a gente tinha um único lugar para passear no fim de semana, era pegar um bondinho e vir ao Museu do Ipiranga, num bondinho aberto. E





naquele tempo tinha muito preconceito contra baiano, ou seja, nós vínhamos para cá com um “radinho”, às vezes com um “radião”. Nós éramos um pouco “achincalhados” pelas pessoas, que diziam que o Museu do Ipiranga não era lugar de baiano visitar.

Eu, depois, montei um escritório aqui do lado. Durante 13 anos fiquei com um escritório, aqui, e quando a Marta ganhou as eleições, tinha duas coisas que eu tinha vontade que fossem feitas na cidade de São Paulo.

Primeiro, era dar uma certa beleza visual ao pátio do Ibirapuera. Eu andava pelo mundo e via tantas praças bonitas, tantas fontes luminosas, tanta coisa que atraía, sabe, não era possível que São Paulo não tivesse. Eu pedi para a Marta, e ela falou com o Abílio Diniz e ele, parece-me que, num estado de graça, resolveu fazer aquela fonte maravilhosa no parque do Ibirapuera.

E uma outra foi no Museu do Ipiranga. Eu que trabalhava aqui perto, que vinha de vez em quando andar por aqui, nunca consegui entender porque isso não foi colocado como um lugar importante para o desenvolvimento do turismo da nossa cidade, e ao mesmo tempo um lugar que as crianças das escolas públicas deveriam ter a obrigatoriedade de visitar, afinal de contas, aqui está uma grande parte da nossa história.

E, quando eu sou agraciado, ficando aqui de cima olhando essa fonte funcionar, e a gente pode ver na fonte a mesma coisa que vocês estavam vendo aqui nestes telões. E eu ouvi dizer pelos meus companheiros, aqui, que agora para entrar no Museu do Ipiranga no sábado, domingo e feriado, é um Deus nos acuda, porque todo mundo quer vir aqui, porque ficou bonito, porque não é mais “coisa de baiano”. É coisa de baiano, de pernambucano, de paulista, de sergipano, de carioca. É, na verdade, um dos centros da nossa história e eu acho que foi extremamente importante isso que aconteceu.

Antes de você, Marta, o Jânio Quadros tinha feito essas cercas todas e o povo já achava bonito, só o fato de fazer essa cerca de grade, quase que proibindo o pobre de entrar. Mas agora não, está aí para todo mundo ver até de



longe. Até quem não puder entrar vai conseguir ver, e eu acho que o povo de São Paulo precisa disso. Eu falo do povo de São Paulo com certo orgulho, porque, muitas vezes, tenho andado pelo Brasil e alguns de vocês, deputados e ministros têm andado comigo, e vira e mexe eu chego num estado em que o estado de São Paulo é “achincalhado”, porque São Paulo é tratado como se fosse o imperialismo brasileiro responsável pela miséria do restante do Brasil. Vira e mexe eu ouço isso e vira e mexe eu, como pernambucano, sou obrigado a levantar e defender o estado de São Paulo, porque eu devo a São Paulo o que eu sou.

Eu devo a minha formação profissional e outra coincidência, eu me formei no Senai, aqui, no Ipiranga. Eu me formei e vinha a pé da Vila Carioca para cá, era longe “pacas”, eu vinha a pé porque não tinha uma moedinha para pagar o ônibus, mas graças a Deus consegui me formar torneiro mecânico, que eu não sabia que era o passaporte para ganhar o diploma de Presidente da República.

Por isso que quando eu era deputado constituinte e alguns companheiros nossos levantavam emendas e medidas para acabar com o Senai, para acabar com o Sesi, para acabar com o Sesc, eu dizia: se nós temos divergências, vamos consertar. Agora, acabar uma coisa que pega um aluno pobre da periferia e dá a ele o conhecimento profissional para sair do salário mínimo, uma coisa dessas não pode acabar. Se tem erros, nós vamos consertar, mas não vamos acabar nunca.

Eu falo com muito orgulho, porque graças ao Senai, eu fui o primeiro filho da minha mãe a ganhar mais que o salário mínimo, o primeiro a ter uma casa, o primeiro a ter uma televisão. Por conta disso, eu fui ser diretor do sindicato em São Bernardo, por conta disso eu conheci todos vocês e por conta disso eu estou, aqui, hoje.

Então, eu acho que as crianças do Brasil, hoje, se ressentem do momento e da oportunidade que eu tive. Eu acho que nós precisamos espalhar



por este Brasil afora, no ano que vem Paulo Skaf, com a tua colaboração e do Armando, se Deus quiser, a gente vai criar 500 escolas de formação profissional dentro das fábricas, em parceria com os empresários brasileiros, para que essas crianças possam se formar. Porque se a gente não investir nisso, amanhã estaremos discutindo, aqui, que uma criança da Febem custa caro. Então, é mais barato a gente fazer investimento na coisa certa, na hora certa, e é por isso que nós acreditamos que esse processo de formação é uma coisa necessária.

Este ano – há 15 anos o Brasil não conseguia recrutar mais que 70 mil recrutas – nós recrutamos 30 mil recrutas a mais, dando preferência aos meninos da periferia das grandes regiões metropolitanas, junto às Forças Armadas, em parceria com a CNI, em parceria com o Sesi. Está aqui o Meneguelli. Quem esperava um dirigente sindical dos trabalhadores ser presidente do Sesi? Isso demonstra a evolução que este país está tendo na consolidação do seu processo democrático. E nós esperamos que essa experiência de 30 mil alunos possa nos garantir, amanhã, termos 50, termos 60. E cada vez que a gente formar um aluno, a gente sabe que o mercado de trabalho estará apto a receber alguém com uma boa formação, alguém com uma boa referência. E cada um que a gente formar, vai estar fora da rua, vai estar fora do crime organizado, vai estar fora do mundo que nós não queremos para os nossos filhos.

Mas meu querido Paulo Skaf, antes de mais nada, eu quero saudar você e a nova diretoria da Fiesp. Na tua pessoa Paulo, eu quero saudar também os dirigentes anteriores, aqueles com quem nós convivemos nesses últimos 30 anos, pelo menos da minha parte, que sempre honraram esta instituição pelo trabalho e dedicação à indústria e ao desenvolvimento nacional.

Eu vejo na diversidade de idéias e na alternância das lideranças empresariais, aqui reunidas, um símbolo de maturidade política da sociedade brasileira. Mais que isso, vejo nesse processo um sintoma do vigor democrático



do nosso país. Um país que escolheu o debate livre, a transparência das idéias e a participação ativa da cidadania como principal fio condutor do seu futuro e do seu progresso.

Esses valores valem para os setores sindical, rural e urbano, para as entidades empresariais, para as associações profissionais, ONGs, movimentos, partidos. Valem para o conjunto da nossa sociedade.

Minhas amigas e meus amigos,

Para que uma nação possa se transformar numa República de todos, é necessário que a democracia se traduza numa busca constante de consenso entre os objetivos maiores da sociedade. Construir esses consensos que não suprimem as diversidades nem negam as divergências, não é obra de um único partido ou de uma única corrente de pensamento, tampouco é tarefa exclusiva do Estado. É, sobretudo, um empenho que envolve todas as forças políticas e sociais do nosso país.

O debate, a negociação, o fortalecimento dos canais de expressão já existentes e a criação de outros novos constituem, portanto, uma arquitetura insubstituível de um governo democrático. É o que tenho orgulho de dizer que vem sendo feito pelo nosso governo, inclusive em relação ao setor industrial. Eu, pessoalmente, já fiz duas grandes reuniões de trabalho com a Diretoria da Confederação Nacional das Indústrias e 27 presidentes de federações estaduais, o que faremos também com outras categorias profissionais pelo Brasil afora. Mas do que isso, criamos o Conselho de Política Industrial, com forte participação do empresariado nas definições das políticas para o setor.

Também, o meu companheiro Furlan, do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, tem mantido um diálogo permanente com o setor, sem falar do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, dirigido pelo companheiro Jaques Wagner que tem forte participação junto às grandes lideranças do empresariado brasileiro.

Minhas senhoras e meus senhores,



Temos procurado trabalhar em parceria para implementar uma política industrial e tecnológica de comércio exterior pela qual o nosso país ansiava há décadas. Ela traduz a preocupação estratégica de consolidar e expandir segmentos de nossa economia que são essenciais para o desenvolvimento industrial do Brasil e para a nossa inserção soberana no mundo.

Aqui, um parêntese para chamar a atenção de Paulo Skaf, agora como presidente da principal federação dos empresários brasileiros, e do Armando Monteiro Neto, presidente da CNI, para uma coisa que eu acho importante. Vocês se lembram que há pouco tempo quando nós falávamos de uma integração da América do Sul e de uma inserção maior do Brasil em outras partes do mundo, algumas pessoas duvidavam que era possível porque estávamos habituados a negociar com duas fontes muito fortes da economia mundial: de um lado, os Estados Unidos, e de outro lado, a União Européia. Alguns chegavam a insinuar que nós iríamos brigar com os Estados Unidos e com a União Européia e iríamos negociar com os países pobres, o que não era nenhuma vantagem.

Nós, ao contrário de querermos brigar com os Estados Unidos, que é um parceiro extremamente importante nosso, ao invés de querermos brigar com a União Européia que é outro parceiro extremamente importante, nós resolvemos fazer uma coisa que nós aprendemos quando jogamos futebol de várzea. Ou seja, os nossos adversários só nos respeitarão se a gente mostrar alguma força, se a gente mostrar altivez, se a gente mostrar alternativas de táticas para o jogo que vai se iniciar.

O que nós fizemos na verdade? Nós consolidamos a política de integração com o Mercosul com um discurso muito claro de que era necessário integrar toda a América do Sul e que era preciso integrar não apenas no discurso verbal, mas integrar do ponto de vista de construir as rodovias necessárias, as pontes necessárias, as hidrovias, as telecomunicações, as ferrovias, o que estamos vendo acontecer agora, de forma definitiva no nosso



querido Mercosul.

Alguns empresários viajaram comigo para o Oriente Médio. A última autoridade brasileira a viajar para o Líbano tinha sido D. Pedro em 1876. E diziam para nós: “o que vocês vão fazer no Oriente Médio?” Pois bem, o Furlan é testemunha, nós estamos correndo um sério risco de chegarmos nos próximos 12 meses com 94 bilhões de dólares de exportação. E por cada país onde nós passamos no Oriente Médio, a gente vai constatando: a relação comercial cresceu 50 %, cresceu 60%, cresceu 70%, em alguns cresceu 83%, da mesma forma que resolvemos estabelecer uma parceria estratégica com a Índia e com a China, sobretudo, dizendo a estes países que era preciso que nós estabelecêssemos uma política da similaridade, para que a gente pudesse complementar aquilo que nós tínhamos, e que poderíamos ajudar os outros, ou aquilo com que nós poderíamos ser ajudados.

O dado concreto é que nós estamos colhendo aquilo que nós plantamos. Nós estamos com uma boa colheita porque plantamos acertadamente. Dizia ao nosso querido ex-presidente da Fiesp, o Piva, logo que eu voltei da China: Piva, pelo amor de Deus. E vou dizer o mesmo para você Paulo Skaf, de coração, como companheiro que não votou em você porque não era empresário, não tinha direito a voto na Fiesp. Quero dizer o seguinte, Paulo: eu acho que muitas vezes é importante ficar olhando o que o governo faz, criticar o governo, exigir do governo. Essa é uma coisa normal, que é o teu papel enquanto representante de classe.

Uma outra coisa sagrada que nós temos que aprender a fazer é que o empresariado brasileiro precisa perder o medo de virar empresa multinacional, de virar empresa grande e de ocupar espaço no mundo exterior. E isso só será feito com ousadia. Não vamos ficar esperando que os chineses venham aqui – e vai estar aqui o presidente Hu Jintao, agora, no dia 12 – dar para nós o que nós precisamos. Nós é que temos que conquistar em cada país do mundo, desde os Estados Unidos à Argentina; nós temos um espaço para brigar. Eles



vão tentar defender os interesses deles, nós vamos defender os nossos e, de repente, a gente chega num acordo em que as duas partes fiquem satisfeitas, os nosso empresários crescem, vendem, produzem, geram empregos e eles a mesma coisa. E a economia tem um dinamismo extraordinário, não tem por que ter medo de negociar com a China.

Cada empresário nosso que vai se instalar na China, o chinês exige, definitivamente, uma *joint venture* para que a gente possa se instalar lá. Ou seja, quer vir para cá? Quero. Vamos ser parceiros. Ora, nós temos que dizer o mesmo para os chineses. Querem vir para cá? Querem. Nós estamos de coração aberto para receber as empresas chinesas, os investimentos chineses, mas nós queremos uma igualdade, queremos parceria, tratamento igual para que as nossas empresas possam crescer e se fortalecer ainda mais.

E muitos de vocês vão ter oportunidade de participar, quinta-feira à noite, ou sexta-feira à noite, do jantar com o Presidente da China, para que a gente possa discutir abertamente essa parceria estratégica que nós entendemos necessária para o Brasil.

A política industrial lançada em março deste ano, com a participação da Confederação Nacional das Indústrias, tem 53 metas voltadas para ampliar a eficiência e a competitividade da indústria nacional. Esse conjunto de ações fortalece o planejamento democrático do futuro brasileiro. Vai estimular o investimento, elevar a poupança de longo prazo, contribuir para a superação de gargalos em infra-estrutura, bem como acelerar a capacitação do parque industrial brasileiro em inovações e gestão. Inclui-se aí a desoneração do investimento em bens de capital com redução inicial de 5% da alíquota de IPI, até completar a sua eliminação em 2006. Paulo Skaf e Armando Monteiro, nós nos propusemos – faltam 2% – a zerar em 2006. Quem sabe com uma boa conversa, a gente possa zerar em 2005 e não ficar esperando 2006. Quem sabe isso seja ponto de pauta de reivindicação, Paulo Skaf, da sua primeira visita oficial ao Presidente da República como Presidente da Fiesp, e quem



sabe você possa conseguir um tempo.

Com esse mesmo objetivo reduzimos o imposto de importação para máquina sem similar nacional, também com a participação dos companheiros da CNI. A depreciação acelerada para bens de capital também passou a ser descontada na contribuição social sobre lucro líquido. A ampliação do prazo de recolhimento do IPI é outra medida tomada para diminuir o custo operacional das empresas e melhorar seu fluxo de caixa, bem como baratear o capital de giro.

Com uma dotação orçamentária de 2 bilhões e 500 milhões de reais e prazo de vigência de 12 meses, criamos, em agosto, o Modermaq, o programa de modernização do parque industrial brasileiro. Vamos financiar máquinas e equipamentos nacionais novos para acelerar a reestruturação tecnológica das nossas empresas.

Criamos, ainda, um regime tributário especial de incentivo à modernização e ampliação do sistema portuário brasileiro. Isso também reivindicação dos empresários, levada para a mesa de negociação pelo companheiro Furlan. O Reporto vai desonerar do IPI, Cofins, PIS/Pasep e imposto de importação, todo investimento em máquinas e equipamentos destinado ao setor, sem similar nacional.

Tomamos medidas também para eliminar gargalos num curtíssimo prazo. Ao todo são 46 ações a serem implementadas nos cinco principais portos do país: Santos, Rio de Janeiro, Rio Grande, Paranaguá e Vitória do Espírito Santo. Paralelamente, cuidamos de incentivar a poupança de longo prazo, indispensável aos grandes projetos de expansão e infra-estrutura, inclusive estimulando aplicações de médio e longo prazos, com tratamento tributário diferenciado, que passa a vigorar em 1º de janeiro próximo para papéis de renda fixa e renda variável.

Não descuidamos também das competitividades tecnológicas dos manufaturados brasileiros. O projeto de lei de inovação que assinamos, em





abril deste ano, encontra-se no Congresso em regime de urgência. Cada empresário aqui tem um amigo deputado, não custa nada pegar o telefone e ligar pedindo para o deputado apressar a votação desse projeto de lei de inovação tecnológica.

Trata-se de incentivo indispensável a uma cultura de inovação e parceria entre centros de pesquisas e empresas nacionais. Com ele, instituições públicas terão agilidade para contratar pesquisadores e as empresas ganharão acesso a laboratórios e equipamentos disponíveis nas universidades. Com essa mesma preocupação iniciamos a reestruturação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial. Depois de quatro anos sem concurso público, o INPI ganhou, finalmente, mais 90 examinadores de marcas e patentes. O orçamento de custeio e investimentos do Instituto este ano, foi 100% maior do que em 2003.

Essa era uma coisa da qual o Furlan vivia se queixando. Vivia dizendo que os empresários se queixavam que mandavam uma patente, que demorava não sei quantos meses, que não tinha funcionário, que não sei das quantas. Pois bem, se é para funcionar, o Furlan está colocando para funcionar, se dependesse de mim, inclusive, saía do Rio de Janeiro e iria para Brasília para funcionar um pouco mais rápido.

Também, as pequenas e médias empresas, responsáveis pela capilaridade do crescimento e principal esforço do emprego urbano, estão incluídas nessa estratégia modernizadora.

Simplificamos os processos de regularização do setor informal e promovemos arranjos produtivos locais para facilitar a entrada de pequenas e médias empresas no comércio internacional. Aí eu quero fazer justiça: quando eu estava concorrendo às eleições eu dizia que ia criar uma câmara de comércio exterior, que ia colocar lá um mascate para fazer o papel de mascate, aquele mascate que batia palmas na porta da gente e fazia a gente comprar uma peça de roupa para pagar em 12 meses. Eu não precisei escolher o



mascate porque quando eu resolvi chamar o empresário Luiz Furlan para ser ministro da Indústria e Comércio, descobri que no próprio Furlan estava o mascate que eu tanto precisava.

Aliás, eu quero fazer justiça. Um governo que tem a felicidade de ter, de um lado o Furlan, de outro lado o Roberto Rodrigues, e do outro lado o Celso Amorim, não tem que ter medo de nenhum, porque são três figuras – eu estou dizendo na área comercial, para os outros ministros não ficarem chateados – são três figuras que não medem sacrifício, em dia de sol, de chuva, cara feia, mesmo quando o Zoellick fazia cara feia nas negociações, a gente acreditava que era possível fazer um acordo.

Quando a gente fez o encontro de Cancun, e muita gente escreveu: “faliu a negociação” “acabou”, “o Brasil perdeu”, porque o que não falta é gente torcendo para dar “urucubaca”, ou seja, o que aconteceu? Aquela briga em Cancun resultou no sucesso do que está acontecendo hoje na OMC. Quem diria que a gente ia ganhar a briga pelo açúcar? Quem diria que a gente ia ganhar a briga pelo algodão na OMC? Sabe porque a gente ganhou? Porque ninguém, e você aprenda esta lição Paulo Skaf, , e você também Gama, Neto e Salim, aprendam, ninguém respeita negociador que anda de cabeça baixa. Ninguém. E muito menos no mundo comercial, nesse mundo globalizado. Ali não tem ninguém que não seja esperto, cada um quer levar vantagem para o seu país.

Então, esses três homens fazem a diferença. Podem ficar certos. Vocês estão lembrados do glorioso time do Santos, esse aqui é o trio de atacantes do time do Santos no seu melhor tempo. E o Brasil pode estar tranquilo que esse trio, quando entra em campo, faz a diferença nas negociações. Nossa meta é aglutinar 100 mil empresas industriais até 2007 através desses arranjos.

Negócios com receita anual bruta, essa é outra proposta que saiu da Federação do Comércio da Indústria de São Paulo. O nosso amigo Afif Domingos me levou essa proposta e nós juntamos com outras federações do



comércio e fizemos. Negócios com receita anual bruta de até R\$ 36 mil reais passam a contar com tratamento tributário, previdenciário e trabalhista especial.

Minhas amigas e meus amigos,

O governo faz a sua parte. Recuperamos a estabilidade e a credibilidade interna e externa do nosso país. Voltamos a crescer, a gerar empregos e a melhorar a renda da população, apesar das dificuldades e restrições orçamentárias.

Em 2005, vamos investir pesado em infra-estrutura para recuperar mais da metade da malha rodoviária nacional. Vamos providenciar a dragagem e ampliação dos principais portos; licitar sete trechos de rodovias federais; construir o Arco Rodoviário do Rio de Janeiro e a Perimetral do Porto de Santos.

A Petrobras, por sua vez, investirá US\$ 53 bilhões de dólares nos próximos seis anos, sendo 86% em encomendas à indústria brasileira, com geração de 280 mil novos empregos diretos e indiretos.

Quem sabe já no final de 2005, teremos alcançado a auto-suficiência brasileira em petróleo, com a produção de 1 milhão, 940 mil barris/dia, quase 12 meses antes do previsto. Aí uma outra coisa importante, também idéia generosa e criativa da nossa Dilma Rousseff, do nosso Eduardo Campos, da Ciência e Tecnologia; do nosso Ministro da Agricultura, do nosso Ministro da Indústria e Comércio e de, quem sabe, muitos de vocês.

Nós, agora em novembro, temos pronto, vamos escolher a data para ser lançado, o grande programa de biodiesel produzido neste país para que a gente crie uma matriz energética e não fiquemos apenas dependente do petróleo ao preço que ele está. O biodiesel pode ser um coisa extraordinária, não apenas para caminhões, tratores e motores estacionários mas, sobretudo, para carro, porque no mundo inteiro se usa carro a óleo diesel. Aqui no Brasil não, porque nós produzimos pouco óleo diesel, tiramos mais gasolina. Nós



somos obrigados a usar carro a gasolina e o diesel nós utilizamos só em carros pesados. Eu acredito que a partir do programa do biodiesel, e é importante dizer aqui, esse programa tem, na minha cabeça, o mesmo perfil que teve o modelo do desenvolvimento do presidente Roosevelt no Vale do Tennessee. Esse programa será experimental e, sobretudo, será prioritário para as partes das regiões brasileiras que não tiveram, nesses cinco séculos, possibilidades de se desenvolver, sobretudo o semi-árido nordestino, sobretudo o Vale do Jequitinhonha. E a gente vai começar, nessa região, com o biodiesel da mamona; em outra região, com o biodiesel do dendê e, quem sabe, quando a gente tiver o mercado todo consumindo biodiesel, Roberto Rodrigues, a gente inclua a soja no biodiesel para que a gente possa ser o maior produtor de biodiesel do mundo e a gente possa limpar o planeta terra que hoje, dizem, está ficando *caliente*, quente, por causa do gás que os nossos carros jogam todo santo dia no ar.

Portanto, esse programa é uma coisa fantástica para o Brasil. Eu dizia outro dia, na reunião com os ministros: vai ser um êxodo rural ao contrário. Se na década de 50 os nordestinos vinham para cá à procura de emprego, se acontecer com o biodiesel o que eu estou pensando, nós vamos ter muitos dos nossos irmãos nordestinos que moram aqui, retornando para sua terra natal, não como mendigos, mas como cidadãos, porque vai ter oportunidade de emprego para trabalhar e se desenvolver e, quem sabe, aquela região pobre deste nosso querido país possa ser uma região rica neste século. Afinal de contas, nós viemos discutindo: este século XXI tem que ser o século do Brasil.

Se nós perdemos outros séculos, se o século XIX foi o século da União Européia, se o século XX foi o século dos Estados Unidos e, no finalzinho, da China, o século XXI tem que ser nosso de qualquer jeito e nós não temos o direito de jogar fora esta oportunidade.

Vamos ainda reestruturar o sistema ferroviário Sudeste/Centro-Oeste, promovendo uma parceria modular entre as empresas, o BNDES e os fundos



de pensão.

Trata-se de recuperar o papel saudável e indispensável do Estado na nossa sociedade, resgatando a sua capacidade de coordenação entre o investimento público e o privado, por exemplo.

E para terminar minhas amigas e meus amigos, graças a esses esforços, o Brasil torna-se cada vez mais competitivo no mercado mundial. Estamos, na verdade, iniciando um novo ciclo histórico de desenvolvimento sustentável, e é este investimento produtivo que vai articular o forte dinamismo externo, que já conquistamos, com uma maior expansão da renda, do emprego e da produtividade nacional.

Tenham certeza de que estamos tomando todas as medidas necessárias para criar o ambiente institucional favorável a esses investimentos, entre os quais se destaca o projeto das PPPs que está no Congresso.

Estou convencido de que a principal força propulsora de uma economia é a energia condensada do seu povo num grande entendimento que sinalize o futuro e sustente a sua direção. Uma nação é, acima de tudo, uma comunidade de destino, que caminha unida e guiada pelo consenso renovado de suas forças democráticas. É o que, juntos, estamos procurando fazer.

Eu quero terminar dizendo a você, meu caro Paulo Skaf, ao Armando Monteiro e aos empresários aqui. Nós temos uma oportunidade histórica. O Brasil está vivendo um momento, eu diria, auspicioso, não ainda extraordinário. O mais cético, mesmo dentre nós mesmos no governo, dizia que a economia não cresceria acima de 3%. Hoje, já tem gente apostando no crescimento de até 5%.

Eu tenho dito que eu não quero que a economia brasileira cresça 10% em um ano e zero no outro ano. É melhor ela crescer uma média, mas cresça de forma sustentável para que todos possam se planejar, Estado e empresários e para que a gente possa tirar proveito dessa economia e fazer com que isso seja um ciclo para os próximos 10, 15 ou 20 anos.



Eu quero fazer um desafio ao meu querido Paulo Skaf que toma posse da presidência da Fiesp nesta festa extraordinária: que a gente aproveitasse este momento auspicioso; nós estamos saindo de um momento de campanha eleitoral em que, eu não sei porque, quando as coisas deveriam ficar mais animadas, parece que uma parte do país pára por causa da campanha. Nós, agora, entramos em 2005 e eu acho importante Paulo Skaf, que nós aqui, governadores, Presidente da República, senadores, prefeitos, deputados, empresários, que a gente dedicasse 2005 para definir os principais projetos deste país, seja na infra-estrutura, seja na construção de hidrovias, ferrovias ou rodovias, seja na reconstrução dos portos, seja nos investimentos em ciência e tecnologia, seja no agronegócio, na agricultura, no biodiesel, ou seja, no que nós definirmos, e vocês serão convidados a definir junto conosco. E que a gente dedicasse o ano de 2005 a tirar proveito do momento internacional e do bom momento que o Brasil está vivendo, e que a gente não permitisse que a mesquinhez tomasse conta de qualquer um de nós e colocasse as eleições de 2006 acima dos interesses que este país tem e acima da sociedade brasileira que precisa, uma vez na vida, ter oportunidade de crescer de forma definitiva.

Muito obrigado a todos vocês e eu espero que você tenha uma gestão profícua à frente da Fiesp.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de posse do Ministro da Defesa, José Alencar**

**Palácio do Planalto, 08 de novembro de 2004**

Excelentíssimo senhor José Alencar, vice-presidente da República e  
ministro da Defesa, e sua senhora Marisa Campos Gomes da Silva,

Minha querida companheira Marisa,

Excelentíssimo senador José Sarney, presidente do Senado Federal,

Excelentíssimo deputado João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos  
Deputados,

Excelentíssimo senhor ministro Nelson de Azevedo Jobim, presidente do  
Supremo Tribunal Federal,

Meu querido companheiro embaixador José Viegas,

Meus companheiros ministros de Estado e ministras,

Meus companheiros governadores dos estados: Aécio Neves, de Minas  
Gerais; Lúcio Alcântara, do Ceará; Wellington Dias, do Piauí; Ronaldo Lessa,  
de Alagoas; João Alves, de Sergipe; Marcelo Miranda, de Tocantins; Flamarion  
Portela, de Roraima,

Senhores comandantes militares,

Senhores presidentes dos Tribunais Superiores,

Senhoras e senhores senadores da República,

Meu caro Fernando Bezerra, líder do governo no Congresso Nacional,

Meu caro deputado Luizinho, líder do governo na Câmara dos  
Deputados,

Meus queridos amigos e amigas, deputados e deputadas federais do  
nosso país,

Meus queridos amigos prefeitos que estão presentes neste ato,

Senhores oficiais-generais



Senhoras e senhores integrantes das Forças Armadas,  
Funcionários e funcionárias do Ministério da Defesa,  
Meus amigos jornalistas,  
Senhores representantes das igrejas aqui presentes,  
Meu querido José Alencar,

A missão de defender um país das dimensões e importância do Brasil é grandiosa e complexa.

A dedicação do ministro José Viegas à pasta da Defesa e o seu profissionalismo, durante estes 22 meses do nosso governo, são motivos de satisfação e orgulho para todos nós.

Entre os muitos êxitos de sua gestão é importante destacar: o fortalecimento da presença das Forças Armadas na proteção da Amazônia; a revitalização do nosso programa espacial; a reativação do Correio Aéreo Nacional, imprescindível à nossa plena integração territorial e humana; e a tão esperada regulamentação da “Lei do Abate”, que assegura a efetiva soberania nacional sobre o espaço aéreo brasileiro, reforçando a capacidade do nosso país enfrentar o narcotráfico e o crime organizado.

Na esfera internacional, a presença solidária de tropas brasileiras no Haiti, coordenando a Missão de Paz das Nações Unidas, constitui-se num inegável desafio que o Ministério da Defesa tem enfrentado com abnegação e competência.

Sem falar da notável contribuição que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, liderados pelo ministro Viegas, deram nesse período ao grande mutirão nacional contra a fome e a pobreza.

Numa gestão assim profícua, que elevou o contingente de recrutas no serviço militar para cerca de 100 mil, poderíamos destacar ainda o lançamento do programa Soldado Cidadão e, se Deus quiser, logo, logo, a volta do tão





sonhado projeto Rondon no nosso país. Ambos os projetos voltados para a afirmação dos direitos e da consciência cívica da nossa juventude.

Minhas senhoras e meus senhores,

Para substituir o embaixador Viegas, convoquei ninguém menos que o Vice-Presidente da República, numa demonstração da importância que atribuo à Pasta da Defesa e da minha determinação de mantê-la em mãos competentes e seguras.

Desnecessário sublinhar as qualidades humanas, políticas e administrativas de José Alencar e o enorme respeito e apreço que todos nós temos por ele. Seu compromisso com a causa da democracia e da justiça social, bem como sua defesa intransigente de uma presença ativa e criativa do Brasil no cenário internacional, são permanente fonte inspiradora para a nossa equipe de governo e, estou certo, para toda a sociedade brasileira.

À frente do Ministério da Defesa, José Alencar se pautará pelos mesmos altos ideais republicanos que sempre guiaram o embaixador José Viegas, fazendo com que as Forças Armadas, sob o comando do poder civil, emanado do voto popular cumpra sua nobre função, sua nobre missão constitucional, na estrita observância dos princípios democráticos.

Eu não poderia deixar de agradecer ao meu querido amigo, embaixador José Viegas, pelo empenho, dedicação e lealdade com que se portou nesses 22 meses de governo. E o mesmo dizer ao meu companheiro, fraterno amigo, irmão de jornadas difíceis, ao meu companheiro José Alencar: eu não sei se alguém tem dúvida do significado da ida do José Alencar para o Ministério da Defesa.

Eu disse, em várias reuniões de que participei com os oficiais gerais do meu país, na coordenação de governo, que uma das coisas que eu gostaria que acontecesse quando terminasse o meu mandato, é que não houvesse mais dicotomia entre o servidor civil e o servidor militar. Que ninguém fosse obrigado a pagar o resto da vida por coisas das quais muitas vezes nem



participou; e que a gente pudesse terminar este governo mais irmanado do que em qualquer outro momento da nossa história, entre sociedade civil e os militares brasileiros. A verdade é que nós temos uma sociedade civil, do ponto de vista democrático, altamente preparada, muito calejada, ansiosa para a cada dia, fazer evoluir as conquistas da sociedade civil e a conquista da sua cidadania. E do outro lado temos as Forças Armadas, que sabem e têm cumprido com as suas obrigações e, mais do que cumprir as suas obrigações institucionais, têm tido atitude de solidariedade com todos os projetos que o governo tem realizado nesses últimos anos. E eu posso falar dos meus 22 meses de governo.

As Forças Armadas têm tido um papel imprescindível. Em nenhum momento houve qualquer recusa de fazer qualquer decisão do governo se tornar política pública, com dedicação, discernimento, e fazendo as coisas da melhor forma possível. Eu me lembro quando discuti com o Viegas a questão do “Soldado Cidadão”. A necessidade que nós tínhamos de utilizar a experiência das Forças Armadas para incluir os jovens da periferia e, pela primeira vez há muito tempo, há pelo menos 15 anos, a gente não tinha mais que 70 mil recrutas, e passamos a 100 mil recrutas, com 30 mil novos, exatamente para que a gente pudesse não apenas dar noções de cidadania para esses jovens, mas, ao mesmo tempo, dar condições para aprenderem uma profissão, para que, ao sair do serviço militar, possam arrumar um emprego com maior tranquilidade do que tinham antes. Prontamente, as Forças Armadas assumiram a responsabilidade e esses jovens já estão quase cumprindo 6 meses de trabalho.

Da mesma forma que foi com muito orgulho, Viegas, que eu participei da restauração do Correio Aéreo Nacional. Possivelmente, aqui de Brasília, falando do Correio Aéreo Nacional, as pessoas não dão importância, mas indo onde nós fomos no Acre, parece-me que a Manoel Urbano, descer no primeiro aviãozinho que chegou lá e ver a emoção daquelas pessoas que



passam meses ou anos sem receber uma visita, sem receber um médico, sem receber um dentista, sem receber uma enfermeira, sem receber praticamente ninguém, a gente viu a alegria estampada nos olhos das mulheres, dos homens e das crianças.

E para que todos vocês saibam, o sucesso é tão extraordinário que já foi lançado o CAM internacional. Nós, agora, estamos com os aviões da Força Aérea Brasileira cobrindo o Mercosul, fazendo atendimento às pessoas mais necessitadas, a estudantes, e garantindo o direito das pessoas irem e virem, que é um direito sagrado que está contido na nossa Constituição.

Da mesma forma, foi com muita emoção, Viegas, que pudemos fazer aquela visita no nosso porta-aviões, ou seja, é até uma recomendação que eu faço a vocês. O dia em que puderem e forem convidados, por favor, não recusem porque vocês vão ver o que nós, brasileiros, temos para oferecer para os países que compõem o nosso mundo fronteiro. Submarino (inaudível) o Brasil, me parece que é o único país da América do Sul que tem um navio dessa qualidade.

Eu penso que por isso mesmo, a política externa, meu querido Celso, que você dirige tão bem no Ministério das Relações Exteriores, é compartilhada por uma política muito competente que o nosso Ministério da Defesa fez e continuará fazendo junto com os nossos comandantes, numa integração profícua com as Forças Armadas dos países que compõem toda a América do Sul, oxalá a América Latina, oxalá a África e oxalá outros países, porque as nossas Forças Armadas estão preparadas para estabelecer essa relação, para trocar conhecimentos e para fazer com que o Brasil seja cada vez mais um país independente, capaz de produzir as suas próprias tecnologias, capaz de concorrer com outras potências na produção, por exemplo, do nosso navio submarino, capaz de fazer a defesa da nossa fronteira no combate ao narcotráfico e ao crime organizado. E nós do Poder Executivo, estamos certos de que a nossa missão é fazer com que as Forças Armadas Brasileiras



possam, nem mais e nem menos, mais ter a mesma dimensão de grandeza que nós queremos que as outras instituições tenham, e ter a mesma dimensão de grandeza que nós queremos que o Brasil tenha. E é com essa dimensão que nós, a sociedade civil brasileira, e as Forças Armadas Brasileiras, vamos conquistando o respeito, passo a passo, interna e externamente, para que um dia o Brasil possa ser levado muito mais em conta do que ele é levado hoje, quando se trata da questão da defesa.

A nossa presença no Haiti é a demonstração de que o Brasil não perderá uma oportunidade sequer. Eu sei que tem gente que faz crítica mas a verdade é que se nós não estivéssemos lá, lá estariam os militares americanos, fazendo o que jamais os militares brasileiros vão fazer, porque a orientação é que nós não iremos cumprir nenhum papel de polícia, mas iremos tentar manter a paz até que aquele país possa, no próximo ano, convocar eleições e ter um presidente, um governo legitimamente eleito pelo voto direto. E os nossos soldados retornarão ao Brasil, porque certamente teremos muito trabalho para eles aqui dentro.

Meu querido Viegas, você deixa o Ministério mas, certamente, não deixará o governo, porque o Viegas é um companheiro comprometido com este governo, antes de eu ser governo e, portanto, agora que eu sou, esteja ele onde estiver, e estará, obrigatoriamente, comprometido em ser um servidor público deste país. E enquanto eu estiver na Presidência, será um servidor público do seu amigo Presidente da República.

Meu querido José Alencar, eu quero dizer que a tua indicação é apenas uma demonstração do grau de confiança e lealdade que eu aprendi a ter por um homem que eu não conhecia há dois anos e meio, há menos de três anos. Eu não tinha a menor noção de quem era o José Alencar, só sabia que era presidente de um grande grupo empresarial chamado Coteminas, e que ia completar 50 anos de atividade empresarial. Lá fui chamado. Não quis ir, num primeiro momento, porque não o conhecia. O que eu iria fazer numa festa de



um grande empresário como o José Alencar? Fui convencido pelo companheiro José Dirceu a ir a Belo Horizonte e fui a Belo Horizonte.

E como eu digo sempre que Deus escreve certo por linhas tortas, eu, que não conhecia o José Alencar, quando acabei de ouvir o seu discurso, disse ao José Dirceu: encontrei o vice-presidente da República que eu precisava para ganhar as eleições. Vim a Brasília convencê-lo a ser meu vice e ele tinha convite de muitos outros candidatos. Mas eu acho que a química entre um pernambucano e um mineiro falou mais alto. Eu não tenho dúvida nenhuma de que parte do sucesso da nossa vitória deveu-se à estabilidade que o companheiro José Alencar deu à minha campanha em vários setores da sociedade brasileira.

Esses 22 meses de convivência com o companheiro José Alencar demonstrou o acerto que nós tivemos de trazê-lo como vice. Quando o companheiro Viegas me pediu demissão, eu tentei fazer com que ele voltasse atrás, mas ele disse que era definitivo, e eu não pensei em dois nomes, pensei no José Alencar, porque eu acho que o José Alencar é o que nós temos, hierarquicamente, depois do Presidente a República, de mais representativo para exercer essa função tão nobre. Se alguém, algum dia, no Brasil, não quis levar à sério o Ministério da Defesa ou achou que era um Ministério para não ser levado muito em conta, é importante que vocês saibam: no meu governo ele é levado tão a sério que primeiro foi um embaixador, da qualidade do Viegas, e, segundo, é um homem de importância da República, como o companheiro José Alencar.

A você, José Alencar, eu não desejo só sorte, eu quero que você saiba que serei seu eterno cúmplice nas boas políticas que, certamente, você adotará à frente desta Pasta. Toda a sorte do mundo. Paciência, eu peço à dona Marisa, para o Josué, para a mulher e para os netos, terem paciência, porque o José Alencar, embora tenha 59 anos, age como se tivesse apenas 18. Então, temos que gastar essa energia dele com mais funções, com mais



trabalho, porque um ser humano sem muita função, pode não dar um bom resultado. Eu quero o José Alencar dedicando essa sua juventude, esse seu espírito de companheirismo, essa vontade de participar e esse seu nacionalismo ao nosso querido Brasil e às Forças Armadas Brasileiras.

Boa sorte José Alencar, e muito obrigado a vocês!



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de entrega do Mérito Cultural**

**Palácio do Planalto, 09 de novembro de 2004**

Meu querido companheiro Gilberto Gil, ministro da Cultura,  
Minha querida companheira Marisa,  
Embaixadora Cecília Soto González, embaixadora dos Estados Unidos  
do México,

Embaixador António Manuel Franco, embaixador da República  
Portuguesa,

Meu caro Waldir Pires,

Meu querido Jaques Wagner,

Minha querida senadora Roseana Sarney,

Meu querido companheiro Eduardo Suplicy, senador da República,

Deputados Paulo Rubens Santiago e Chico Alencar,

Senhores e senhoras agraciados com a Ordem do Mérito Cultural,

Senhores e senhoras representantes dos movimentos culturais,

Jornalistas,

Meus amigos e minhas amigas,

Eu prometi para a Marisa que hoje não haveria nenhum segundo de improviso, porque estamos com a agenda muito atrasada, mas eu tinha vontade de falar muito mais com a alma do que com o texto. Mas eu vou, diante da necessidade, controlar os meus ímpetos aqui, viu, José Celso.

O que nós estamos celebrando hoje é, acima de tudo, o reconhecimento ao que temos de mais caro na alma nacional: a nossa cultura. Ela está presente na grande arte do futebol, representada aqui pelo rei Pelé; na música encantadora de Caetano e no imenso legado que nos deixaram Orlando Villas



Bôas, Fernando Sabino, Rachel de Queiroz e o nosso querido Renato Russo.

Nossa alma brasileira também está impressa nos gibis de Maurício de Sousa, nos quais nossos filhos lêem algumas de suas primeiras palavras, inclusive aprendendo errado, com o Chico Bento, algumas delas. E na forma pela qual cada uma das quarenta personalidades e grupos que recebem hoje a Ordem do Mérito Cultural reinventam e transfiguram o mundo pela sua imaginação criadora.

Falo, inclusive, dos homenageados e homenageadas que, embora tenham trabalhado com afincos e talentos durante toda a sua vida, ainda não têm o devido reconhecimento nos grandes teatros, nas livrarias, no rádio ou na televisão.

É o caso da Maria, da Regina e da Conceição das Neves – deficientes visuais – que vieram de Campina Grande, lá na Paraíba, para nos brindar com a luz de suas vozes. Ou do Povo do Açude, da Serra do Cipó, em Minas, que mantém viva a dança do Candombe desde o tempo dos escravos.

Juntas, essas personalidades e esses grupos evidenciam a força de nossa identidade cultural. Uma identidade plural, nascida em meio à riqueza artística e imaginativa dos povos que deram origem à nação brasileira. E que sempre manteve um fértil diálogo entre a arte popular e a erudita, entre as expressões genuinamente brasileiras e aquelas que recebemos de outros países.

E nós sabemos que tudo isso só é possível porque a verdadeira cultura transcende fronteiras, sejam elas entre países, etnias, classes sociais e religiões.

Meus amigos e minhas amigas,

Estamos empenhados, governo e sociedade, em criar o máximo de possibilidades para que nós, brasileiros e brasileiras, consigamos expressar cada vez mais a nossa criatividade.

Uma política cultural contemporânea deve ampliar o acesso aos bens e





manifestações culturais e, ao mesmo tempo, expandir a possibilidade de as pessoas darem vazão ao seu espírito criador.

Com os Pontos de Cultura, por exemplo, o companheiro Gilberto Gil e sua equipe começarão brevemente a repassar às comunidades organizadas não só uma verba para seus projetos, mas também câmeras de vídeo e computadores.

Nosso objetivo é que os artistas populares consigam materializar sua criatividade também em produtos audiovisuais e digitais e possam usar a tecnologia como forma de divulgação. Duzentos e cinquenta pontos já foram selecionados por meio de edital e os primeiros contratos estão sendo assinados. Isso permitirá, não só às comunidades urbanas, mas também às indígenas e quilombolas, o acesso aos meios de produção e expressão de sua riqueza cultural. Em 2005, teremos mil comunidades selecionadas.

Ao mesmo tempo, fortalecemos a nossa política de incentivo à produção cultural para permitir que novos talentos tenham acesso a financiamentos. E trabalhamos nos aperfeiçoamentos legislativos que têm por objetivo valorizar e apoiar a livre difusão cultural, como é o caso do Projeto da Ancinav e outros.

Os textos preparatórios para o Projeto de Lei da Ancinav receberam mais de 400 propostas durante consulta pública. Todas elas estão sendo analisadas e, ainda neste mês, o Conselho Superior de Cinema começa a preparar o texto final que será encaminhado para votação no Congresso Nacional.

Além disso, queremos que os produtos culturais brasileiros, a exemplo do que já ocorre com a indústria e a agricultura, tenham cada vez mais acesso aos mercados de todo o mundo. Afinal, este é um dos segmentos que mais cresce na vida econômica internacional, com um enorme potencial de geração de emprego e renda.

Com toda a sua autonomia, com liberdade e sem nenhuma obrigação propagandística, a arte tem uma capacidade quase mágica de falar às mentes



e aos corações de cidadãos e cidadãs de qualquer nacionalidade, compartilhando sensibilidades. Por isso mesmo, ela é um poderoso instrumento da construção da paz.

Todos que estão sendo homenageados aqui, hoje, têm um importante papel nesse processo de construção. E é por isso que quero agradecer a todos vocês pelo que têm feito ao nosso país e dar-lhes os meus mais sinceros parabéns.

Meus amigos e minhas amigas, uma palavrinha sobre o Projeto da Ancinav. Não é fácil, no nosso país, qualquer mudança em profundidade que queira se fazer sobre qualquer ramo das atividades econômicas. O Pelé teve experiência como ministro de Esportes. Todo mundo pensava: “Como o Pelé é o rei do futebol, vai chegar ao governo e fazer um projeto de lei; o projeto de lei vai se chamar Lei Pelé e isso, no Congresso, vai ser aprovado com uma rapidez imensa, vai ser executado e estará resolvido o problema do futebol brasileiro.”

Ledo engano, porque as adversidades existem muitas vezes no anonimato e, quando se apresenta uma proposta, por melhor que seja, que tente mudar alguma, ela começa a mexer com hábitos, com costumes, com pessoas que acham que aquilo é um direito adquirido e aí é um trabalho imenso. Acho que o Gil já apanhou o que tinha que apanhar, por conta do Projeto de Lei da Ancinav.

Obviamente que nós não queremos fazer uma lei, como disse o nosso querido Carrilho, para tirar nada de ninguém. O que nós queremos é garantir direitos a outros que não têm direitos; o que nós queremos é aumentar o número de pessoas que possam ter direitos neste país; queremos aumentar o número de pessoas que possam participar da atividade cultural no nosso país. E, mesmo assim, nós enfrentamos uma adversidade muito grande, porque estamos mexendo com hábitos, estamos mexendo com pseudodireitos, estamos mexendo com costumes e tudo isso é sempre muito complicado.



Eu me lembro de uma conversa que tive com o companheiro Gilberto Gil... primeiro, nós não estamos fazendo um projeto para nós, o projeto não é para o Gil, não é para o Lula, não é para este governo; é um projeto cultural para uma nação que já tem 500 anos e, quem sabe, um projeto que possa durar mais 500 anos. E isso vai exigir de vocês dedicação, vai exigir de vocês capacidade de persuasão, vai exigir de vocês, que fazem parte da cultura viva deste país, um trabalho imenso nesse debate, para que a gente possa, definitivamente, provar ao Brasil que muitas vezes as mudanças, por mais complicadas que pareçam, precisam acontecer; é preciso que elas existam para que a gente possa se adequar aos novos tempos. É isso que nós estamos tentando fazer. E eu acho que a dedicação do Gil e da sua turma, não a “Turma da Mônica”, mas a turma do Ministério da Cultura, certamente esses companheiros vão conseguir convencer a maioria da sociedade, convencer parte dos opositores ao projeto, convencer o Congresso Nacional – Câmara e Senado – de que é importante que o Brasil tenha um novo projeto de cultura para o nosso país.

Meus parabéns!

A Turma da Mônica concorda. Muito bem.

Gente, meus parabéns a todos vocês. Boa sorte e meus parabéns, Gilberto Gil.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à exposição e cerimônia comemorativa dos 60 anos da Organização Odebrecht**

**Brasília-DF, 09 de novembro de 2004**

Meu querido Emílio Odebrecht, presidente do Conselho da Odebrecht,  
Meu querido amigo, senador José Sarney, presidente do Senado,  
Meu companheiro Meirelles, presidente do Banco Central,  
Meu querido Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura,  
Minha querida companheira Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia,

Meu querido companheiro Waldir Pires, ministro da Controladoria-Geral da Presidência da República,

Meu caro futuro prefeito de Salvador, já eleito, mas que só tomará posse a partir do dia 1º de janeiro, João Henrique,

Meu amigo Márcio Thomaz Bastos, ministro da Justiça,

Meu querido senador Ramez Tebet,

Meu querido amigo Furlan,

Meus amigos e minhas amigas,

Aqui tem nome de pessoas que não estão aí.

Meu querido Armando Monteiro,

Eu penso que nesses dois anos de governo já estive mais reunido com o Armando Monteiro do que com o Jair Meneguelli, que está aqui. Quem diria. Mas são os ossos do ofício. E eu acho que tanto para o Armando quanto para mim, pelo menos para mim, é motivo de alegria ter vindo nesta Casa, aqui, em dois anos, possivelmente, mais do que muitos presidentes em todos os mandatos. Porque, aqui, têm acontecido eventos dos mais diferentes setores



da economia brasileira e a CNI deixou toda a Casa fechada para se tornar um palco do debate sobre o desenvolvimento brasileiro. E foi, aqui, com a graça de Deus, que eu fiz o primeiro debate das eleições de 2002 e que pude, pela primeira vez, ter um contato direto com todo o empresariado brasileiro.

Eu, por respeito ao horário e a todos vocês, não vou ler o meu discurso, também não vou citar os números da Odebrecht, diante da direção da Odebrecht. Não tem nenhum sentido.

Eu queria dizer para o companheiro e amigo Emílio. E posso chamá-lo assim, porque conheço o Emílio há muito tempo, apresentado por um amigo comum, que passou vários meses dizendo que eu precisava conhecer um amigo dele, que era empresário. Foi o governador Mário Covas que me levou, convidou a mim e ao Emílio para almoçarmos na casa dele.

E eu queria dizer uma coisa para vocês que estão participando desses 60 anos de comemoração da fundação desse grupo. Não para o governante, mas para o cidadão brasileiro: é motivo de alegria quando a gente tem uma empresa da qual pode se orgulhar.

Quem viaja para a América do Sul ou para alguns países africanos, ou viaja muito pelo Brasil, normalmente, encontra a mão da Odebrecht em alguma coisa. Eu penso que não são muitos os quilômetros de estradas brasileiras que a gente pode percorrer, sem passar por um quilômetro de asfalto feito pela Odebrecht. Não são poucas as casas que recebem a energia elétrica, que não tenham um bom pedaço do trabalho da Odebrecht na construção das hidrelétricas brasileiras. Acho que mais da metade dos megawatts, produzidos pelas hidrelétricas brasileiras, uma boa parte dos 80 mil megawatts foi construída pela Odebrecht.

Uma empresa dessa magnitude, com a filosofia de trabalho mostrada na exposição que acabamos de ver, só pode dar certo. E dá certo na medida em que a direção da empresa acredita no seu potencial enquanto empresa, acredita nos seus funcionários e na sua direção, no seu corpo técnico e,



sobretudo, quando essa empresa acredita no futuro dos países onde ela está fazendo os seus investimentos.

E nós, Emílio, queríamos te dizer, e dizendo a você estou dizendo a todo o grupo Odebrecht e a todas as empresas da construção civil, sobretudo, da construção civil pesada no Brasil: podem ter certeza que o Brasil entrou numa rota de desenvolvimento e de crescimento e numa rota de integração que não tem mais volta.

Já tivemos vários séculos dos quais algumas regiões tiraram proveito. A Europa toda, depois de tudo que eles passaram, o século XIX foi o século da Europa; o século XX foi o século da América do Norte e o século XXI precisa ser o século do Brasil.

Não há por que a gente não acreditar que o Brasil não tem condições de exercer a liderança, não apenas no continente sul americano, no continente latino americano, mas o Brasil pode ter uma forte influência de um tipo de desenvolvimento que se dê em quase todos os países da África, sobretudo, da África Negra.

Para que isso aconteça é preciso que se tenha determinação e visão estratégica do governo brasileiro e do governo dos outros países. Eu estou falando para um grupo de empresários, alguns eu já encontrei em países da América do Sul, mas a primeira coisa que nós precisamos fazer, meu caro Emílio, foi tentar estabelecer uma confiabilidade entre os governantes da América do Sul com relação ao Brasil. Por quê? Porque quem tem experiência internacional, e está, aqui, o nosso embaixador Flecha de Lima, sabe perfeitamente bem que, muitas vezes, um país da América do Sul que faz fronteira com o Brasil tem mais medo do Brasil, tem mais medo do empresariado brasileiro do que do empresariado americano ou da política americana.

Teve presidente que veio me visitar antes da posse e me disse textualmente: “Presidente, durante mais de 50 anos eu acreditei que a minha



solução era os Estados Unidos e, agora, estamos conversando há 45 minutos e descobri que, possivelmente, a solução esteja na minha relação com o Brasil". E isso, nós fizemos em todos os países, primeiro, visitamos todos sem distinção, segundo, recebemos todos aqui sem distinção, porque, política econômica, política e investimento, dependem de uma coisa chamada relação humana, de uma coisa chamada confiabilidade, de uma coisa chamada credibilidade, de uma coisa chamada certeza se você vai ou não ter o retorno daquilo que você aplica ou da certeza do funcionamento da política local.

E nós, hoje, podemos afirmar aqui neste Plenário, para os empresários que participam da homenagem aos 60 anos da Odebrecht. Possivelmente, nós estejamos, neste momento, consolidando uma política e uma compreensão de integração que nunca houve na América do Sul.

Eu dizia à Maria Glória, que em nome da Camex, negociava com o Peru o financiamento da estrada que vamos fazer via Proex. Eu dizia para ela, porque eu tinha recebido uma sugestão e resolvi passar para ela que o que o Bolívar não conseguiu fazer com a espada, possivelmente a gente consiga fazer com o Proex e com o BNDES se a gente tiver a crença de que a integração é o que pode dar ao Brasil muito mais importância nas suas relações internacionais. E nós fazemos isso com a convicção de que é necessário e o Brasil pode exercer esse papel de liderança sem querer ser líder.

Por ser o maior país, por ser a maior economia, o Brasil tem que ter mais humildade, mais generosidade e tem que estar sempre disposto a estender a mão para ajudar os outros países a se desenvolverem, fazendo com que as nossas empresas possam construir aquilo que é do interesse de um país mas que, do ponto de vista estratégico, também é do interesse do Brasil. Obviamente que não estamos pensando em obter lucro no dia seguinte.

Uma ligação com o Pacífico, via Peru, vai depender muito para o Brasil de duas coisas fundamentais. Primeiro, da capacidade dos nossos empresários



fazerem parcerias com os empresários peruanos e fazer com que a área toda por onde passa a estrada seja ocupada de forma produtiva. Segundo, na medida em que a região Norte do país começa a se desenvolver mais, a gente vai ter mais produtos para exportar e, portanto, também mais produtos para importar.

A mesma forma vale com a Bolívia. Estamos discutindo, eu não sei se já fechamos, Furlan, Samuel, mas o dado concreto é que nós também queremos ajudar a Bolívia a construir um pedaço de uma estrada que tem interesses estratégicos para o nosso país. Da mesma forma que queremos construir juntos, e estou falando com alguém, nada mais nada menos, responsável por mais de 70% do pólo petroquímico brasileiro, mas nós precisamos construir um pólo gás-químico na divisa Brasil e Bolívia, para que a gente possa, não apenas desenvolver o Brasil e torná-lo mais auto-suficiente, mas ajudar os nossos irmãos mais pobres a se desenvolverem, e o Brasil é que tem a tecnologia para construir e ter generosidade para fazer uma parceria em que os vizinhos possam ter uma participação efetiva no desenvolvimento dessas iniciativas.

Eu acho, Emílio, que a Odebrecht é motivo de orgulho para qualquer brasileiro que viaje o mundo. Acho que a Odebrecht, em competência, não deve a país nenhum do mundo, a escola de engenharia nenhuma do mundo, para disputar qualquer concorrência ou para medir a qualidade das obras que serão feitas por uma empresa do seu porte e também da própria engenharia brasileira, que está muito avançada, se comparada a qualquer outro país do mundo. Nós não devemos nada a ninguém nessa área.

E quando vocês completam 60 anos, eu como Presidente da República, só posso dizer: Deus queira que eu viva até o dia em que a gente tiver que comemorar os 100 anos da Odebrecht, ou quem sabe os nossos filhos estejam presentes, lembrando que um dia nós participamos da comemoração dos 60 anos. Eu estou convencido Emílio, que nós entramos numa rota em que a





construção civil vai ter um papel extremamente importante. Aqui nesta Casa, nós fizemos uma reunião com os empresários da indústria da construção civil e eu acho que há muito tempo a construção civil não tinha os créditos que vão ter no próximo ano para fazer investimentos na construção civil.

Da mesma forma que nós do governo estamos convencidos, Emílio, que faremos a recuperação dos portos brasileiros, de parte das ferrovias brasileiras, a recuperação das estradas brasileiras e o término de algumas que já foram inauguradas em muitas eleições – já tem placa de inauguração, pelo menos em uns dez trechos da estrada, – mas não tem problema, nós vamos ter que terminá-las de forma a concretizá-las definitivamente. E vamos fazer aquilo que tem que ser feito, porque o Brasil, vejam esse absurdo, o Brasil pode ser vítima do seu crescimento. Ontem nós éramos vítimas da falta do crescimento. Mas se a nossa indústria continuar exportando o tanto que está exportando, se o nosso agronegócio continuar crescendo do jeito que está crescendo e exportar o que estamos exportando, nós passamos pelo gostoso risco de perceber que não temos como escoar esse potencial enorme de produção que o Brasil está tendo hoje. Já temos filas enormes, não é Roberto, em muitos lugares.

Então, nós já definimos, já detectamos os pontos, esperamos que vocês, empresários, ajudem, conversando com os senadores para que a gente aprove logo o projeto de PPP para facilitar essas parcerias, que a Odebrecht, aliás, conhece muito bem, porque eu estava vendo ali, agora, na exposição, que quando a empresa esteve numa situação difícil, a recuperação da empresa deu-se, inclusive, porque o presidente da Odebrecht fez uma parceria com os empresários, repartindo aquilo que a empresa podia ganhar.

O governo quer fazer parceria naquilo que o Estado tem consciência de que sem a iniciativa privada nós não podemos fazer. Acabou o momento histórico em que a gente discutia, no Brasil, que determinadas coisas eram função do Estado. É função do Estado, quando o Estado tem dinheiro para fazer e pode fazer. Quando o Estado não tem dinheiro, ele tem que ter



humildade para reconhecer que não tem dinheiro e tem que fazer parceria ou fazer concessão para aqueles que têm o dinheiro, para que façam o que tem que ser feito no Brasil. Muitas vezes, nós cometemos o equívoco de ficar discutindo muito quando o povo tem pressa, quando o povo precisa, e o Brasil tem pressa e urgência de que as coisas aconteçam.

Eu não tenho dúvida nenhuma, Emílio, que pela experiência de 60 anos de vida que tem o grupo Odebrecht, nós teremos da Odebrecht essa disposição para parceria, e a Odebrecht pode ter a certeza de que nós do governo continuaremos abrindo espaços, abrindo trincheiras para que as empresas brasileiras possam, cada vez mais, crescer, produzir e construir em outros países e gerar riquezas. E, para mim, quanto maior for a empresa, melhor. Eu vou terminar dizendo o que eu disse ontem na Fiesp: o empresariado brasileiro precisa deixar de pensar pequeno, precisa deixar de ter medo de virar empresário multinacional, e tem que botar a cara, porque no mundo empresarial, vocês sabem que nesse mundo globalizado, não se dá colher de chá para ninguém.

Nós temos vontade de fazer parcerias com todos os países do mundo, mas quando a gente vai fazer parceria nos países deles, eles impõem regras para as nossas empresas participarem e às vezes não querem nem que as nossas empresas participem ou exigem sociedade conosco. Aqui, nós precisamos aprender a fazer assim, nós precisamos ter orgulho enquanto governo e dizer: nós queremos que as nossas empresas sejam grandes, nós queremos que as nossas empresas sejam fortes, nós queremos que as nossas empresas sejam multinacionais, nós queremos que as nossas empresas estejam no Brasil mas estejam também em todas as partes do mundo, pois é assim que a gente vai construir uma grande nação e eu acho, Emílio, que vocês são um extraordinário exemplo de uma empresa que nasceu pequena, cresceu por competência e por abnegação da própria família e eu espero que vocês continuem por muito tempo sendo exemplo de como uma indústria pode



crescer, pode diversificar as suas atividades e chegar ao colossal lugar de importância que vocês têm na economia brasileira e mundial.

Meus parabéns e transmita um abraço ao seu pai.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a reunião de apresentação das medidas tributárias de apoio ao Programa Nacional do Livro e Leitura**

**Palácio do Planalto, 10 de novembro de 2004**

Eu não fiz nenhum discurso hoje, ainda. E prometo não fazer.

Vocês estão me vendo folhear este livro, aqui. Este livro vai ser lançado no dia 11, na Biblioteca Nacional, é isso? “Os Cem Brasileiros”. A Secretaria de Comunicação do Governo, junto com a Biblioteca Nacional, resolveu, dentro daquela campanha “O melhor do Brasil é o brasileiro”, selecionar 100 personalidades, das mais diferentes áreas, e publicar um livro com a biografia dessas pessoas.

Depois da publicação do livro vocês vão ver essas personalidades numa escala de massa jamais vista na história deste país, porque a cara deles estará em contracheques, na capa de cheques, na conta de telefone, na conta d’água, ou seja, onde tiver um contra-recibo a cara dessas 100 personalidades vai circular, para que as pessoas possam conhecê-las um pouco. Obviamente que sempre falta, escolhe-se 100, poderíamos ter mais 100. Mas, com o critério de se fazer uma seleção, sempre vão ficar alguns de fora. Mas eu penso que a Biblioteca Nacional deu uma contribuição extraordinária para ajudar a escolher as pessoas, e será publicado no dia 11.

Quero dizer para vocês que dos grandes desafios que nós temos, o mais fácil foi fazer a isenção de vários tributos que recaíam sobre as editoras brasileiras. Eu penso que, agora, nós temos um outro desafio: ter uma campanha muito grande, no Brasil, uma campanha como se estivéssemos vendendo o produto mais excepcional do mundo, para despertar nas pessoas o desejo e, depois do desejo, o hábito da leitura.



E obviamente que o preço é um bom incentivo. Não vamos negar que, quanto mais barato for o livro, mais chances as pessoas terão de comprá-lo. Agora, ao mesmo tempo, é preciso uma campanha.

Outro dia, eu fui à Feira do Livro, em São Paulo, e ousei fazer uma brincadeira, dizendo que fazer uma pessoa ter gosto pela leitura é como, na nossa vida cotidiana – e quem é casado sabe do que estou falando – fazer um filho comer uma coisa que ele diz que não gosta, sem nunca ter experimentado. Você tem que teimar, você tem que fazer chegar à boca dele, para que ele comece a perceber: “Espera aí, eu gosto. Porque que eu falei que não gostava?”

A juventude brasileira – até pelo espírito guerreiro dos nossos jovens, pela força e energia que eles têm – muitas vezes prefere fazer qualquer coisa, prefere viajar na Internet, aqueles que têm acesso à Internet, do que se deparar diante de um livro e ler.

Então, é preciso uma campanha publicitária, uma campanha que envolva todos vocês, o governo, empresas da iniciativa privada e os meios de comunicação que, certamente, irão colaborar para que isso aconteça, para que a gente desperte nas pessoas o interesse pela leitura.

Se nós conseguirmos fazer isso, eu penso que estaremos dando um passo. Eu vi na MTV, esses dias, eu não sei se foi anteontem, uma propaganda interessante em que eles aparecem pedindo para a pessoa: “Levanta do sofá e pega um livro para ler. Sai de frente da televisão, pô!”. É uma coisa interessante. E eu acho que nós vamos ter muita adesão numa campanha como essa.

Portanto, precisamos fazer com que na escola – viu, Tarso? – a nossa meninada pegue um livro e leia a primeira página, para ter vontade de ler a segunda, e que leia a segunda, para ter vontade de ler a terceira. Ela vai pegando o gosto. E aí a gente vai perceber que tudo que parecia impossível e difícil fica fácil quando há uma ação coordenada ou uma ação diversificada,



com tantos setores da sociedade interessados em que as pessoas brasileiras tenham acesso à leitura.

O governo pode fazer as suas bibliotecas, o governo pode fazer os Pontos de Leitura, o governo pode baixar os impostos, mas o governo não tem como obrigar as pessoas a lerem. Até tentamos fazer isso com a produção de livros pelo MEC, que são milhões e milhões, e que nós não sabemos se chegam a ser lidos pelas pessoas que deveriam ler. Então, é mais do isso; a parte legal, institucional está feita.

Agora, tem uma outra parte que é dizer o seguinte: olhe, vamos agora fazer do livro uma coisa muito popular, o preço é uma delas. Eu comparo sempre com o seguinte: ao convocar uma assembléia, você tem o sindicato, o microfone, a diretoria; é preciso o desafio de fazer com que as pessoas compareçam à assembléia para ouvir todo esse aparato institucional que tem.

O nosso desafio, agora, é despertar nas pessoas a idéia de que elas serão mais inteligentes e mais produtivas se elas se interessarem em ler alguma coisa do seu interesse. Então, eu penso que a parte legal, o Senado fez; a Câmara pode fazer, com essa mudança do Projeto que está lá; o Palocci, com essa generosidade que tem tomado conta dele no final do ano de 2004, fez a sua parte; o Galeno e o Gil estão fazendo a sua parte; o Tarso vai fazer a dele.

Agora, tem a parte de todos nós. Tem a parte de quem vende, de quem produz, de quem compra, de quem acredita que isso pode mudar um pouco a história do Brasil.

E podem ficar certos de que nós, através dos ministérios correspondentes ou da Secom, com alguma influência que o governo puder ter junto a alguns segmentos da comunicação – aliás, a TV Senado pode fazer uma propagandazinha, a TV Câmara faz outra, a TV Educativa, do governo, faz outra – de repente, a gente percebe que tem um potencial maior do que imaginava. Ao invés de ficar apenas chorando e lamentando, a gente vai para a



ação e vai conseguir transformar este país num país campeão de leitores na América do Sul e, quem sabe, batendo até alguns países mais desenvolvidos que nós.

Meus parabéns a vocês pela pauta e pela reivindicação. Meus parabéns ao Galeno pelo trabalho e meus parabéns ao Palocci pela sensibilidade, pelo coração grande que ele tem em atender a todos vocês.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de inauguração da obra de ampliação da pista de pouso e do  
pátio de aeronaves do Aeroporto de Petrolina Senador Nilo Coelho**

**Petrolina-PE, 11 de novembro de 2004**

Meu caro Jarbas Vasconcelos, governador do estado de Pernambuco,  
Meu caro Humberto Costa, ministro de Estado da Saúde,  
Meu caro Eduardo Campos, ministro de Estado da Ciência e Tecnologia,  
Meu caro Edson Vidigal, presidente do Superior Tribunal de Justiça,  
Meu caro José Mendonça Bezerra Filho, vice-governador do estado de  
Pernambuco,

Meu caro Amauri Dimarzio, secretário-executivo do Ministério da  
Agricultura, Pecuária e Abastecimento,

Meu caro Fernando Bezerra Coelho, prefeito de Petrolina,

Meu caro Joseph Bandeira, prefeito de Juazeiro,

Demais prefeitos aqui da região,

Meu querido companheiro Carlos Wilson, presidente da Infraero,

Meus companheiros deputados federais,

Deputados estaduais,

Vereadores,

Empresários aqui presentes,

Meus amigos, minhas amigas,

Secretários do estado de Pernambuco,

Meus amigos e minhas amigas,

Meus companheiros da imprensa,





Desnecessário seria eu repetir, aqui, coisas que disseram o ministro Eduardo Campos e o presidente da Infraero, nosso companheiro Carlos Wilson.

Eu já disse que para governar um país do tamanho do Brasil, com os problemas acumulados ao longo de tantas e tantas décadas, era preciso que a gente tivesse muita paciência. Muita, mas muita paciência para não permitir, em nenhum momento, que a pressão ou a afoiteza de alguns fizesse com que o governo tomasse medidas precipitadas que, talvez, não dessem certo.

Muitas vezes, a imprensa até brincou, porque eu utilizava muito a palavra “paciência”. E paciência a gente só aprende a ter quando tem mais responsabilidade, quando a gente sabe que as nossas atitudes podem trazer prejuízos para outras pessoas que, muitas vezes, não têm nada a ver com aquilo que nós decidimos.

E eu tenho, há muito tempo, na cabeça, que o Brasil precisa se dar uma chance. Embora tenha sido o país que mais cresceu no mundo – de 1950 a 1980 cresceu à média de 7% ao ano – o Brasil não conseguiu fazer com que essa riqueza fosse distribuída de forma justa para todo o seu povo. Mais ainda: nessa época, nós não conseguimos fazer com que o crescimento pudesse se espalhar pelo Brasil e atender, de forma mais ou menos equânime, todas as regiões brasileiras. Algumas regiões foram mais privilegiadas do que outras. E, por que não dizer, algumas regiões do Brasil foram totalmente esquecidas.

E eu penso que isso só aconteceu porque, muitas vezes, o político brasileiro não consegue pensar o Brasil para 20 ou para 30 anos. Normalmente, as pessoas trabalham pensando apenas no seu mandato. Como o mandato de presidente é de quatro anos e, no meio do seu mandato, ele ainda tem uma eleição para prefeito, isso significa que, se a gente for analisar bem, o prefeito, o governador ou o presidente termina dedicando, dos quatro anos que tem, praticamente um ano e meio para se preocupar com as eleições nesse período.



Se pensássemos o Brasil para 20 ou 30 anos, embora o mandato seja de quatro anos, e se os projetos fossem construídos de comum acordo com o pensamento da sociedade brasileira, de forma coletiva, nós teríamos a certeza de que, independentemente de quem estivesse no governo, os projetos teriam conclusão, porque a cada presidente, prefeito ou governador eleito haveria seqüência e, também, porque no Orçamento estariam previstos os recursos, a cada ano, para serem aplicados nas obras idealizadas.

Mas não é assim que funciona o Brasil. O Brasil deixou de ter política industrial porque entendia-se que o Brasil não deveria ter projeto de política industrial. E nós não só defendemos que tem que ter, como mandamos o projeto para o Congresso Nacional para ser votado. Somente agora o Senado Federal vai aprovar um projeto de política industrial.

E esse projeto de política industrial leva em conta uma região chamada Nordeste brasileiro, que precisa, de uma vez por todas, ter um projeto de desenvolvimento que não seja tido como favor pelos estados que já têm todas as vantagens comparativas, em relação ao Nordeste brasileiro: já têm mão-de-obra mais qualificada, já têm mais estradas, já têm mais portos, já têm mais aeroportos, já têm mais distribuição de renda, já têm mais financiamento.

Então, o papel do Estado é tentar pensar no todo mas, ao mesmo tempo, dentro desse todo, privilegiar aquelas partes que mais necessitam do Estado brasileiro. É por isso que estamos aqui, em Petrolina, inaugurando a extensão de uma pista que vai permitir que aviões, dos maiores que existem no mundo, possam sair daqui não apenas carregado de frutos, porque seria pouco pensar que uma região rica como essa só pode produzir frutas. É preciso, a partir do aeroporto, criar um pólo de desenvolvimento em torno desse aeroporto para que os aviões não tenham que ir a São Paulo buscar cargas, mas que possam sair daqui diretamente para a Europa ou para os Estados Unidos e fazer com que parte das riquezas do Nordeste seja produzida com alta tecnologia, porque é isso que coloca valor agregado nas coisas que nós



exportamos, e é isso que gera empregos de qualidade para uma juventude cada vez mais exigente, cada vez mais bem informada e cada vez mais esclarecida sobre a situação do país.

E quando eu disse que era preciso ter paciência, é porque aqui neste palanque, com raríssimas exceções, todo mundo já foi eleito para alguma coisa. Aqui tem governador, tem prefeitos, várias vezes prefeitos, e todo mundo sabe que o primeiro ano de governo é o ano mais difícil de qualquer governante. Só quando ele é reeleito é que o primeiro ano da reeleição não pode ser o mais difícil, porque ele preparou. Mas, quando ele ganha o mandato, é o primeiro ano. Por quê? Porque o orçamento foi feito com base nas prioridades do governo anterior, porque as prioridades foram definidas sobre uma lógica diferente da que você pretende definir. Mas ao mesmo tempo em que é o ano mais difícil, do ponto de vista financeiro, é o mais fácil de se fazer as coisas, porque depois de eleito você tem muita credibilidade, tem cacife eleitoral, portanto, você pode fazer todas as mudanças possíveis. O que você não pode gastar de dinheiro, você pode gastar de gordura política fazendo as mudanças e os arranjos que a cidade precisa, que o estado precisa e que a nação precisa.

Pois bem, nós estamos completando 22 meses de governo. Eu posso dizer para vocês que este país finalmente encontrou o caminho do desenvolvimento. Não aquele desenvolvimento que se chama “vão de galinha”, aquele que cresce um ano e decresce no ano seguinte; aquele que cresce num ano e decresce no outro ano. Não. Nós achamos que o Brasil precisa da chance de ter um ciclo de crescimento sustentável e que possa haver uma combinação entre o crescimento econômico do país e uma justa distribuição de riqueza no país com investimentos, também, distribuídos de forma justa pelo Brasil inteiro.

É por isso meu caro Fernando Bezerra, meu caro Governador, que é com muito orgulho que posso dizer que, nesses 12 meses de governo, as



vendas da indústria brasileira cresceram mais 15,63% em comparação com o ano passado. É por isso que eu poderia dizer para vocês que a massa salarial cresceu, nos últimos 12 meses, 11,09%, numa demonstração de efetivo começo de distribuição de renda no Brasil. E é por isso que posso dizer que o número de empregos com carteira profissional assinada no Brasil, que cresceu nos 9 meses de 2004, possivelmente é maior, hoje, do que foi o crescimento no melhor momento do Plano Real, em 1996.

E esses dados não são do governo, esses dados são da CNI e do IBGE. E eu os estou citando para poder garantir para vocês que os pessimistas, inclusive os de dentro do governo também, que diziam que a economia este ano só ia crescer 3%, devem agora estar procurando explicações, porque nós vamos crescer 4,5% ou mais que 4,5% este ano.

Queremos crescer mais no próximo ano e mais em 2006, para que o Brasil possa ter, definitivamente, a certeza de que nós vamos ter alguns anos de crescimento, para que a gente possa recuperar a dívida social que este país acumulou, ao longo de mais de 40 ou 50 anos, com o povo brasileiro.

E isso passa pelo desenvolvimento do Nordeste. Daí a importância de se levar em conta, meu caro Prefeito, a irrigação do Nordeste. Uma irrigação que precisa, definitivamente, ser levada a sério por nós e por todos aqueles preocupados com o desenvolvimento da agricultura brasileira.

A nossa prioridade para com o Nordeste brasileiro é para resgatar uma dívida histórica, é para fazer com que o Nordeste brasileiro não seja visto pelo restante do país apenas como o exportador de pobres para as regiões mais ricas. É preciso que a gente prove, na medida em que o Nordeste tenha chance, que o povo do Nordeste é tão ou mais competente que qualquer povo de outra região deste país ou do mundo, e que não precisa dever nada a ninguém.

A pista deste Aeroporto, agora ampliada – foi dito aqui pelos oradores que me antecederam que é a segunda maior; o Prefeito acha que é a primeira,



porque no de Guararapes ainda falta desapropriar um pequeno pedaço – além de dar vazão à capacidade produtiva desta região, pode trazer para cá muitos novos e importantes projetos, para aumentar o crescimento desta região.

Se pudéssemos, companheiro Joseph, a gente não faria um aeroporto tão grande em Petrolina; a gente faria ali, no meio do rio São Francisco, para que ficasse metade de Juazeiro e metade de Petrolina. Mas como o Ministério do Meio Ambiente certamente proibiria, a gente resolveu aproveitar Petrolina, que já tinha uma boa pista e dinamizá-la.

Quero dizer uma coisa, governador Jarbas Vasconcelos: faz um mês e meio, o Primeiro-Ministro do Japão veio fazer uma visita ao Brasil. E eu fiquei sabendo que há 27 anos o Brasil tentava exportar manga para o Japão e ele se recusava a comprar a manga brasileira, dizendo que a gente não tinha o controle fitossanitário do “bicho da mosca” e, portanto, não comprava.

Eu não perdi a oportunidade de fazer com que o Primeiro-Ministro experimentasse a manga brasileira. E cobramos dele a razão por que o Japão não importava manga brasileira, a não ser por compromissos de importadores do Japão com outros países, porque nós poderíamos provar que a manga brasileira é melhor do que qualquer manga produzida em qualquer outra parte do mundo. O dado concreto é que, a partir da visita do Primeiro-Ministro, ele assumiu o compromisso de importar a nossa manga.

Eles também têm dificuldades de importar a nossa carne, possivelmente porque comprem carne de outro país. E nós, que não podemos tratá-los com uma boa picanha, uma boa costela, quem sabe uma buchada, isso não pode oferecer, porque pode prejudicar a saúde do estrangeiro, aqui.

Mas nós vamos para o Japão, em maio, e vamos levar para fazer lá uma boa parte da carne que nós temos aqui de melhor qualidade. Porque não tem nenhuma explicação algum país não querer importar carne brasileira porque teve uma febre aftosa no estado da Amazônia, numa cidade bem longe de Manaus, que possivelmente seja muito mais longe do centro exportador do que



a Inglaterra da Alemanha. Portanto, não tem nenhuma explicação. A nossa explicação, meu caro Amauri, que está aqui representando o ministro Roberto Rodrigues, é que vocês precisam, permanentemente, estar desafiando os empresários brasileiros. Nesse mundo globalizado, ninguém dá colher de chá para ninguém; ninguém vai comprar coisa do Brasil porque tem criança de rua; ninguém vai comprar coisa do Brasil porque tem prostituição infantil; ninguém vai comprar coisas do Brasil porque tem analfabeto. As pessoas vão comprar coisas do Brasil quando a gente souber melhorar a qualidade dos nossos produtos e tivermos ousadia para vender as coisas com muita força lá fora. É por isso que nós resolvemos ter uma política externa muito ousada, para tentar fazer com que o Brasil tivesse uma maior inserção no mundo, para que o Brasil pudesse ter uma maior participação no mercado globalizado.

E, hoje, nós estamos com um compromisso, prefeitos e Governador, de num pequeno espaço de tempo, eu acho que dentro de alguns meses, nós atingirmos a gostosa marca do 100 bilhões de dólares exportados, o que será o maior recorde de toda a história do nosso país. E isso depende de nós, não depende de ninguém. Depende da nossa ousadia, da nossa competência, da nossa perseverança, de nós todos acreditarmos que o Brasil pode colocar os seus produtos e não apenas produtos *in natura* ou matéria-prima, mas colocar produtos com valor agregado. O Brasil tem que provar a si mesmo que ele tem competência para disputar, em igualdade de condições, com qualquer outro setor da sociedade.

E, por último, eu quero dizer para vocês, que durante a campanha eu dizia: se eu for eleito presidente da República e não fizer pelo Nordeste, quem mais fará pelo Nordeste? E por uma razão muito simples. Quando nós resolvemos ter uma política mais ousada para criar campos das universidades federais brasileiras espalhadas pelo Brasil, nós estamos tentando fazer extensão de campos em todas as regiões do Brasil. Não é possível que as universidades federais fiquem só nas capitais e o interior, que muitas vezes



precisa muito mais, e onde a universidade pode ser até uma razão do desenvolvimento daquela cidade, não esteja presente. É por isso que nós resolvemos levar a Universidade Federal Rural para Garanhuns; é por isso que vamos levar a Federal para Caruaru; é por isso que a lei aprovada em 2002, ainda no outro governo, de criar a universidade, aqui, do Vale do São Francisco, este ano já teve vestibular, já vai começar a funcionar para o próximo ano. É por isso que já levamos para o Vale do Jequitinhonha, para o Vale do Mucuri, e vamos levar para outras regiões do Brasil, para que as pessoas do interior tenham possibilidade de ter acesso à universidade sem que uma menina de 18 anos, precise sair do interior e ir trabalhar de empregada doméstica para pagar a sua universidade. É a universidade que tem que chegar até as regiões que mais precisam, e o interior do Brasil do Brasil precisa muito disso.

É por isso que nós vamos fazer a revitalização do São Francisco. Eu não peço a ninguém, que não tem problema d'água, que sinta o drama de quem não tem. Eu peço a compreensão que, nós, com a solidariedade que temos dentro do nosso coração e da nossa consciência, precisamos fazer com que o pouco, uma parte do que a gente tenha, possa chegar a quem não tem.

Se é verdade que Petrolina tem o privilégio de ser banhada pelo majestoso Rio São Francisco, é verdade que no mesmo estado de Pernambuco nós temos regiões em que as pessoas andam léguas e léguas para carregar uma lata d'água cheia de sujeira para beber. E isso nós temos em outros estados brasileiros. E é por isso que, no projeto de revitalização, a gente não vai levar água para irrigar o Nordeste, não, é água, muito mais, para as pessoas beberem, para a gente poder pagar uma dívida que Dom Pedro já queria pagar em 1846, quando pensou, pela primeira vez, no projeto de transposição das águas do Rio São Francisco.

Mas ainda estamos discutindo, com muito carinho, a tão sonhada Transnordestina. A Transnordestina, que quando eu era menino ouvia debates



nos rádios, lá de São Paulo, ouvia os políticos falarem da Transnordestina e que hoje está pior do que já estive em qualquer outro momento da sua história. Na verdade, ela acabou, não é Cleuza? Acabou. E nós, agora, estamos estudando, com muito carinho, vendo se é possível fazermos parcerias com outras empresas, com o BNDES, vendo qual é a viabilidade econômica para que a gente possa, pelo menos nos trechos de maior viabilidade econômica, começar a recuperar a Transnordestina, para ver se daqui a algum tempo temos toda a Ferrovia funcionando, aproveitando tanto o porto de Pernambuco quanto o porto de Fortaleza.

Mas o grande projeto para o Nordeste..., e eu quero dizer meu caro prefeito Fernando Coelho, possivelmente um grande projeto seja lançado no final deste mês ou no começo de dezembro, que é o projeto de Biodiesel. É um projeto que está pensado para o Brasil como um todo, mas de forma privilegiada para a região do semi-árido nordestino e para a região mais pobre do Vale do Jequitinhonha. É a produção de biodiesel, para que a gente possa colocar, inicialmente, 2% de biodiesel no óleo diesel, nos tratores, nos caminhões e nos ônibus, nos motores estacionários; possivelmente, daqui a algum tempo as termoelétricas possam funcionar a gás ou a biodiesel; possivelmente, daqui a algum tempo, os carros brasileiros comecem a funcionar com biodiesel. Porque aí, sim, nós iremos construir, definitivamente, a nossa independência de uma matriz energética importante e poderemos ter, através do biodiesel e do álcool – aprovado o Protocolo de Kyoto pelo Parlamento Russo e, quem sabe, daqui a algum tempo pelo Parlamento americano – um produto de exportação que a gente ainda não tem o tamanho para medir o que isso vai representar para o nosso querido país.

Queremos produzir o biodiesel sobretudo da mamona, para ajudar o pequeno, porque se a gente não pensar bem... está aqui o Amauri que conhece bem. A soja, possivelmente, tem maior produtividade do que a mamona. Mas se a gente permitir que, num primeiro momento, o biodiesel seja





produzido com soja, nós vamos ter os estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e o Mato Grosso produzindo todo o biodiesel, e os coitados do Nordeste, do semi-árido, vão continuar passando fome.

A primeira parcela é a produção de mamona no Nordeste, a produção de dendê no Norte, para que a gente possa desenvolver o biodiesel de uma planta que não precisa de tanta água quanto outras, e que pode ser produzida em milhares de pequenas propriedades.

E esse programa só vai dar certo porque a Petrobras assumiu a responsabilidade de fazer a distribuição, porque na hora em que você está lidando com combustível, precisa garantir que tenha uma distribuição efetiva para chegar em todos os postos, e precisa garantir a cota que a Petrobras precisa para adensar 2% no óleo diesel. E, aí sim, a gente vai poder ver o Nordeste brasileiro, sobretudo a parte mais pobre, ter a oportunidade de se desenvolver.

Eu estou convencido disso e nós pretendemos convidar os governadores e os empresários para o lançamento, porque é um início muito promissor para o Nordeste brasileiro, é um início que vai significar empresas que vão moer a mamona ou a palma, e isso vai gerar empregos para uma parte da sociedade. É preciso, depois, fazer a distribuição disso via Petrobras e fazer com que esse produto chegue ao tanque dos caminhões, dos ônibus, dos tratores e, quem sabe, num futuro muito próximo, dos carros.

Veja que engraçado, Governador, eu te dizia, agora há pouco: quando você vai conversar com a indústria automobilística brasileira, eles colocam obstáculos em função da necessidade de adaptar o motor a um novo combustível. Mas, na Alemanha, já se produz 1 bilhão de litros de biodiesel para uso dos carros. Eu fiquei sabendo hoje que a França já está testando o Peugeot Citroën com 30% de biodiesel. E na França já estão utilizando, no trânsito comum, 5% de biodiesel no óleo diesel nos carros comuns.



Aqui no Brasil, lamentavelmente, carro é proibido de utilizar óleo diesel, porque nós precisamos importar óleo diesel. Mesmo que a gente seja auto-suficiente em petróleo, na hora em que a gente tirar a gasolina, o que sobra de biodiesel não atende ao mercado brasileiro, portanto, a gente vai ter que continuar importando. O biodiesel pode significar o fim da importação de óleo diesel pelo Brasil e, portanto, a gente vai se tornar mais independente.

Com essas palavras, eu quero dizer a todos vocês, meus companheiros de Pernambuco, do Nordeste, que nós ainda temos muita coisa para fazer. Apenas começamos a fazer. Estamos certos de que o Nordeste brasileiro não pode passar mais o sofrimento que passou nos últimos séculos. Estamos certos de que nós temos que aproveitar a oportunidade agora, utilizar o potencial, utilizar a coisa mais extraordinária que este país tem, que é o seu povo, a criatividade do povo, a facilidade de aprender, a facilidade que o povo tem na hora em que tem uma chance de progredir e dar um salto de qualidade na sua vida.

Esse não é um compromisso de um Presidente, é um compromisso de um retirante nordestino que, em 1952, por falta de oportunidade, foi obrigado a ir para São Paulo. Obviamente que eu não me queixo de São Paulo, porque lá eu consegui chegar até onde estou hoje. Mas quantos tiveram a mesma sorte que eu?

Então, eu acho que este Aeroporto aqui, Fernando Bezerra, pode significar um símbolo, um símbolo de que a partir daqui poderão vir outras coisas para o Nordeste brasileiro; outras coisas que possam dar ao Nordeste brasileiro a chance que ele precisa para se tornar uma região rica, próspera, geradora de empregos. E eu sonho um dia, não que o nordestino continue indo para São Paulo para sobreviver, eu quero que o nordestino vá para São Paulo como turista. O que eu quero é que aqui a gente ofereça oportunidade de trabalho, para que os nordestinos que estão sofrendo longe da sua terra natal possam voltar de cabeça erguida, que aqui eles possam ter trabalho, receber



um salário e criar a sua família com dignidade. É isso que eu desejo para o Nordeste brasileiro, é isso que eu desejo para o Brasil e é isso que eu quero dar como contribuição.

Muito obrigado e boa sorte.

Meus parabéns prefeitos, meus parabéns Governador, e meus parabéns Carlos Wilson, pela construção deste extraordinário Aeroporto.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de início da Produção do Peugeot 206 SW**

**Porto Real-RJ, 11 de novembro de 2004**

Minha amiga Rosinha Garotinho, governadora do estado do Rio de Janeiro,

Meus companheiros ministros de Estado,

Senhores secretários de Estado,

Deputados estaduais,

Deputados federais,

Senhores vereadores,

Senhor Jean-Martin Folz, presidente mundial da PSA-Peugeot Citroën,

Senhor Frederic Saint Geours diretor mundial da marca Peugeot

Senhor Pierre-Michel Fauconnier, presidente da PSA-Peugeot Citroën do Brasil,

Maria Laura Baltazar,

Meus amigos e minhas amigas

Eu não ia fazer uso da palavra, e pedi ao meu amigo Furlan que falasse por mim. E vocês estão percebendo que a minha voz está mais afônica do que nunca. Entretanto, não poderia sair de Brasília e vir até Porto Real, vir a uma fábrica importante como a Citroën, com a presença do prefeito da cidade, da governadora, dos deputados e não dizer umas palavras a vocês.

Primeiro, já virou motivo de orgulho nacional os elogios que os trabalhadores brasileiros têm recebido no mundo inteiro. Todos os encontros internacionais dos quais tenho participado, seja na Europa, seja no mundo asiático, seja nos Estados Unidos, eu tenho recebido, lá fora, os elogios que nós ouvimos, aqui, da Direção da Peugeot Citroën, sobre a qualidade da mão-



de-obra brasileira. Não apenas a capacidade, mas sobretudo a criatividade e o bom senso com que os nossos trabalhadores conseguem fazer as coisas. E obviamente que nós iremos trabalhar com muita esperança para que esses elogios se transformem em mais investimentos no Brasil, em mais industrialização, em mais fábricas, em mais formação profissional.

Para o próximo ano, nós estamos com o compromisso firmado, já conversado com muitas empresas. Nós vamos ter 500 fábricas com curso de formação profissional, o que nós chamamos uma parceria escola-fábrica, porque vamos aproveitar a estrutura da empresa para que a gente possa formar a nossa juventude e qualificá-la, porque o trabalhador qualificado tem muito mais possibilidades, o mundo se abre.

Daí porque eu não perco nunca a oportunidade de agradecer o significado que o Senai teve na minha vida. Eu digo, com muito orgulho, que foi graças ao Senai que eu cheguei onde cheguei. Porque foi o Senai que me tirou do salário mínimo, foi o Senai que me deu uma profissão, foi através do Senai que eu consegui entrar numa grande empresa e daí para o sindicato; e do sindicato para a política; da política para a Presidência da República. Portanto, como vocês são muito jovens, todos vocês, um dia, podem sonhar em ser governador, governadora, prefeito, presidente da República, senador, deputado, ou seja, na medida em que a gente começa a ter uma formação profissional, a gente vai perceber que o mundo fica muito mais aberto e nós ficamos muito mais importantes.

Por isso meus parabéns à Peugeot Citroën pelo investimento na sua mão-de-obra e parabéns a vocês que estão aqui representando o Primeiro Emprego. Eu sei o que é o primeiro emprego, o orgulho do primeiro emprego, o primeiro salário. O primeiro salário é uma conquista que a gente não esquece nunca mais.

Então, eu fico feliz que vocês tenham tido essa oportunidade e espero que vocês consigam, a partir de agora, não parar nunca mais. Não existem



obstáculos que não possam ser vencidos pelo ser humano. Se o ser humano tiver perseverança, se ele tiver disposição e vontade, não há obstáculo que não possa transpor. Portanto, tudo estará ao nosso alcance, desde que nós queiramos alcançar. Então, meus parabéns a vocês.

À Direção da Citroën, aos representantes, aos revendedores, aos compradores, aos vendedores, à família da Citroën Peugeot, eu quero dizer que vocês nunca se arrependerão de um dia terem acreditado no Brasil e aqui pousado para fazerem os seus investimentos.

O Brasil entrou definitivamente numa rota de desenvolvimento que nós estamos trabalhando, queremos ter consciência e, certamente, vai acontecer, um crescimento longo e duradouro. Que seja o crescimento de um novo ciclo para o nosso país, um ciclo de crescimento que demore 10 ou 15 anos, porque estou convencido de que o Brasil precisa dar uma chance a si mesmo.

Sabem todos vocês que estão aqui, que muitas vezes o Brasil não deu certo porque a mediocridade de alguns é maior do que os elogios que os trabalhadores receberam, porque muita gente só consegue pensar o país durante o mandato, terminou o mandato, não conseguem visualizar uma cidade, um estado ou um país.

E este país tem que ser pensado a longo prazo, este país tem que ser pensado para 15 ou 20 anos, independentemente de quem seja o prefeito, o governador ou o presidente da república. Se este país tiver um projeto de crescimento sério, duradouro, onde a sociedade tenha participado da confecção desse projeto, certamente o Brasil poderá, num espaço de tempo não muito grande, começar a fazer parte dos países de economias consolidadas, e porque não dizer um dos nossos sonhos... o Brasil já foi a 8ª economia mundial e quando éramos a 8ª economia mundial só tinha o grupo dos 7. Quando nós caímos criaram o grupo dos 8 e, quem sabe, se o Brasil voltar a ser a 8ª economia mundial, o Brasil possa participar do grupo dos 8 para determinar as grandes macroeconomias do mundo globalizado e do



mundo moderno.

Portanto, nós trabalhamos com a idéia de fazer as coisas mais sólidas possíveis. Durante muito tempo no Brasil dizia-se que não precisava de política industrial. Nós agora definimos uma política industrial, mandamos para o Congresso Nacional e estamos na expectativa de que o Congresso Nacional, no menor espaço de tempo, possa votar para que o Brasil seja um país dotado de uma política industrial, definindo passo a passo cada uma das coisas que precisam ser feitas, no tempo certo e na hora certa.

Da mesma forma que nós sabemos que para que um país possa crescer e atrair investimentos, ele tem que oferecer três coisas a quem queira investir. Ele tem que oferecer infra-estrutura, tem que oferecer mão-de-obra qualificada e tem que oferecer mercado para os produtos produzidos pelos empresários.

Pois bem, nós estamos convencidos que a demora de aprovação do PPP, do projeto de PPP no Congresso Nacional é exatamente pela preocupação que alguns têm de que as PPPs possam ser a fundamentação para o desenvolvimento do nosso país. Porque há muito tempo, desde que terminou o regime militar, o Estado brasileiro está enfraquecido para investir em obras de infra-estrutura. Não apenas o Estado, enquanto governo federal, mas o Estado enquanto Estado, enquanto prefeitura, enquanto governo federal, estão enfraquecidos do ponto de vista de investimento em infra-estrutura.

A Parceria Público Privada é a grande possibilidade que nós temos de fazer com que as coisas de interesse ao desenvolvimento nacional sejam feitos.

Por isso criamos o Reporto, uma política especial de investimento de 276 milhões de reais para recuperar os 11 portos principais brasileiros, a começar pelo Rio de Janeiro, por São Paulo, pelo Paraná, pelo Rio Grande, ou seja, portos que são responsáveis por 80% das exportações brasileiras, porque também não adianta aumentarmos as exportações, como estamos aumentando – chegaremos a 94 bilhões de dólares logo, logo, e a indústria



automobilística tem uma participação de quase 12 bilhões nesses 94 bilhões de dólares – se a gente não tiver a infra-estrutura necessária, se a gente não tiver as estradas, as ferrovias e os portos funcionando adequadamente.

Por isso é importante que seja aprovado o projeto de PPP no Senado. É porque vai permitir que o dinheiro que falta ao governo, estadual, municipal e federal – e muitas vezes parte dele está na mão da iniciativa privada – possa ser colocado para produzir riquezas, produzir infra-estrutura e produzir empregos para o nosso povo que, no fundo, é o que mais interessa de tudo isso.

Da mesma forma que nós estamos convencidos que a política de integração que estamos fazendo para a América do Sul vai projetar o Brasil para ser o país do século XXI. A União Européia, a Europa, foi o continente do século XIX, os Estados Unidos foram o país do século XX e, possivelmente, a China começou no final do século XX e entrou no XXI com uma grande potência. E eu acho que o Brasil não pode jogar fora essa oportunidade. No século XX, de 1950 a 1980, nós crescemos à taxa de 7,5% ao ano e não conseguimos fazer com que esse crescimento se transformasse em elevação da qualidade de vida do nosso povo. Houve uma concentração de riqueza exagerada no nosso país.

Pois bem, nós, agora, entramos numa outra fase de crescimento. E nós achamos que o crescimento tem que ser, sobretudo, para que a gente possa fazer justiça social, com distribuição de renda, porque isso vai criar mais consumidores, mais compradores de automóveis. A Peugeot Citroën vai vender mais carros, vai gerar mais empregos, o pessoal vai poder trocar mais de carro. É esse ciclo que nós queremos criar no nosso país.

E posso dizer para vocês que estou alegre. Alegre, porque teve muita gente pessimista no Brasil, muita gente que achava que as coisas não iam dar certo, houve até quem quisesse julgar quatro anos de mandato por quatro meses de mandato, por seis meses de mandato. Hoje, passados dois anos, eu





posso vir, aqui, na Peugeot, e dizer a vocês que a certeza do crescimento de 2004, acima de todas as expectativas feitas no começo do ano, está colocada, cresceremos acima de todas as previsões.

O que é mais importante é que a massa salarial nesses últimos 12 meses cresceu 11,09%, numa demonstração significativa de que começa a haver uma redistribuição de renda no nosso país, porque é isso que vai dar uma melhoria da qualidade de vida. E, por outro lado, sabemos que não basta a Peugeot estar, aqui, no Brasil, para exportar, é muito importante que ela exporte tudo que puder exportar, mas é importante que um país de 186 milhões de habitantes não seja pensado apenas para os possíveis 35 milhões de consumidores que nós temos. É preciso transformar mais brasileiros e brasileiras em consumidores, isso significa que é preciso pensar em fortalecer o mercado interno deste país, porque toda política de exportação que estamos fazendo, ela só vai continuar crescendo e se consolidando se, concomitantemente, nós tivermos uma política para fortalecer o mercado interno. O que não é difícil.

O grave é que no Brasil há um tempo atrás, quando se definia fazer política de exportação, matava-se o mercado interno. Quando se pensava em fortalecer o mercado interno, matava-se a exportação. E nós queremos provar que é possível, é plenamente possível, o crescimento das nossas exportações caminhar paralelo, de mãos dadas com o crescimento do mercado interno.

Temos uma pauta de reivindicações da indústria automobilística, penso que a governadora tem, penso que todos os governadores têm, e nós queremos ver se, no próximo ano, a gente pode fazer um acordo com a indústria automobilística, governo dos estados e governo federal, para que a gente possa fazer com que haja redução daqueles impostos que entendemos que os estados e o governo federal possam abrir mão, para que possa significar também, mais crescimento da produção de automóveis, mais consumo interno, mais mercado interno e mais emprego no nosso país.



Ontem, tomamos uma medida que eu acho que foi exemplar. Nós isentamos de qualquer imposto neste país, no que diz respeito ao governo federal, todas as editoras, todas as produtoras de livros, ou seja, livro no Brasil não paga mais imposto, que é para a gente fomentar a leitura do povo brasileiro e, ao mesmo tempo, fazer com que o conhecimento chegue ao povo.

De forma que eu quero dizer aos dirigentes da Peugeot Citroën, primeiro, obrigado pelos dois carros, espero que o ministro Patrus faça bom proveito. Segundo, dizer para vocês: comecem a preparar mais dinheiro para fazer novos investimentos no Brasil, porque se a mão-de-obra é essa que vocês tanto elogiaram, se a governadora é esta que vocês tanto elogiaram, se o Presidente é este que vocês tanto elogiaram, falta apenas uma coisinha, falta apenas vocês continuarem acreditando no Brasil e nós, do governo, acreditarmos que nós podemos fazer algo para facilitar que o povo brasileiro tenha acesso a um carro, porque para alguns, carro é luxo, para outros, é um sonho, e nós não temos o direito de cercear qualquer brasileiro ou brasileira de realizar o sonho de poder comprar um carro.

Para uns é um carro, para outros, é um vestido, é um terno, para outros é uma viagem ao exterior, mas, obviamente, o carro faz parte do desenvolvimento deste país. A indústria automobilística tem uma história de desenvolvimento no Brasil e eu penso que nós estamos próximos de ver o nosso mercado interno, que precisa aumentar em 500, 600 mil carros por ano, e quem sabe a gente possa renovar a frota, não dificultando para as pessoas que têm um carrinho velho, mas oferecendo para eles a oportunidade de comprar um carro novo.

Muito obrigado, boa sorte à Peugeot Citroën, boa sorte aos trabalhadores e boa sorte ao Prefeito. Espero que continuem arrecadando cada vez mais e ajudando cada vez mais o povo da sua cidade.

Muito obrigado.



**Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita ao Brasil do Presidente da China, Hu Jintao**

**Palácio do Planalto, 12 de novembro de 2004**

Excelentíssimo senhor Hu Jintao, presidente da República Popular da China,

Senhores e senhores integrantes das comitivas da China e do Brasil,

Senhoras e senhores jornalistas brasileiros e chineses,

Ministros da China e do Brasil,

Acabo de ter uma longa e produtiva reunião com o presidente da China, Hu Jintao. Fiquei muito contente porque o presidente Hu aceitou o convite que lhe fiz na China, em maio passado, para visitar o Brasil. Minha visita à China foi a primeira visita de um presidente brasileiro desde 1995.

Duas visitas de Estado num único ano conferem o brilho merecido ao aniversário de 30 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre nossos países.

Desde o início de meu governo, determinei que fosse dada prioridade às relações sino-brasileiras. Nossa parceria estratégica, estabelecida há mais de 10 anos, consolida-se a cada dia, tanto pela intensidade crescente dos contatos como pelo aumento significativo no volume das transações econômico-comerciais.

Nossas relações também se fortalecem pelo propósito compartilhado de contribuir para o equilíbrio e a equidade do sistema internacional e para a estabilidade e a paz mundiais.

A visita do presidente Hu Jintao ao Brasil está sendo extremamente produtiva. Foram assinados diversos acordos bilaterais em áreas que vão do



comércio e a indústria, ao combate ao crime organizado, passando por ciência e tecnologia, energia, turismo.

Destaco os protocolos que permitirão continuar com nosso bem sucedido programa de lançamento conjunto de satélites, modelo de cooperação em alta tecnologia entre dois países do Sul. Os protocolos permitirão o lançamento de um novo satélite – o CBERS 2-B – e a venda e cessão de imagens geradas pelo Programa, que continua sendo uma das principais frentes de cooperação entre o Brasil e a China.

Gostaria de mencionar, também, o Mecanismo de Destino Aprovado, que intensificará o fluxo de turistas chineses ao Brasil. A intensificação dos contatos entre nossas sociedades será um passo essencial na ampliação do conhecimento mútuo e no aprofundamento de nossas relações.

O Brasil é o primeiro parceiro comercial da China na América Latina. A China tornou-se o terceiro maior destino das exportações brasileiras no mundo. Em setembro de 2004, nossas exportações para a China já haviam alcançado o volume total de todo o ano de 2003, cerca de 4,5 bilhões de dólares. Nosso comércio, que hoje chega a 8 bilhões de dólares, pode mais do que duplicar nos próximos cinco anos.

Aliás, neste item, o presidente Hu Jintao me disse para trabalharmos para que nos próximos três anos alcancemos uma relação comercial da ordem de 20 bilhões de dólares.

Para assegurar esse prognóstico, estamos promovendo um amplo entendimento comercial que, esperamos, venha beneficiar o Brasil e a China, bem como nossos parceiros do Mercosul. Um dos objetivos do Brasil é a diversificação da pauta comercial bilateral. Pretendemos exportar para a China carne bovina, carne de frango, frutas e suco de laranja, além de produtos de maior valor agregado.

Também estamos avançando em relação aos investimentos chineses na infra-estrutura brasileira, em particular na recuperação da malha ferroviária, na



reforma de portos e em projetos siderúrgicos e de produção e transmissão de energia.

Considero de fundamental importância as parcerias e associações entre empresas dos dois países. Temos hoje, aqui, mais de 300 empresários chineses. Neste mesmo momento, está se realizando uma reunião do Conselho Empresarial Brasil-China, criado para promover a aproximação entre os investidores dos dois países.

Por fim, gostaria de reiterar que o presidente Hu Jintao e sua comitiva são recebidos de forma muito cordial em nosso país. Nutrimos pela China uma amizade sólida, a qual cultivamos com muita atenção, entusiasmo e zelo. Por isso, desejo em nome do governo brasileiro e em meu próprio, que o presidente Hu Jintao e sua comitiva recebam do povo brasileiro a mesma acolhida calorosa que desfrutei quando da minha passagem pela China.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de transferência de recursos do Ministério da Educação para  
manutenção do desenvolvimento do ensino médio público**

**Palácio do Planalto, 12 de novembro de 2004**

Meu querido companheiro Tarso Genro,

Meus caros governadores Ronaldo Lessa, Paulo Souto, Lúcio Alcântara,  
José Reinaldo, Simão Jatene, Cássio Cunha Lima, Wellington Dias, Wilma  
Faria e João Alves,

Minha querida companheira Marisa,  
Secretários de educação dos estados,  
Assessores do Ministério da Educação,  
Meus amigos e minhas amigas,

São dois os momentos históricos da educação brasileira. Primeiro, a  
partir da década de 30, com o grande educador que a Bahia nos deu – Anísio  
Teixeira –, o Brasil conheceu a estruturação do ensino público gratuito.

Mais tarde, uma segunda etapa dominou o cenário educacional: a busca  
da universalização, que tem, inclusive, o Fundo de Manutenção e  
Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério –  
FUNDEF, como conseqüência.

Afirmo que no nosso governo estamos avançando nesse processo  
histórico, vivendo uma nova etapa decisiva para a educação brasileira: a  
consolidação de um sistema educacional com qualidade. Um sistema capaz de  
formar cidadãos e cidadãs que têm capacidade de interferir no rumo da  
sociedade, porque lêem e compreendem, pensam e expõem criticamente o seu  
pensamento.

A avaliação realizada pelo MEC, através do seu Instituto de Pesquisa,



mostra que os estudantes da terceira série do ensino médio da região Nordeste estão com baixo nível de desempenho no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o Saeb. Números de 2003 revelam isso: 10,6 % dos estudantes nordestinos encontram-se em “estágio muito crítico” de aprendizagem e 64,61% em “estágio crítico”. Estes dados são a expressão agravada de uma realidade não apenas regional mas, sim, nacional.

Meus amigos e minhas amigas,

Estamos hoje, aqui, assinando um Protocolo com dez governadores e nos comprometendo com a liberação de 200 milhões de reais para intervenção imediata na reestruturação do ensino médio em todos os estados nordestinos mais o Pará.

Quero enfatizar que são 130 milhões de reais, o Tarso já disse isso, que já foram liberados, mais 70 milhões que nós queremos liberar agora, na próxima terça-feira. Eu acho que o Congresso tem sensibilidade para aprovar esse dinheiro logo.

O crédito suplementar será aplicado em custeio e investimentos, como pagamento de professores e servidores, compra de móveis e equipamentos para as escolas. Cada um dos governadores definirá suas próprias prioridades.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a quantidade de alunos foram os critérios para a definição do montante dos recursos.

Os estados do Piauí, Maranhão e Ceará receberão R\$ 30 milhões cada um. Alagoas, R\$ 25 milhões; Bahia, R\$ 20 milhões. Os demais estados – Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Paraíba e Pará – receberão R\$ 10 milhões individualmente.

Minhas senhoras e meus senhores,

Estamos convictos, diante das dificuldades do ensino médio, do passo que necessitamos dar para desenvolver o país.

A qualidade desejada somente será atingida com um novo sistema de financiamento para a educação. Daí a criação do FUNDEB – Fundo de



Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. Esse novo Fundo tem o objetivo de financiar não só o ensino fundamental, mas também a educação infantil e o ensino médio.

A colaboração e a solidariedade entre União, Estados e Municípios são pressupostos para o êxito de nossas políticas públicas e, mais que isso, são fundamentais para conquistarmos uma educação continuada e de qualidade.

O ano de 2005 será o ano da Qualidade da Educação no Brasil e o nosso esforço estará concentrado em promover, através da educação, um projeto para desenvolver no Brasil a sociedade do conhecimento que tanto necessitamos.

Lembro um velho e sábio professor indígena que afirmava a seus discípulos:

*... (há) quem não queira que o mundo gire  
e queira que fique parado,  
sem que as coisas mudem.  
Porque, quando o mundo gira,  
ninguém está em cima ou embaixo.  
E se fica parado,  
sempre alguém está em cima  
e alguém está embaixo.  
E sempre são os mesmos os de cima e os de baixo  
se o mundo não gira.*

Conto com todos vocês para que ajudem o nosso governo a fazer, por meio da educação, o Brasil continuar girando rumo a um novo ciclo de desenvolvimento com justiça social.

Eu pensei que o Tarso ia falar e ele não falou. Então, Tarso, permita-me dizer umas coisas, aqui.

Nós mandamos para o Congresso Nacional um projeto chamado ProUni, que é para que a gente consiga vagas para alunos, grande parte da escola





pública, pessoas mais pobres, e também para atender à questão dos negros, dos indígenas. Nós estimávamos que iríamos começar com 40 mil vagas e eu fui surpreendido com a notícia de que já tem 107 mil alunos inscritos para o próximo ano; pessoas que vão estudar, grande parte recebendo bolsa, grande parte, de graça. Eu não sei em que outro momento da história a gente teve, em um único ano, 100 mil novos alunos matriculados, fazendo um curso na universidade. E nós fomos obrigados a fazer isso porque, embora sejamos defensores do ensino público gratuito, sabemos que o estado brasileiro, hoje, uma região como o Sul do país, por exemplo, tem 82% dos alunos universitários em escolas privadas e apenas 18% em escolas públicas. A média brasileira chega a 65%, 67% dos alunos em escolas privadas e o restante em escolas públicas.

A realidade fez com que, ao não podermos construir as universidades públicas que o Brasil tanto necessita, fizéssemos acordos com as universidades, em que o governo abrirá mão de alguma parcela dos impostos que tem a receber e esse benefício será traduzido em vaga e bolsa para as pessoas, sobretudo da escola pública, que não tinham possibilidade de chegar à universidade. O número é muito alentador, a gente não imaginava que chegasse a 50 mil pessoas no primeiro ano; chegamos a 107 mil inscritos, o que demonstra a força de vontade que o povo tem para estudar, se tiver o mínimo de oportunidade.

Uma coisa que nós estamos fazendo, também, e é importante dizer para os governadores, é a extensão de campus das universidades federais de alguns estados, para fazer com que as universidades sejam interiorizadas. Nós já estamos com 13 ou 14 campi para fazer extensão, e isso vai começar no próximo ano. Em Pernambuco mesmo nós fizemos a extensão da Federal Rural para Garanhuns; vamos fazer da Federal para Caruaru. Na região do Vale do Jequitinhonha, que é uma região muito pobre de Minas Gerais, nós vamos levar para Teófilo Otoni uma extensão da Federal, e a vários outros



estados. Criamos a Universidade do Litoral no estado do Paraná, que era uma demanda muito grande. E, certamente, nos estados de vocês, em algum momento, também já teve a conquista dessa extensão.

E a extensão é a forma mais rápida de se começar a fazer um curso numa determinada região do Brasil. Ao invés de um projeto de lei, no Congresso Nacional, aprovando a criação de uma universidade, se a gente faz a extensão de um campus da Federal e começa com três, quatro ou cinco cursos, daqui a pouco estará com quatro, cinco, seis mil alunos numa região que não tinha universidade. Eu penso que levar uma extensão significa atender uma demanda muito grande no interior. Por exemplo, a cidade de Garanhuns: Garanhuns representa 39 municípios com mais de um milhão de habitantes e quem tiver que estudar vai ter que ir para Recife. E deve ter outros estados nessa mesma situação. É importante começar a mapear para saber se a gente consegue distribuir geograficamente, de forma mais justa, as universidades brasileiras, fazer com que a universidade vá até o aluno, ao invés do aluno ter que sair do interior, às vezes percorrendo 1.000 km para ir estudar numa universidade, sem ter condições de se manter na própria capital.

Então, esse é um fato novo, é um fato extremamente importante que nós conseguimos. Com a aprovação do Congresso Nacional, com a vontade política do Ministério da Educação, nós estamos chegando lá.

Uma outra coisa que é importante, e vocês podem nos ajudar, é a questão da formação profissional. Todos vocês sabem que o crescimento econômico veio mais forte do que todos os bons economistas brasileiros previam, tanto da situação quanto da oposição. Todo mundo sabe que quanto mais crescer a economia, mais nós precisaremos de mão-de-obra qualificada. E eu sei que a formação profissional é um dilema de várias regiões e, sobretudo, do interior do país.

Pelos dados do Caged, que mede o saldo positivo entre trabalhadores demitidos e admitidos, nós tivemos até o mês de setembro 1.668.188



trabalhadores com carteira profissional assinada. Dois terços desses trabalhadores estão no interior, não estão nas capitais.

E a formação de mão-de-obra, então, precisa ser mais arrojada. Nós estamos estabelecendo para o próximo ano convênios e acordos com empresas. Nós queremos criar 500 escolas de formação profissional dentro das fábricas, ou seja, no chão de fábrica, para que a gente possa utilizar um espaço já construído, um espaço já existente. Muitas vezes, as fábricas vão dar até os próprios monitores que vão formar os profissionais.

E se vocês tiverem nos estados de vocês alguma empresa que esteja disposta a fazer essa parceria com o Ministério da Educação, nós teremos todo o interesse, porque qualquer cursinho de qualificação profissional significa fazer um trabalhador aumentar o seu padrão de vida, sua remuneração.

E eu me lembro disso porque tínhamos um curso, no sindicato, há muito tempo, que era um curso de Madureza, e eu descobri que eu estava tirando os trabalhadores da categoria para mandá-los para a universidade. Eu resolvi transformar num curso profissional. A gente pegava o ajudante de uma fábrica, dava um cursinho de dois meses para ele e esse trabalhador saía daquele cursinho, passava a ser operador de máquina, praticamente dobrava, em alguns casos até triplicava o seu salário.

Acho que esse é um esforço que não é do Presidente, não é do Ministério da Educação, não é apenas dos governadores, é dos prefeitos, dos empresários e da sociedade brasileira, até porque os empresários serão os grandes beneficiários da boa política de formação profissional que a gente tiver.

Essa liberação de dinheiro é apenas um indício de que nós precisamos ser mais arrojados na educação brasileira. Não basta passar mais um século falando que a educação é a base do desenvolvimento, que a juventude é o futuro da nação, não basta. Já passamos tantos séculos falando isso e não aconteceu. Eu acho que nós temos que, pelo menos, começar a consagrar



medidas que possam significar isso.

E, por fim, Lúcio, você sabe que uma coisa que eu aprendi ao longo desses anos, na minha relação com vocês, alguns até muito antes de eu vir a pensar em ser candidato ou alguma coisa na minha vida, ou até antes de eu pensar em entrar em partido político, eu tenho amizade com vários de vocês. Eu gosto de receber governador, não tenho esse negócio de não receber, até porque eu sei da pressão boa que vocês fazem sobre mim, querendo dinheiro para os estados; quando vocês retornam para os seus estados, vocês não têm nem tempo de comemorar a pressão que fizeram sobre mim, estão lá os prefeitos fazendo pressão sobre vocês, para que vocês dêem parte do dinheiro que pegaram para eles. E os coitados dos prefeitos, nem bem chegam na sua cidade, já está o povo, lá, cobrando o dinheiro que acham que eles foram pegar com o governador.

Essa junção de pressões é o que a gente pode chamar de boa democracia. E, graças a Deus, nós a temos vivido no Brasil.

Muito obrigado e boa sorte para todos nós.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de encerramento do Encontro Empresarial Brasil - China**

**Palácio Itamaraty, 12 de novembro de 2004**

Excelentíssimo Senhor Hu Jintao, presidente da República Popular da  
China,

Senhoras e senhores investidores brasileiros e chineses,

Senhoras e senhores integrantes da comitiva do Brasil e da China,

Senhores e senhoras jornalistas,

Meus queridos amigos ministros brasileiros e chineses que estão à  
mesa,

Ministros brasileiros e ministros chineses,

Antes de ler o meu discurso, eu queria falar de um sentimento pessoal.  
Eu penso que os protocolos e os acordos que assinamos hoje definem de  
forma muito objetiva a parceria estratégica entre China e Brasil, na perspectiva  
de que juntos consigamos construir uma nova geografia comercial no mundo,  
uma nova geografia política e uma nova geografia cultural.

Nós, desde que tomamos posse, no dia primeiro de janeiro de 2003,  
definimos a China como parceira estratégica. E, para que chegássemos ao dia  
de hoje, nós trabalhamos com muita perseverança mas, ao mesmo tempo, com  
muita paciência, quem sabe um pouco da paciência do povo chinês. Com o  
êxito dos acordos mútuos que fizemos e com a perspectiva que temos pela  
frente, o Brasil, hoje, deu uma demonstração de confiança, deu uma  
demonstração de que a nossa relação estratégica é para valer quando,  
definitivamente, o Brasil reconhece a China como economia de mercado.

Eu penso que isso é a demonstração mais inequívoca da objetividade,  
da seriedade e da prioridade que nós demos à relação Brasil/China.



Seis meses se passaram desde minha visita à China. Meu reencontro com Vossa Excelência, presidente Hu Jintao, expressa a prioridade atribuída por nossos governos à crescente aproximação entre Brasil e China.

Apesar de importantes desafios no cenário mundial, o Brasil e a China mantiveram inalterável sua trajetória rumo ao progresso e à estabilidade econômico-social.

Ao comemorarmos 30 anos de relações diplomáticas, vejo que a parceria entre nossos países teve papel importante nesse resultado.

A intensificação do nosso relacionamento tem permitido um melhor conhecimento mútuo, tanto entre nossos governos como entre nossas sociedades. É dessa forma que estamos consolidando uma parceria mutuamente benéfica.

A multiplicação de contatos e trocas de visitas de alto nível nesses últimos seis meses mostra que a parceria estratégica China-Brasil é construída de diálogo aberto e franco e de trabalho sério e determinado.

Tenho confiança de que saberemos usar nossa experiência, paciência e criatividade coletiva na busca de soluções inovadoras para os desafios que permanecem.

Em seu processo de aproximação, o Brasil e a China trazem consigo as regiões em que se situam. É inevitável e muito benéfico que o processo de aproximação tenha, também, uma vertente regional.

Afirmi em Xangai, em maio último, e hoje repito, que nossos países estão consolidando, definitivamente, uma das mais sólidas relações políticas, comerciais, culturais e econômicas que o mundo já conheceu.

Na construção dessa parceria, tem sido inestimável a participação dos investidores de ambos os países. Do lado brasileiro, fui acompanhado por 420 empresários na minha viagem à China. A maior missão empresarial já organizada pelo Brasil é simbólica da grande vontade do empresariado nacional de conhecer melhor a China e as oportunidades que oferece.



O número expressivo de empresários aqui presentes confirma o interesse no aproveitamento das enormes potencialidades a serem exploradas nas nossas relações de amizade e cooperação.

No âmbito do comércio bilateral, podemos celebrar significativas conquistas: os números mostram que nosso comércio se expandiu ainda mais desde minha visita à China. De janeiro a setembro de 2004, o Brasil exportou para a China US\$ 4,4 bilhões, ou seja, um crescimento de cerca de 30% em relação ao ano passado. Já nossas importações alcançam US\$ 2,6 bilhões, 74% a mais do que no mesmo período do ano passado. Como resultado, o comércio bilateral entre janeiro e setembro de 2004 já é superior ao de todo o comércio do ano passado.

Evoluímos muito, mas ainda é pouco diante da imensa complementaridade de nossas economias e do forte desejo de aproximação de nossos governos.

Senhoras e senhores,

Nossa aproximação também se estende à cooperação e ao entendimento em outras áreas. Os vários contratos assinados durante minha visita a Pequim mostram avanços nos campos econômico, científico e tecnológico. Estamos redesenhando o mapa mundial no que se refere ao fluxo de mercadorias e ao estabelecimento de novas rotas comerciais.

Infra-estrutura, etanol, agronegócio, petroquímica, medicamentos, indústria aeronáutica, indústria aeroespacial, siderurgia e mineração são apenas exemplos de setores que China e Brasil poderão explorar conjuntamente. O avanço em parcerias nessas áreas garantirá as bases de um crescimento pleno e equilibrado das relações econômicas e comerciais, em benefício de nossas populações e preservando o meio ambiente.

A constituição do Conselho Empresarial Brasil-China marca avanço importante no engajamento de líderes empresariais dos dois países no acelerado processo de aproximação sócioeconômico-comercial bilateral. Estou



seguro de que ele terá papel de destaque na ampliação dos fluxos econômicos, sobretudo em áreas de potencial ainda não explorado.

É esse o espírito das tratativas que mobilizaram o Conselho hoje pela manhã, quando abordou o tema da promoção de benefícios mútuos. É essa a tônica que o Brasil deseja imprimir à sua cooperação com a República Popular da China. Devemos trabalhar com o objetivo de desenvolver equilibradamente nossas relações nos campos econômico e comercial, cultural e educacional, e científico e tecnológico.

Senhoras e senhores,

Passo a passo, China e Brasil estão consolidando uma parceria que integrará nossas economias e servirá de paradigma para a cooperação Sul-Sul. É dentro desse espírito de otimismo e confiança que faço votos ao contínuo desenvolvimento das relações de amizade entre nossos povos.

Muito obrigado.





**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante  
jantar com o Presidente da China, Hu Jintao**

**Palácio Itamaraty, 12 de novembro de 2004**

Excelentíssimo senhor Hu Jintao, presidente da República Popular da China e sua excelentíssima esposa,

Excelentíssimo senhor José Alencar, vice-presidente da República e ministro da Defesa, e sua digníssima esposa,

Excelentíssimo senhor João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados,

Excelentíssimo senhor ministro Nelson Jobim, presidente do Supremo Tribunal Federal,

Senhora Adriane Senna,

Senhora Marisa Letícia Lula da Silva,

Senhor José Reinaldo Tavares, governador do Maranhão,

Senhor Wellington Dias, governador do estado do Piauí,

Senhor Roberto Requião, governador do estado do Paraná,

Senhoras e senhores integrantes das comitivas da China e do Brasil,

Meus caros amigos e amigas jornalistas,

Senhoras e senhores,

Bem-vindo ao Brasil, presidente Hu Jintao.

Ao retribuir a inesquecível visita que fiz, maio passado, à China, Vossa Excelência confirma o que já sabemos – Brasil e China são hoje parceiros indispensáveis. Ao comemarmos 30 anos de relações diplomáticas, celebramos também uma relação de amizade que chega à sua maturidade.

Foram muitos os que contribuíram para a consolidação do nosso relacionamento. Evoco, com emoção, o chanceler Azeredo da Silveira e o Vice-



Ministro do Comércio Exterior, arquitetos desta grande parceria.

Meu governo começou priorizando as relações com a China. Minha visita à China materializou propósitos que havia anunciado em meu discurso de posse.

Durante minha visita concluímos importantes acordos.

A visita de Vossa Excelência confirmará as grandes expectativas e possibilidades que identificamos em Beijing. A Comissão de Alto Nível de Concertação e Cooperação que constituímos é o foro privilegiado para proporcionar sentido estratégico verdadeiro à parceria sino-brasileira.

As perspectivas que se abrem de investimentos chineses da ordem de US\$ 7 bilhões ajudarão o Brasil a reconquistar competitividade nos setores estratégicos de infra-estrutura ferroviária, portuária, energética, siderúrgica e de telecomunicações.

Nossa estreita coordenação nos foros multilaterais vem dando frutos. Ouvi, com satisfação, do presidente Hu Jintao palavras de estímulo a que o Brasil desempenhe um papel maior no cenário internacional, particularmente no âmbito das Nações Unidas. Entendemos ser essa uma manifestação favorável a que o Brasil participe como membro permanente dos trabalhos de um Conselho de Segurança reformado.

No âmbito do G-20, asseguramos resultados que nos permitirão chegar a um comércio internacional mais justo e equilibrado, em especial nas negociações sobre agricultura.

Estamos construindo instrumentos de cooperação em áreas como comércio, indústria, energia, turismo, combate ao crime organizado, ciência e tecnologia. Além dessas áreas, tenho a expectativa de que possamos também inaugurar uma cooperação financeira.

Nossa ambição não tem limites. É o que se vê na assinatura dos protocolos que prevêm o lançamento conjunto do satélite CBERS 2-B e a venda e cessão de imagens pelo Programa CBERS para países na América



Latina, na Ásia e na África.

Esse programa é o principal projeto de cooperação de alta tecnologia entre dois países em desenvolvimento. Ele nos tornou proprietários de um sistema de sensoriamento remoto com aplicações em setores decisivos para o desenvolvimento sustentável de nossas cidades e agricultura.

A aliança entre nossos países também deve aproximar nossos povos. Por meio do Mecanismo de Destino Aprovado, turistas chineses poderão conhecer de perto o Brasil e sua cultura. Esta curiosidade é recíproca, pois cada vez mais brasileiros estão visitando seu país.

Nossa cooperação também avança em áreas menos tradicionais, como combate à fome e à pobreza; prevenção à aids; agricultura familiar e pesca artesanal; e o setor sucro-alcooleiro.

Senhoras e senhores,

O Brasil é o primeiro parceiro comercial da China na América Latina, e a China é o terceiro maior destino das exportações brasileiras. O dinamismo desse comércio nos dá confiança de que continuará a crescer exponencialmente. A decisão chinesa de assegurar maior abertura de mercado para importantes produtos brasileiros só vem confirmar essa expectativa.

Um dos grandes desafios é diversificar as exportações brasileiras. Desejamos incorporar à nossa pauta de exportação produtos com crescente valor agregado, em benefício da renda e qualificação dos trabalhadores brasileiros.

Essa determinação de fortalecer ainda mais o comércio e os investimentos bilaterais levou o Brasil e a China a adotarem, hoje, um Memorando de Entendimento que promoverá de maneira equilibrada e satisfatória para ambas as partes o comércio e o investimento entre os dois países. Nesse contexto de benefícios recíprocos e equilibrados o Brasil decidiu conceder status de economia de mercado à China.

A decisão brasileira expressa sobretudo uma disposição de buscar



consensos necessários para o pleno desenvolvimento de nossas relações de amizade e de parceria estratégica.

Também se baseia na convicção de que devemos favorecer um sistema internacional que contemple a participação plena dos países em desenvolvimento nos mecanismos multilaterais, de modo a proporcionar-lhes maior capacidade e legitimidade para enfrentar os desafios e complexidades da atualidade.

Senhoras e senhores,

Nesta tarde Vossa Excelência pronunciou histórico discurso no Congresso Nacional brasileiro, lançando a nova política externa de seu governo para a América Latina. Vejo com viva satisfação o interesse da China em reforçar os laços com região que é prioritária para o Brasil.

A China poderá contar com nosso apoio na construção de uma parceria vigorosa com nossa região, que busca integrar-se de forma competitiva e solidária na economia globalizada. São muitas as oportunidades que se abrem para o intercâmbio comercial e de serviços, promoção de investimentos, transferência de tecnologias. Temos muito o que aprender um com o outro em matéria de estratégias de desenvolvimento social, político, econômico e humano. Contamos com o potencial de investimento da China no campo da infra-estrutura para acelerar a integração territorial e energética da América do Sul.

Esta é a primeira passagem de Vossa Excelência pela região após sua eleição como mandatário chinês. Não é coincidência que essa visita se inicie pelo Brasil. A parceria estratégica sino-brasileira é parte indispensável do relacionamento entre a América do Sul e a Ásia.

A atuação conjunta do Brasil e da China nos efetivos da ONU no Haiti reforça o grande potencial de nossa cooperação em favor da paz e da prosperidade da América Latina e Caribe.

Senhoras e senhores,



A parceria estratégica sino-brasileira está fundamentada na crença de que temos interesse comum na busca de um mundo multipolar e pluralista. Estamos convencidos de que somente através do diálogo e da cooperação poderemos responder ao desafio de promover a paz e combater o terrorismo, de preservar o meio ambiente e assegurar o desenvolvimento e o bem-estar para todos.

Queremos construir uma arquitetura mundial que privilegie o entendimento, a justiça social e o respeito entre os povos. A China e o Brasil mantêm uma cooperação horizontal modelar num sistema internacional marcado pela desigualdade. Essa relação nos dá legitimidade para, juntos, promovermos uma agenda internacional que favoreça a distribuição eqüitativa de poder e de recursos no cenário internacional. Somente assim estará assegurado o desenvolvimento social e econômico de nossos povos.

Nesse espírito de confiança na nossa parceria, proponho um brinde à saúde de Vossa Excelência, de sua esposa e da comitiva chinesa. Um brinde também à amizade entre o Brasil e a China, país por que reservo especial admiração.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de Outorga da Comenda da República**

**Maceió – Alagoas, 15 de novembro de 2004**

Meu querido companheiro, José Alencar, vice-presidente da República e  
ministro da Defesa,

Meu querido Ronaldo Lessa, governador do estado de Alagoas,

Minha querida Katia Born, prefeita de Maceió,

Minha querida esposa Marisa Letícia,

Meu querido companheiro José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil e  
sua esposa Maria Rita,

Meu querido companheiro Aldo Rebelo, ministro-chefe da Secretaria de  
Coordenação Política de Assuntos Institucionais,

Meu caro general de Exército, Francisco Albuquerque, comandante do  
Exército,

Meu caro Luiz Abílio de Souza, vice-governador de Alagoas,

Meus queridos companheiros deputados federais, deputados estaduais,

Quero cumprimentar o deputado Celso Luiz, presidente da Assembléia  
Legislativa de Alagoas,

O desembargador Washington Luiz Damasceno Freitas, presidente do  
Tribunal de Justiça de Alagoas,

O governador do estado da Paraíba, Cássio Cunha Lima,

E a governadora do estado do Rio Grande do Norte, Wilma Maria de  
Farias,

Quero cumprimentar o meu companheiro Jorge Vianna, governador do  
Acre,

Quero cumprimentar o senador Renan Calheiros, em nome de quem eu  
cumprimento os demais senadores presentes,



Quero cumprimentar o deputado federal Benedito de Lira,

O deputado João Caldas,

O deputado Mucio de Sá,

Quero cumprimentar os senhores oficiais-generais

Quero cumprimentar todos os deputados e deputadas estaduais,

Quero cumprimentar os prefeitos e as prefeitas aqui presentes,

Quero cumprimentar os vereadores e vereadoras aqui presentes,

Quero cumprimentar o pastor Antônio dos Santos,

Quero cumprimentar o Arcebispo Dom Valério Breda,

O nosso querido Galvão Bueno,

O nosso querido Vladimir Palmeira,

O meu amigo Oded Grajew,

Meus amigos e minhas amigas,

É com orgulho de brasileiro, presidente da República e de nordestino, que participo desta solenidade de 15 de novembro, em terra alagoana. Em pelo menos dois momentos decisivos da construção deste país, na luta contra a escravidão e na Proclamação da República, Alagoas disse presente ao Brasil, e o fez com bravura e determinação.

A mais longa e significativa rebelião da nossa história contra o regime escravagista teve como cenário o Quilombo de Palmares, na Serra da Barriga. Daqui partiu o rito de justiça de Zumbi, que até hoje ecoa em nossa alma. Seu exemplo de firmeza e coragem tornou-se uma referência do povo brasileiro na luta contra estruturas que ferem a dignidade, bloqueiam o futuro e dificultam a nossa afirmação como país soberano e justo.

São filhos de Alagoas os dois principais personagens de outro capítulo memorável da nossa história. A Proclamação da República, que hoje completa 115 anos, os Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, foram protagonistas ativos dessa luta e exerceram, respectivamente, a presidência e a vice-presidência do país nos primeiros anos do novo regime.



Com a República, estabeleceu-se, no Brasil, o alicerce da cidadania, a base para um país de homens e mulheres livres e iguais perante a lei. Numa sociedade republicana, não se admite que o arbítrio fira a norma, nem que o bem comum se submeta ao privilégio.

A República consagra a destinação dos fundos públicos ao interesse coletivo e firma um pacto de liberdade entre cidadãos para dizer ao futuro: “nós te criaremos e o povo não será expulso da própria obra”.

Minhas senhoras e meus senhores,

No que diz respeito à democracia representativa, o caráter republicano da nossa sociedade está consolidado na existência de eleições livres e universais, na autonomia do poder judiciário, na independência e soberania das instâncias legislativas, solidamente implantadas e representativas de toda a Federação.

Um dos orgulhos republicanos deste país foi a Constituinte de 1988. Ela coroou o gigantesco esforço de mobilização nacional que uniu o povo brasileiro num pacto pela liberdade democrática e estendeu o voto livre a todos os cidadãos, inclusive aos analfabetos, paradoxalmente banidos da democracia porque não tinham tido o direito republicano de freqüentar uma escola. Que tamanha injustiça só tenha sido reparada quase um século depois de 15 de novembro de 89, revela lacunas que ainda limitam o exercício da cidadania por grande parte do nosso povo.

Na verdade, o regime republicano entre nós ainda não concluiu sua obra como abrigo de todos, persistindo uma situação na qual todos são iguais perante a lei, mas, infelizmente, alguns ainda são mais iguais que os outros. Pois então, é preciso reafirmar, no alvorecer do século XXI, que o nosso grande desafio republicano é justamente combinar a democracia política com a política social, fazer com que todos sejam iguais, não somente em relação ao direito a liberdade, mas também iguais para dispor de uma vida digna, com trabalho, saúde, educação, cultura e lazer.





Minhas senhoras e meus senhores,

Este é um sentimento que aflige o nosso coração republicano diante de milhões de irmãos que ainda aguardam na soleira, à espera de um lugar digno na República brasileira. Nossa desigualdade não desconcerta apenas pela magnitude, mas pela persistência. O Brasil foi injusto no apogeu colonial e injusto na decadência do Império, e apesar de algumas conquistas populares importantes, atravessou ainda injusto, 115 anos de República.

Ao longo dos séculos passados, a riqueza nacional aumentou 100 vezes, o que seria mais do que suficiente para que a abundância entrasse também na casa humilde e se sentasse à mesa do pobre. Por isso, o grande desafio desta vez não é apenas crescer de forma robusta como já estamos fazendo; nosso maior feito será apresentar ao mundo um crescimento sustentável e transformador que funcione como alavanca de inclusão social.

Minhas senhoras e meus senhores,

O Brasil sabe gerar riqueza e está ampliando fortemente a sua escala produtiva, mas é preciso também distribuir melhor essa riqueza, gerando oportunidade para todos. As forças progressistas do país aprenderam que o novo ciclo de desenvolvimento requer um projeto social que o oriente para que o Brasil cresça com justiça e liberdade.

Hoje, sinceramente, creio que atingimos um novo patamar na trajetória do desenvolvimento nacional. Voltamos a crescer com estabilidade econômica e política; a balança comercial bate recordes, diminui a vulnerabilidade externa.

O Brasil aprendeu a não gastar mais do que produz e a investir bem os recursos de que dispõe, promovendo, cada vez mais, maior inclusão social. O emprego se recupera e a esperança é, de novo, nossa aliada. A maturidade política favorece o diálogo e o êxito econômico abre novas oportunidades para o futuro.

Minhas senhoras e meus senhores,



O Nordeste, vítima secular de nossas desigualdades e desequilíbrios, é, de fato, uma das prioridades do nosso governo. O Fome Zero, através do Bolsa Família, já beneficia 56% das famílias pobres nordestinas, chegando a 2 milhões 900 mil lares. Em todo o Brasil já estamos beneficiando mais de 5 milhões de famílias. Mas não se trata apenas de acudir a quem tem fome, e sim de criar oportunidade de produção e emprego nas potencialidades regionais.

Por isso, vamos revitalizar todo o rio São Francisco, da nascente à foz, com a integração das bacias hidrográficas para garantir a segurança hídrica e uma vida sustentável no semi-árido nordestino. O São Francisco é a correnteza republicana que une o Brasil do sudeste úmido ao sertão seco. O que vamos fazer, é ampliar a obra solidária da natureza num canal cívico, para matar a sede de milhões de nordestinos e fortalecer a economia da região.

É com a mesma motivação que estamos lançando o Programa do Biodiesel, que vai utilizar a mamona e a palma para produção de combustível, criando mais uma alternativa para pequenos agricultores do semi-árido nordestino, com uma vantagem a mais: o agricultor vai plantar com garantia de compra do biodiesel pela Petrobrás, com linha de crédito especial do Banco do Nordeste, do Banco da Amazônia e do BNDES, além da isenção de tributos federais.

O grande desafio, portanto, e é para isto que estamos trabalhando intensamente, é unir os extremos dessa equação no novo pacto republicano, que reafirme o emblema da nossa bandeira no século XXI e proclame a alto e bom som, para todo o mundo ouvir: “amamos nossa terra e temos orgulho da nossa República”. A ordem, aqui, será cada vez mais justa e o progresso será definitivamente para todos.

Antes de terminar, governador Ronaldo Lessa, quero lhe dizer que para o próximo dia 15 de novembro, nós viremos aqui, não apenas para comemorar o 15 de novembro. Viremos aqui para inaugurar este memorial e, quem sabe,



transformar numa conquista definitiva do povo de Alagoas, aquilo que é a história que o próprio povo de Alagoas fez, que foi nos dar os homens que emblemaram a nossa República.

Quero dizer ao governador Ronaldo Lessa que a nossa República é uma coisa fantástica e certamente eu virei aqui, não apenas comemorar a Proclamação da República, eu virei aqui, a cada ano, mostrar como o Brasil avançou. O Brasil avançou tanto, a democracia se consolidou tanto, que até os nossos companheiros conquistaram o direito de vir protestar. E eu acho isso, Ronaldo Lessa, de um significado extraordinário. Eu acho que isso demonstra que a democracia no Brasil veio para ficar, e como eu gritei a vida inteira em todos os palcos do mundo, eu nunca vou achar ruim que as pessoas gritem. Apenas eu quero dizer: muitas vezes as pessoas gritam até sem saber por que estão gritando, porque, se esses meninos que estão gritando aqui, fossem representantes da Oligarquia de Alagoas, eles poderiam me chamar de qualquer coisa, porque se eles forem trabalhadores, eles têm que reconhecer que nunca na história do Brasil, os trabalhadores chegaram a tão alto patamar de participação política e nunca participaram tanto nas decisões.

Por isso meus queridos companheiros, autoridades, governadores, generais-oficiais e meus amigos de Alagoas, a partir de hoje, enquanto eu for Presidente, e espero que outros também venham, todo dia 15 de novembro, nós estaremos aqui para comemorar aquele que foi um feito extraordinário nesta nação, que foi a Proclamação da nossa República.

Muito obrigado e até outro dia.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar em homenagem ao Presidente da Coréia do Sul, Roh Moo-Hyun**

**Palácio Itamaraty, 16 de novembro de 2004**

Excelentíssimo senhor Roh Moo-Hyun, presidente da República da Coréia, e sua digníssima esposa,

Minha companheira Marisa,

Excelentíssimo senhor ministro Nelson Jobim, presidente do Supremo Tribunal Federal,

Deputados,

Senadores,

Ministros da Coréia e do Brasil,

Empresários,

Meus amigos e minhas amigas,

Recebo o presidente da República da Coréia, Roh Moo-Hyun, com um sentido muito especial de identidade.

O presidente Roh e eu temos um passado comum de luta. Ele como advogado da classe trabalhadora e eu como líder sindical.

Essa experiência, senhor Presidente, nós dois trouxemos para nossos programas de governo. Ambos temos como prioridade máxima a redução das desigualdades e a garantia do bem-estar e da dignidade para todos nossos concidadãos.

É essa determinação de promover um desenvolvimento mais solidário e cooperativo que sempre orientou o relacionamento entre o Brasil e a Coréia. A comunidade coreana que o Brasil acolheu aqui encontrou empregos, prosperidade e uma nova vida. Essa comunidade de 45 mil pessoas está retribuindo essa generosidade integrando-se à sociedade brasileira e ajudando



a construir o Brasil do futuro.

Brasil e Coréia dispõem hoje de sólidas instituições democráticas e economias estáveis e diversificadas. Queremos construir novos laços de amizade e colaboração sobre essas sólidas fundações. Por meio da “Parceria Especial para o Século XXI”, estamos levando nossa cooperação para o campo da tecnologia de ponta. A criação de um Centro de Tecnologia da Informação nos permitirá juntar esforços nos campos estratégicos de biotecnologia, tecnologia espacial, eletro-eletrônica, metalurgia e tecnologias limpas.

Empresas brasileiras e coreanas estão desenvolvendo associações também em matéria de mineração e energia, atestando a crescente amplitude de nossas relações comerciais e econômicas.

A maturidade que a parceria entre o Brasil e a Coréia vem ganhando nos estimula a olhar para o futuro com confiança e otimismo. O Brasil acolhe, portanto, a proposta coreana de constituirmos uma “Relação Abrangente de Cooperação.”

Como na Coréia, estamos empenhados em promover a transparência administrativa, reforçar o papel da iniciativa privada e dinamizar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Hoje, já começamos a colher os frutos desses esforços. O Brasil está preparado para retomar um ciclo histórico de crescimento sustentado.

Contamos com a Coréia e seus empresários nessa empreitada. O comércio bilateral este ano deverá alcançar cerca de 3 bilhões de dólares, fazendo da Coréia nosso terceiro maior parceiro na Ásia. Mas sabemos que as complementaridades entre nossas economias oferecem ainda grande potencial de expansão.

Os investimentos coreanos no Brasil espalham-se por setores dinâmicos da economia brasileira como o automotivo, eletrônico, construção, telecomunicações e transporte. Hoje, marcas como Samsung, LG ou Hyunday fazem parte do cotidiano de milhões de brasileiros.



Convidamos a Coréia e seus homens de negócio a continuar a apostar nessa parceria.

Temos recursos naturais abundantes e uma classe trabalhadora qualificada. Oferecemos acesso a uma economia dinâmica e diversificada que vai muito além das fronteiras do Brasil. Oferecemos acesso privilegiado ao Mercosul, um mercado de 220 milhões de habitantes e produto de mais de 1 trilhão de dólares, a quarta maior economia do mundo.

Caro presidente Roh,

O Mercosul é a pedra de toque da Comunidade Sul-americana de Nações que pretendemos construir, junto com os países andinos e amazônicos. Por meio da integração regional, estamos criando as condições para assegurar que o Brasil e seus vizinhos sul-americanos possam encontrar respostas democráticas e solidárias para o desafio de um mundo globalizado. Grandes obras de infra-estrutura estão eliminando gargalos de transporte e energia.

Creemos que o Mercosul também pode ser fator de aprofundamento das relações comerciais entre nossas regiões. Propomos por isso iniciar um exercício negociador entre o Mercosul e a Coréia.

É com o mesmo espírito que o Brasil apóia a entrada da Coréia no Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Senhor Presidente,

O Brasil tem buscado contribuir para uma ordem internacional em que prevaleça a solução pacífica de controvérsias. Não nos furtamos a prestar ajuda sempre que cabível. O Brasil considera que uma solução negociada para a questão da Península Coreana não só tem um valor para o progresso da região, mas também é uma contribuição importante para a paz e a estabilidade mundiais.

Vivemos em um mundo marcado por turbulências políticas, a ameaça do armamentismo e uma globalização que acirra desigualdades sociais e



econômicas. Compartilhamos a defesa de uma ordem mundial regida pelo direito internacional e exercida por meio de um sistema multilateral equilibrado e justo. Defendemos, por isso, uma reforma das Nações Unidas onde os países em desenvolvimento possam realizar plenamente seu potencial. Esse é um desafio que nos une, brasileiros e coreanos.

É com este espírito de confiante otimismo que peço a todos que me acompanhem em um brinde ao promissor futuro das relações entre os nossos países, bem como à saúde e à felicidade de Vossa Excelência e do povo coreano.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço em homenagem ao Presidente da Rússia, Vladimir Putin**

**Palácio Itamaraty, 22 de novembro de 2004**

Embora o presidente Putin diga que não bebe bebida com alto teor alcoólico, nós vamos comemorar a presença dele no Brasil com uma cachacinha tipicamente brasileira.

Eu só queria dizer ao presidente Putin da alegria imensa que nós estamos, com a sua presença, no Brasil. Eu, durante muitos anos, estive para visitar a Rússia, sempre havia um problema político que me impedia de fazer a viagem. Não importa, agora, dizer quem causava os problemas. O que era grave é que, durante várias vezes, até como dirigente sindical, eu fui impedido de ir à Rússia. E, também, é a primeira vez que um alto mandatário russo vem ao Brasil. E, se Deus quiser, no próximo ano estarei visitando Moscou.

Eu queria pedir a todos – Luiz, me traz um filme – eu queria pedir a todos que levantassem, para que fizéssemos um brinde ao presidente Putin e à sua comitiva.

E como eu sei que a Rússia é um país que pratica muito esporte, e apesar de não ganhar do Brasil tem um bom time de futebol, eu queria presentear o presidente Putin com um DVD do Pelé, chamado “Pelé Eterno, o maior atleta do século”.

Não tem importância que ele não entenda português, porque a arte do Pelé não fala, ela age.





**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos, por ocasião da visita oficial do Presidente da Rússia, Vladimir Putin**

**Palácio do Planalto, 22 de novembro de 2004**

Excelentíssimo senhor presidente Vladimir Putin, presidente da Federação Russa,

Senhoras e senhores integrantes das comitivas da Rússia e do Brasil,

Meus amigos e minhas amigas,

É um prazer receber o presidente Putin no Brasil. Sua visita é a primeira de um Chefe de Estado da Federação Russa a nosso país. Estamos abrindo novos horizontes nas nossas relações. Temos hoje a oportunidade de concretizar a decisão, anunciada em meu discurso de posse, de dar prioridade à aproximação entre o Brasil e a Rússia.

É esse o sentido dos importantes acordos que estamos subscrevendo. São compromissos e metas que reafirmam a determinação de trabalharmos para forjar uma parceria em benefício de nossos cidadãos.

Quero expressar meu reconhecimento pela atuação do vice-presidente José Alencar, juntamente com o primeiro-ministro Fradkóv, à frente da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação. Foi fundamental o trabalho que eles realizaram nas discussões preliminares dos acordos bilaterais que estamos celebrando.

O presidente Putin e eu mantivemos um encontro privado muito produtivo sobre aspectos de nossa agenda bilateral e de questões internacionais da atualidade. Em seguida, nos juntamos a uma reunião ampliada com nossos ministros e altos funcionários responsáveis pelas diversas áreas de cooperação entre a Rússia e o Brasil



Concordamos em aprofundar nossas múltiplas complementaridades e explorar as potencialidades ilimitadas que o engenho científico e a capacitação técnica de nossos povos abrem no caminho do pleno desenvolvimento.

Nada melhor expressa essas possibilidades do que o programa de cooperação no campo espacial. Com a valiosa participação russa, o Brasil está retomando, com renovado otimismo e determinação, o programa de utilização da Base de Alcântara para o lançamento de satélites em bases comerciais. Essa é a melhor homenagem que podemos prestar àqueles brasileiros que deram sua vida por esse sonho.

Vamos desenvolver conhecimentos e tecnologias que nos colocam na vanguarda de atividade de grande relevância estratégica e benefícios econômicos. Se na área espacial o céu é literalmente o limite, são igualmente elevadas nossas ambições em outros setores.

O programa bilateral de cooperação em ciência e tecnologia que estamos aprovando favorecerá a pesquisa em campos fundamentais para o crescimento de nossas economias. Queremos cada vez mais que nossa competência e competitividade sejam a ponta de lança de nossa presença comercial internacional.

No campo energético, reiterarei ao presidente Putin minhas felicitações pela recente ratificação russa do Protocolo de Quioto. Essa decisão é altamente significativa, pois permitirá, em 2005, a entrada em vigor de instrumento crucial para a preservação do meio ambiente. Ao mesmo tempo, oferece novas alternativas para a promoção do desenvolvimento sustentável, através da utilização de fontes de energia renováveis. Esse é caso do etanol, onde o Brasil detém reconhecida experiência e capacitação.

Na área comercial, as perspectivas são promissoras. Discutimos como aproveitar a retomada do crescimento brasileiro e o dinamismo da economia russa para criar ainda mais oportunidades de negócios.

Em 2004, o nosso intercâmbio comercial ultrapassará, pela primeira vez,



2 bilhões de dólares. Os memorandos que o BNDES vem assinar com o Banco do Comércio Exterior da Rússia e com o Eximbank nos permitirão fazer muito mais. O tamanho de nossos territórios, os recursos naturais de que dispomos, nossas populações, os avanços tecnológicos que já alcançamos em diferentes áreas, tudo isso contribui para que sejam formidáveis as possibilidades de aproximação. Com o acordo em matéria de promoção comercial, empresas brasileiras terão melhores condições de estabelecer parcerias com sócios russos em setores de forte complementariedade.

O programa executivo na área de cultura que aprovamos reforçará uma natural atração que a distância não diminui. Sei que são muito populares as telenovelas brasileiras na Rússia. Já a escola de Balé do Teatro Bolshói em Santa Catarina, a única fora da Rússia, faz de nós, brasileiros, co-herdeiros da extraordinária civilização russa.

Senhoras e senhores,

O presidente Putin e eu concordamos em usar o excelente entendimento entre o Brasil e a Rússia nos foros internacionais para promover regimes multilaterais políticos e econômicos mais representativos dos interesses da comunidade de nações.

Agradeço, por isso, mais uma vez ao presidente Putin o apoio da Rússia à candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esse gesto adquire um sentido todo especial no momento em que se aceleram as discussões sobre a necessidade de atualizar a estrutura das Nações Unidas. A constituição do G-4 – integrado por Brasil, Alemanha, Índia e Japão – e a apresentação de candidaturas africanas, dão novo impulso aos esforços para reforçar a credibilidade e, com isso, a eficácia do órgão responsável pela nossa segurança coletiva.

O ingresso da Rússia na OMC, que conta com o pleno endosso do Brasil, também nos ajudará a forjar um sistema internacional de comércio mais equitativo, menos assimétrico, que seja uma verdadeira alavanca para o



desenvolvimento.

O mundo mais justo que almejamos deve ser também mais solidário. Apreciamos, portanto, que a Rússia tenha se juntado à ação internacional, que o Brasil e outros países vêm patrocinando, para mobilizar recursos em favor da luta de todos contra a fome e a pobreza de muitos.

Debatemos também o terrorismo e suas graves implicações para a segurança global. Reitero ao presidente Putin a revolta e indignação que o atentado em Belsan causou no Brasil. A irracionalidade bárbara do terrorismo, que foi buscar nas escolas suas vítimas inocentes, exige uma ação internacional firme e coordenada, no pleno respeito ao direito internacional, sempre lembrando que atitudes extremadas podem ser fruto de situações de exclusão e injustiça.

Como podem ver, nossa reunião foi muito proveitosa. Os acordos que celebramos articulam de maneira concreta e específica a visão estratégica e, ao mesmo tempo, prática que damos a nossa parceria.

Talvez mais importante, o diálogo que mantive com o presidente Putin foi oportunidade para reafirmarmos os valores e propósitos que nos unem, como a paz, a estabilidade democrática, o desenvolvimento com equidade e a promoção dos direitos humanos.

Por tudo isso, aceitei o convite do presidente Putin para visitar proximoamente a Rússia. Poderemos então dar seguimento a nosso importante diálogo e continuar a estreitar as relações de amizade e cooperação entre a Rússia e o Brasil.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de posse da Diretoria e do Conselho Fiscal da Confederação Nacional do Comércio**

**Auditório da Confederação Nacional do Comércio – Brasília-DF, 23 de novembro de 2004**

Meu caro Antônio Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio,

Meu caro ministro Marco Aurélio de Mello, ministro do Supremo Tribunal Federal,

Meu caro Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio,

Meu querido companheiro Agnelo Queiroz, ministro do Esporte,

Meu caro amigo Armando de Queiroz Monteiro Neto, presidente da Confederação Nacional da Indústria,

Meu caro Antônio Ernesto de Salvo, presidente da Confederação Nacional da Agricultura,

Deputados aqui presentes,

Ex-ministro, ex-secretário da Receita e deputado federal Francisco Dornelles,

Deputado Júlio Lopes,

Deputado Simão Sessim – como você não me convidou para ir na Beija-Flor, eu fui convidado para ir na Portela, esses dias,

Meu caro Paes Landim,

Meu caro Silvano, nosso presidente do Sebrae,

Paulo Okamoto, sua eminência parda, tesoureiro do Sebrae,

Meu querido Meneguelli, presidente do Sesi,

Meus amigos e minhas amigas,



Estou vendo, aqui, o ex-ministro Ernani Galveias, o ex-ministro Bernardo Cabral,

Estou vendo, aqui, o nosso ex-secretário-geral do Itamaraty, o nosso companheiro Flecha de Lima,

Minhas amigas, meus amigos,

Diretores e diretoras,

Conselheiros e conselheiras da Confederação Nacional do Comércio, que tomam posse hoje,

Eu queria dizer ao nosso Presidente que o fato de eu vir na posse da Diretoria e do Conselho, como tenho ido nos convites que a CNI me tem feito, é o reconhecimento de uma relação recente... Não tinha visto o ministro Arnaldo da Costa Prieto. É uma relação recente, mas uma relação que foi construída na base de coisas muito objetivas.

Eu não tenho medo de dizer que, possivelmente, nesses 22 meses, eu já vim mais a esta sede e à sede da CNI do que muitos presidentes, durante muitos anos. E eu venho por causa da necessidade de se construir uma nova realidade neste país. Uma realidade em que o presidente da República tem a consciência de que ele tem um mandato, e esse mandato tem um prazo determinado, portanto, o que ele tem que fazer é utilizar esse prazo do mandato para criar condições da sociedade se manifestar da forma mais produtiva possível.

Eu disse ao Antônio, disse a alguns presidentes de federações do comércio, que o mesmo que nós fizemos com a CNI, onde constituímos um grupo de trabalho com representação de cada federação estadual, nós vamos fazer com o comércio. E o companheiro Furlan vai ficar com a responsabilidade de marcar a data. Só não foi possível aproveitar a presença das pessoas, aqui, e fazer, porque essa semana, nesses últimos dez dias, nós estamos “inflacionados” pela presença de Chefes de Estado de outros países aqui, no



Brasil. São nove Chefes de Estado que nós estamos recebendo, e termina na segunda-feira, com o Presidente do Paquistão.

E isso nós vamos fazer, porque a experiência que nós tivemos, com a Confederação das Indústrias foi a melhor possível. O Armando é testemunha de que, em nenhum momento foi negado ao Presidente da Confederação Nacional da Indústria que apresentasse as suas pautas de reivindicações. Da pauta de reivindicação apresentada surgiram muitas medidas já anunciadas pelo governo. Inclusive dessas 21 medidas que nós fizemos, recentemente, de desoneração da indústria brasileira, surgiram muitas idéias da Confederação, e nós queremos fazer o mesmo com o comércio.

Afinal de contas, eu penso sempre assim, ministro Dornelles: o Estado é uma estação de trem, o governo é o trem e o povo, os passageiros que muitas vezes nem a estação nem o trem vêem. Ora, o que acontece quando um trem chega na estação? Ele faz barulho e apita, mas, daqui a pouco, vai embora, vem outro trem. E está lá a estação impávida, sem se mexer, pronta há muitos anos. A máquina do Estado é um pouco isso: entra governo, sai governo, a máquina do Estado funciona, independentemente de nós. O que nós precisamos é apenas ter o cuidado e de vez em quando, parar e pintá-la, para as pessoas sentirem que chegou um outro trem, que tem um trem que vai para outro lugar, para outra localidade, e ver se as pessoas ganham o sentido da utilidade da passagem pelo governo da máquina do Estado.

É por isso que nós queremos construir essas parcerias. Porque é da experiência que vocês adquirem no dia-a-dia, no sofrimento, na dificuldade que vai permitir que o governo tenha a sensibilidade para perceber que coisas que eram boas há 40 anos já não valem mais; que eram boas há 30 anos já não valem mais; que eram boas há 10 anos já não valem mais. E nós sempre termos o cuidado de evoluir, sem cometermos nenhuma loucura. É por isso que nós vamos constituir esses grupos de trabalho, porque a experiência, nesses 22 meses, mostrou que o sucesso obtido até agora foi muito importante



para que o governo chegasse aos números que nós chegamos.

Por isso, eu tenho compromisso, de público, com as federações de comércio, que vamos estabelecer os mesmos critérios que estabelecemos com a indústria para que a gente possa, da forma mais civilizada possível, ouvir e, dentro do possível, fazermos políticas juntos para que o Brasil possa aperfeiçoar a sua relação democrática. Por isso, meu caro Antônio, eu não poderia faltar a esta posse.

Tenho o vivo sentimento de que este novo mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal da Confederação Nacional do Comércio – que começa agora e se estende até 2010 – coincidirá com um horizonte mais amplo e auspicioso para a economia e para a sociedade brasileira.

Os obstáculos que atravessam o caminho do desenvolvimento brasileiro ficaram menores e, a partir de agora, já se pode estender o olhar para enxergar mais à frente, onde o futuro e suas possibilidades são mais nítidos e palpáveis. Há espaço para o novo e para escolhas.

Para as novas gerações que cresceram em quase duas décadas de ceticismo e desvalorização de tudo o que é nosso, quero dizer que não hesitem em olhar o futuro com altivez e desassombro, porque é assim que se pode enxergá-lo melhor.

Este país sabe crescer, está crescendo e pode crescer com mais vigor ainda. Trata-se de avançar no consenso estratégico que dê maior suporte às mudanças. Mudanças que o desenvolvimento pede e a justiça social requer.

E, aqui, é importante lembrar: nenhum de vocês, cientista político, empresário, assessores, imaginava que, em apenas 22 meses, nós pudéssemos ter votado a reforma tributária, a reforma previdenciária, a reforma do Poder Judiciário, a Lei de Falência, a Lei da Inovação Tecnológica, coisas que são da maior importância para o futuro do Brasil. E não votamos, ainda, o projeto de Parceria Público-Privada, porque lamentavelmente ainda tem gente que trabalha contra o Brasil, senão esse projeto também já estaria aprovado,





porque já houve a aprovação da Comissão no Senado. Agora é ir para o plenário e votar, para que o Brasil dê uma chance a si mesmo, para que o Brasil deixe de fazer aventuras desastrosas, invenções acadêmicas e consiga construir alguma coisa a partir da nossa própria realidade.

Esse é o papel transformador da política na vida de um povo – e não é uma tarefa apenas de governo, mas dos trabalhadores, dos políticos, dos empresários, dos intelectuais, da juventude e de toda a sociedade.

Esse é o caminho no qual cabem nossa economia e nossos sonhos.

Meus amigos e minhas amigas,

Trabalhamos duro ao longo desses dois anos para retomar o crescimento, recompondo a produção e as vendas, bem como alcançando um equilíbrio externo inédito no nosso país.

Este ano, o saldo em conta corrente deve chegar a dezembro com um resultado positivo da ordem de US\$ 9 bilhões de dólares – olhe que nós saímos de um déficit de 23 bilhões de dólares – graças a exportações que deverão atingir, se Deus quiser, dentro de alguns meses, os US\$ 100 bilhões. E o Furlan sabe que tem um champanhe guardado para a gente estourar na hora que ele me comunicar: “Presidente, chegamos a 100 bilhões de dólares”, pode ser um *cent* a mais ou um *cent* a menos, nós vamos estourar esse champanhe porque é um fato realmente inusitado na história do país. E o que é mais importante é que temos o saldo comercial positivo de US\$ 32 bilhões.

Isso diminui a vulnerabilidade da nossa economia, nos torna menos frágeis a qualquer oscilação, em qualquer país do mundo, mas ainda não é tudo. E precisamos tomar cuidado porque, como na casa da gente, se não houver unidade de comportamento entre marido, mulher e filhos, quando a gente tem um pouquinho mais de dinheiro as pessoas querem “torrar” de uma vez. No Estado é a mesma coisa, não pensem que é diferente. Quando as pessoas percebem que há um pouquinho de reserva a mais, as pessoas querem estourar. E nós temos que cuidar do dinheiro do Estado exatamente



como a gente cuida do dinheiro ganho com o nosso suor, para sustentar a nossa família. Nem mais e nem menos.

E o Estado só pode contrair as dívidas que ele, Estado, tiver condições de pagar. Porque senão nós estaremos sendo irresponsáveis e encontrando justificativas. Por que este país que cresceu durante 50 anos, como um dos maiores crescimentos do mundo, não conseguiu se transformar num país definitivamente desenvolvido? É porque em momentos cruciais, em que o governo deveria tomar decisões, muitas vezes duras, o governo vacilou porque, possivelmente, tivesse uma eleição próxima ou porque, possivelmente, os seus partidários não se interessavam do ponto de vista político.

E, aí, o país passa, já de 40 anos, sendo um eterno país em desenvolvimento, como um país emergente, como um país em vias de desenvolvimento. E nós precisamos dar um salto de qualidade. Porque na vida a gente nasce, fica adolescente, fica adulto, fica velho e morre. Uma nação não morre, mas ela também fica adulta. E o Brasil já está na fase da maturidade intelectual, da maturidade empresarial, da maturidade sindical. E, portanto, nós não temos que pensar apenas no nosso próprio umbigo, mas pensar no que nós queremos garantir para outras gerações que virão depois de nós.

Bem, tais resultados convergiram rapidamente para uma recuperação do mercado de trabalho, que já atingiu o gostoso número, agora, em outubro, de praticamente 1 milhão e 796 mil novos empregos formais com carteira profissional assinada, o que há muito tempo não se via na história do Brasil.

É importante lembrar que depois que foi criado o Caged, em 1992, esses são os números mais auspiciosos de empregos gerados num único ano. Só para se ter idéia, no mês de outubro, as 130 mil novas vagas criadas são recordes dos recordes do mês que, normalmente, não é um mês de ascensão e geração de emprego.

Nos últimos cinco meses as contratações se expandiram na indústria com resultados positivos em 13 das 14 áreas pesquisadas – dados da CNI. O



conseqüente aumento da massa salarial sinalizou uma mudança no perfil das vendas.

O faturamento real do comércio registrou aumento de 9,32% em setembro, com taxa acumulada de 6,72% em 12 meses, com previsão de crescimento nominal de 12% em 2004. Poderíamos dizer: “É pouco”. Mas, o que foi o ano passado? É pouco, diante das nossas necessidades e da nossa vontade, mas é um belíssimo crescimento, em função da realidade que nós pegamos no país, há 22 meses atrás.

E embora a expansão no setor de duráveis tenha exibido um fôlego menor, ainda assim cresceu 20,32% sobre setembro de 2003. A boa notícia é que as vendas de roupas e alimentos despontaram com robustez nos indicadores.

Em relação aos produtos da cesta básica, os preços, segundo o Dieese, já caíram em setembro, certamente devido à medida do governo de desonerar – com alíquota zero – arroz, feijão e farinha de mandioca, por exemplo, dentro dos itens da cesta básica.

O crescimento do emprego no comércio nestes 22 meses foi também significativo. Mais de 530 mil novas vagas com carteira assinada, portanto, 11% a mais do que tínhamos em dezembro de 2002.

A retomada, portanto, chegou ao consumo popular e tudo indica que o Natal deste ano, como disse o Furlan, será melhor em milhões de lares brasileiros, possibilitando que as famílias comprem um pouco mais do que desejam. Eu não quero que elas comprem mais do que desejam, eu quero que elas comprem apenas o que desejam, na verdade.

E isso significa que será melhor também para o comércio, cujo faturamento deve ultrapassar os 3,21% registrados em dezembro de 2003, conseqüentemente gerando mais empregos.

Repito: foram dois anos de sementeira responsável para que o país despertasse assim, vigorosamente, da hibernação involuntária a que foi



submetido em passado recente.

O que estamos fazendo é justamente combinar a estabilidade com crescimento econômico. E, nos últimos vinte e quatro anos, nunca o Brasil esteve tão credenciado como agora, a dar um salto para liberar as energias produtivas sistematicamente desperdiçadas no passado.

Por isso, estamos agindo em várias frentes e em várias direções. Uma delas é a reafirmação de um governo de portas abertas, receptivo à convergência das forças democráticas interessadas em construir uma nação próspera e justa.

A outra é o fortalecimento de ferramentas econômicas que funcionem como alavancas do crescimento e da antecipação do futuro, como é o caso da massificação do crédito popular, mobilizador da produção, do emprego e da renda.

Mais que isso, o crédito barato, induzido pelo governo, promove uma concorrência saudável num segmento tradicionalmente conhecido pela ação corrosiva sobre o poder de compra popular.

Foi para romper esse círculo vicioso que nós criamos o crédito consignado – o popular crédito com desconto na folha de pagamento – que já representa 78,6% do total dos empréstimos pessoais concedidos no Brasil.

Em setembro, essas operações cresceram 6% atingindo mais de R\$ 10 bilhões de reais, e o motivo é muito simples: as taxas de juros cobradas no desconto em folha são em média de 2,8% ao mês, portanto, menos da metade do custo praticado pelo crediário tradicional, pelo cartão de crédito ou pelo cheque especial.

Este ano, o volume do crédito consignado já cresceu mais de 50% e vai crescer muito mais porque, agora, 22 milhões de aposentados e pensionistas do INSS passaram a ter direito a essa modalidade, ampliando sua participação no consumo.

Portanto, tem demanda chegando pelos atalhos da criatividade política



que irriga e acelera a recuperação econômica.

As contas simplificadas da Caixa Econômica Federal são outro exemplo. Elas caminham para cumprir a meta fixada no biênio 2003/2004 de incorporar 2 milhões e 500 mil brasileiros ao sistema bancário. Noventa e cinco por cento desse objetivo já foram atingidos.

E o que é mais importante: um milhão e oitenta mil novos clientes já têm seu crédito pré-aprovado, ou seja, têm mais de três meses de conta e nenhuma restrição cadastral na praça.

Faço questão de repetir esse dado: um milhão e oitenta mil brasileiros que nunca deram calote na praça estavam fora do mercado bancário brasileiro. Mas agora estão aptos a contratar um micro-financiamento para aquecer a demanda deste Natal.

A Caixa Econômica Federal vai iniciar um processo de educação financeira dessa clientela para esclarecê-la quanto aos produtos e créditos que passa a ter direito. E isso será feito em todo o Brasil porque temos hoje 1.755 agências da Caixa Econômica Federal espalhadas pelo país; mais 9 mil pontos em lotéricas; e outros 1.500 postos de atendimento. Além de uma rede de 3.383 correspondentes bancários, sendo 2.108 em cidades que nunca tiveram bancos em seu comércio.

Quem é do interior, aqui, sabe quantas cidades brasileiras não têm um banco. Eu, na caravana que fiz, pelo estado do Pará, em 1994, conheci um fenômeno que eu jamais imaginei existir. Como a inflação estava muito alta em 93, chegando a quase 40%, os prefeitos das cidades pequenas iam para Belém e retiravam todo o dinheiro da Prefeitura e tentavam levar tudo para a cidade, às vezes pagando vários salários adiantados, porque não tinham como guardar o dinheiro, não tinham banco, a inflação comeria.

E aconteceu uma coisa extraordinária, Dornelles, começaram a se criar quadrilhas de assalto no rio Tapajós, no rio Amazonas, ou seja, ladrões que entravam em outros barcos, cercavam os barcos dos prefeitos, tomavam o



dinheiro todo e desapareciam com o dinheiro.

Nós, então, resolvemos que era humanamente impossível continuar com uma situação dessas. E, mais ainda, num estado como Minas Gerais, que é no Sudeste brasileiro, pessoas que andavam 98 quilômetros de ônibus para receber a sua aposentadoria. Não é possível que um país que queira se desenvolver não facilite a vida das pessoas, sobretudo, o acesso ao crédito.

Vocês estão ouvindo notícias, aí, do Banco do Brasil, do Banco Popular – é um braço do Banco do Brasil que a gente quer espalhar pelo país inteiro o microcrédito, para que possamos ajudar aqueles que querem iniciar uma atividade empresarial, por menor que ela seja.

E ainda tem mais. Eu vou dizer, antes, uma coisa: quando nós tomamos posse, o Pronaf, que é o maior Programa de Financiamento da Agricultura Familiar, muitos gerentes do Banco do Brasil não estavam mais habituados a fazer financiamento para pequenos. Portanto, o Pronaf era uma coisa do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de um pedaço do Paraná e de um pedaço de São Paulo. No restante do Brasil, meu caro governador Cássio Cunha Lima, o Pronaf era apenas uma palavra na televisão.

E no ano passado, na safra 2003-2004, a Paraíba já teve um aumento de quase 900% de pessoas que fizeram crédito do Pronaf. E este ano, certamente, irão fazer muito mais, porque nós temos 7 bilhões para financiar.

O Brasil perdeu o hábito de fazer com que o dinheiro fluísse, mesmo aquele dinheiro que o governo anuncia, que fluísse com mais facilidade e que chegasse até as pessoas que daquele dinheiro necessitam.

E, ainda mais. Estamos concluindo um grande programa de microcrédito voltado para as periferias carentes das regiões metropolitanas brasileiras. Vamos emprestar recursos para que pessoas beneficiadas pelos programas sociais do governo tenham a possibilidade, agora, de investir num pequeno negócio e assim abrir uma porta de saída para ganhar o seu próprio dinheiro, obviamente que com a ajuda do Sebrae, com o valor do seu trabalho e o suor



do seu rosto.

Meus amigos, minhas amigas. Meus senhores e minhas senhoras,  
Ninguém construirá o Brasil por nós. Ninguém substituirá a nossa iniciativa e o nosso espírito de justiça. Ninguém fará sacrifícios em nosso lugar. Ninguém seguirá adiante se pararmos no meio do caminho.

Verdadeiramente, ninguém vai amar este país e abraçar a sua causa, se a sua gente, seus políticos, sua elite e seu governo abdicarem do espírito de nação, como sempre defendeu o mestre Celso Furtado, que agora nos deixou.

O povo brasileiro sabe, por experiência de vida, que o alicerce vem antes do telhado, porque, se não for assim, a estrutura não agüenta, as paredes fraquejam – e a casa cai.

Foi o que fizemos em quase dois anos, refundando as bases do desenvolvimento brasileiro. Refazer o alicerce no chão duro dos primeiros tempos não foi tarefa fácil, mas as evidências estão aí, e o meu sentimento profundo é de que essa etapa foi concluída. O lastro é firme e o espaço para avançar é muito amplo.

Juntos, portanto, com fé e coragem, estamos prontos para acelerar a construção deste novo ciclo de desenvolvimento sustentado, com distribuição de renda e justiça social.

Muito obrigado.



**Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Primeiro-Ministro do Canadá, Paul Martin, ao Brasil**

**Palácio Itamaraty, 23 de novembro de 2004**

Excelentíssimo senhor Paul Martin, primeiro-ministro do Canadá,  
Senhores integrantes das delegações do Canadá e do Brasil,  
Senhores parlamentares,  
Jornalistas,  
Senhores e senhoras,

Tenho grande prazer de receber no Brasil o primeiro-ministro do Canadá, Paul Martin.

Desde nosso primeiro encontro, durante a Cúpula de Monterrey, convenci-me de que nossos países têm muito em comum e muito para realizar juntos.

Naquela ocasião, a comunidade internacional discutia como assegurar recursos para financiar o desenvolvimento nos países pobres.

Senti, então, que o Canadá, sob a liderança de Vossa Excelência, é um parceiro decisivo do Brasil na busca do desenvolvimento sustentável e do crescimento econômico eqüitativo.

Sua visita, hoje, é oportunidade para retomarmos esse diálogo.

Somos dois grandes países do Hemisfério e compartilhamos interesses e valores. Estamos empenhados, sobretudo, em somar esforços na luta mundial contra a fome e a pobreza. Esta é uma responsabilidade de países em desenvolvimento e desenvolvidos.

Foi esse o sentido da declaração que adotamos ao final da reunião de





Nova York, em setembro passado, endossada por mais de cem países. Estamos determinados a passar do discurso à ação.

Por isso, vamos submeter às Nações Unidas, em 2005, um conjunto de propostas concretas para assegurar o financiamento da mais importante das Metas do Milênio, a redução maciça da fome e miséria extrema no mundo até 2015.

Estou certo de que o Canadá, país que sempre esteve na vanguarda dos movimentos por maior justiça social, se engajará plenamente.

Como membro do G-8, poderá contribuir para que os países ricos apoiem o trabalho do Grupo Técnico sobre Mecanismos Financeiros Inovadores.

A nossa colaboração já começa a apresentar resultados no país onde a solidariedade internacional é mais urgente.

Brasil e Canadá estão trabalhando juntos na Missão de Estabilização da ONU no Haiti.

Estamos ajudando o governo e o povo haitianos no restabelecimento da ordem, na reconciliação política e na reconstrução econômica de um país onde tudo está por fazer.

Estamos também mobilizando a comunidade internacional para acelerar a liberação dos recursos prometidos.

Esses recursos são fundamentais para os projetos que trarão melhoras imediatas para um povo que não pode esperar.

Vamos enviar proximamente uma missão conjunta de cooperação técnica em matéria de saúde pública e examinaremos outras áreas de parceria conjunta com o Haiti.

Nossa cooperação no Haiti é emblemática do empenho de nossos países em favor de uma governança mundial.

Almejamos um sistema multilateral sólido, efetivo e representativo.

Procuraremos estreitar o diálogo e a cooperação na busca de consensos



que melhor orientem o tratamento das questões multilaterais.

Por isso, o Brasil apóia a iniciativa canadense de estabelecimento do L-20, que estreitará o diálogo entre países em desenvolvimento e desenvolvidos.

Essa cooperação é também importante no campo comercial.

Vemos no Canadá um parceiro estratégico para assegurar a conclusão rápida e exitosa das negociações da Rodada de Doha da OMC.

Partilhamos o objetivo de eliminar os subsídios milionários que distorcem o comércio agrícola mundial e impedem os pequenos agricultores de países em desenvolvimento de viver dignamente de seu trabalho.

No âmbito do comércio bilateral, é preciso reconhecer que ainda estamos distantes do potencial de nossas economias.

As inversões canadenses no Brasil não chegam a 2% do total que o Canadá investe no exterior.

A missão empresarial que o ministro Jim Peterson está trazendo ao Brasil certamente será oportunidade de começar a recuperar o tempo perdido.

Convido os homens e mulheres de negócio canadenses a participarem dessa empreitada. Estou certo de que contarão com a participação e o entusiasmo dos empresários brasileiros para formar parcerias imbatíveis.

Avançamos nas conversas bilaterais sobre a indústria aeronáutica. Estamos aprofundando a compreensão e ampliando a confiança para a conclusão de acordo no mais curto prazo possível.

Outro tema que une o Brasil e o Canadá é o compromisso firme com o meio ambiente.

Prova disso é o memorando que estamos assinando hoje para o desenvolvimento de projetos conjuntos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.

A preocupação com o desenvolvimento sustentável se reflete na nossa busca por uma maior coordenação internacional no combate à pesca excessiva



dos estoques globais.

Esse esforço é crucial para garantir a segurança alimentar de grandes parcelas da população mundial.

Por todos esses motivos, o primeiro-ministro Martin e eu concordamos na importância de fortalecer o diálogo bilateral e estreitar os laços entre nossos países.

Decidimos estabelecer um Mecanismo de Consultas Políticas entre nossas Chancelarias. Teremos, assim, oportunidades regulares de trocar pontos de vista sobre os principais temas de interesse bilateral e da agenda internacional.

Senhor Primeiro-Ministro,

Aceitei, com muita satisfação, o seu gentil convite para visitar o Canadá no próximo ano, quando daremos seguimento ao importante diálogo que tivemos hoje.

Há quarenta anos, na Segunda Conferência Anual sobre o Desenvolvimento Mundial, o então chanceler canadense, Paul Martin Senior, pai de Vossa Excelência, defendeu a necessidade de dar à América Latina um lugar proeminente nas relações exteriores de seu país.

A sua visita, hoje, é importante passo para cumprir com esse propósito.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega oficial das obras de construção e instalação das turbinas nºs 14, 15, 16 e 17 da Usina Hidrelétrica de Tucuruí**

**Tucuruí – Pará, 25 de novembro de 2004**

Excelentíssimo senhor governador do estado do Pará, Simão Jatene,  
Meu companheiro Alfredo Nascimento, ministro dos Transportes,  
Minha companheira Dilma Roussef, ministra de Minas e Energia,  
Meu companheiro Ciro Gomes, ministro da Integração Nacional,  
Meu companheiro Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da  
Presidência da República,  
Meus queridos amigos diretores da Eletronorte,  
Meus companheiros trabalhadores desta extraordinária obra,  
Secretários de Estado, prefeitos,  
Senadora Ana Júlia,  
Senador Duciomar Costa,  
Senador Luiz Otávio,  
Deputada Ann Pontes,  
Deputado Anivaldo Vale,  
Deputado Asdrubal Bentes,  
Deputado Paulo Rocha,  
Deputado José Geraldo,  
Deputado José Lima,  
Senhor Silas, presidente da Eletrobrás,  
Senhor Roberto Salmeron, presidente da Eletronorte,  
Senhor Percival Pontes, prefeito de Tucuruí,  
Meus amigos e minhas amigas,  
Gostaria de registrar que este é um momento muito especial para o



nosso governo. O Brasil não só está crescendo como já iniciou um ciclo histórico de desenvolvimento sustentado. Mas a verdade é que nenhum país cresce sem energia elétrica.

Ao assumirmos o governo, retomamos as obras da duplicação da Usina de Tucuruí e o resultado está aqui: aumentamos a capacidade geradora de energia do nosso país em 1500 megawates, o que vai beneficiar mais 6 milhões de habitantes.

Como os senhores e as senhoras sabem, estas quatro novas Unidades Geradoras – que estamos inaugurando hoje – fazem parte de um total de 11, que vamos colocar em funcionamento até 2006.

Ao final da obra, Tucuruí vai operar com 8.370 megawates, energia suficiente para suprir 27 cidades do tamanho de Belém, podendo atender muitos milhões de pessoas. Os investimentos até 2006 vão chegar a 6 bilhões e 700 milhões de reais.

E é preciso destacar que a ampliação da Usina emprega, só no canteiro, 2.194 trabalhadores, além de gerar centenas de outros empregos indiretos por todo o país, na medida em que a montagem de equipamentos eletromecânicos é totalmente feita no Brasil.

Esta inauguração se dá num momento em que, felizmente, já temos um novo modelo para o setor elétrico brasileiro, a partir do qual as coisas estão sendo feitas de forma muito bem planejada.

Quero ressaltar que este novo modelo também exige que os novos projetos hidrelétricos sejam oferecidos à licitação com estudo de viabilidade técnico-econômica e licença prévia ambiental concedida.

Tudo isso para evitar o que habitualmente acontecia no Brasil, de se começar um projeto e, no meio da obra, termos que parar porque não havia licenciamento prévio e tínhamos problemas, ora com o Ibama, ora com o Ministério Público Federal, ora com o Ministério Público Estadual.

Agora, vamos trabalhar mesmo que demoramos um pouco mais, para



quando começarmos uma obra, ela já esteja com tudo planejado para que a gente não tenha que paralisá-la no meio do caminho.

Estabelece, ainda, que seja assegurado um contrato de compra de energia aos vencedores dos processos de licitação para atender à expansão do mercado das distribuidoras.

E mais do que isso. O novo modelo respeita contratos, estimula os investimentos privados e também garante que tenhamos, além de segurança no fornecimento de energia, o máximo de eficiência com as tarifas mais baixas possíveis.

É bom e necessário que tenhamos fatura de energia, mas é preciso também que o povo possa pagar a tarifa e as indústrias não percam competitividade devido ao custo da eletricidade.

O preço da energia não pode ser uma barreira para o bem-estar das famílias, nem um obstáculo ao crescimento do setor produtivo brasileiro.

O novo modelo, portanto, protege o cidadão e a cidadã, incentiva as empresas do setor elétrico a fazer mais investimentos, fortalece e garante autonomia para as instituições do setor.

E abre horizontes para que o país cresça, tenha mais empregos e faça uma justa distribuição de renda, que é o principal objetivo do meu governo, e eu acredito ser o sonho de todos nós.

É preciso dizer que a magnitude dessa construção na Usina de Tucuruí, que é a maior obra de infra-estrutura e engenharia em execução no Brasil, não se traduz apenas em pedra, areia e cimento.

A Eletronorte, a Eletrobrás e o Ministério de Minas e Energia uniram esforços para que toda essa enorme iniciativa contribua diretamente para uma melhor qualidade de vida das populações aqui do entorno.

Os trabalhadores de Tucuruí estão engajados em projetos ligados ao Fome Zero, participando de programas de erradicação do analfabetismo, inclusão digital e formação de jovens, entre outros.



A Eletronorte, por exemplo, está atuando junto aos povos indígenas, por meio do programa Parakanã, ajudando-os a resgatar sua cultura e propiciando atendimento nas áreas de saúde, educação, preservação ambiental e apoio à produção.

Minhas amigas e meus amigos,

Acabo de visitar as obras das eclusas de Tucuruí, onde estamos concretizando o sonho de mais de 20 anos da população do estado do Pará. Retomamos as obras em 2004. Estamos investindo, este ano, 70 milhões de reais e quero dizer, aqui neste microfone, para os nossos companheiros do estado do Pará que, se Deus quiser, antes de terminar o meu mandato, estarei de volta aqui nesta região, para que a gente possa inaugurar a conclusão da tão sonhada eclusa que o povo do Pará tanto espera.

São obras como estas, que nos dão certeza de que os apagões e os racionamentos de energia de 2001 e 2002, que causaram graves conseqüências para o consumidor, para a situação financeira das empresas e para o desenvolvimento econômico do Brasil, são agora uma página virada da nossa história.

Não vai faltar energia no nosso país, nem para o consumo atual nem para o ciclo de expansão em que já entramos, e todos nós sabemos, que quando sonhamos com novos investimentos no Brasil, sejam investimentos no capital interno, do empresariado brasileiro ou investimentos trazidos do exterior, nós sabemos que para alguém investir no setor produtivo brasileiro, nós temos que garantir três coisas que são fundamentais: infra-estrutura, e infra-estrutura pressupõe energia elétrica, pressupõe estradas, pressupõe ferrovias, pressupõe aeroportos, pressupõe hidrovias, pressupõe a garantia de que o cidadão que produzir vai ter, primeiro, muita energia para produzir, segundo, vai ter como escoar o seu produto.

Uma outra coisa que as pessoas precisam para investir é mão-de-obra qualificada. Estamos empenhados e começaremos no ano que vem, os



convênios com muitas empresas brasileiras, 500 escolas em parceria com as fábricas, dando aula dentro da própria empresa, ajudando na formação profissional do nosso povo.

Este ano nós lançamos o PROUNI, que foi um acordo que fizemos sobretudo com as universidades filantrópicas e as particulares. E, por conta desses acordos, com alguma isenção de tributos, nós já temos inscritos, meu querido Ciro Gomes, 107 mil novos alunos que vão entrar na universidade para estudar de graça como se fosse um crédito educativo indireto do nosso governo. Possivelmente não tenhamos um outro momento na história do Brasil, em que, em um único ano, fossem criadas 107 mil vagas. Mas do que isso, estamos fazendo 14 extensões de campus das universidades federais, muitas delas existentes nas capitais mais importantes do Brasil. Nós estamos levando extensão para as cidades do interior e, sobretudo, para uma parte da região pobre do país, porque é justo que essas regiões possam ter uma extensão de campus da universidade federal, para que essa região possa se desenvolver e possa também ser uma grande formadora de mão-de-obra qualificada.

E uma terceira coisa que os nossos investidores precisam é, efetivamente, mercado para vender os seus produtos. Quem produz energia tem que vender energia; quem produz carro tem que vender carro; quem produz roupa precisa vender roupa. Para isso é preciso crescer o número de empregos e é preciso crescer a massa salarial. E aqui entram as duas novidades importantes.

No dia 1º de dezembro estaremos completando 23 de meses de governo e vamos terminar o ano podendo olhar na cara de cada um de vocês e dizer: no dia 30 de outubro nós concluímos a geração de 1 milhão, 796 mil novos empregos com carteira profissional assinada, o maior número desde 1992. E mais importante, a massa salarial cresceu nesse período 11,09%; e mais importante, a capacidade ociosa das empresas está diminuindo e nós, hoje, já estamos com 86% da capacidade das empresas ocupada, numa demonstração





clara de que nós estamos perseguindo um modelo de desenvolvimento que possa ser definitivamente sustentável e que não seja o crescimento de um ano e o decréscimo no outro, ou o crescimento em dois anos e o decréscimo nos outros dois. Essa experiência nós já vimos no Brasil. Nós já assistimos momentos de euforia, momentos em que o povo saia para as ruas gritando de euforia, em função de uma determinada medida do governo, e três meses depois esse povo estava chorando o fato daquele programa não ter dado certo ou ter sido uma aventura. Isso nos serviu de lição para que a gente tomasse todo o cuidado possível para garantir que o nosso país tenha um ciclo de crescimento sustentável, que possa durar 10, 15, 20 anos. Até porque eu comecei a aprender as coisas neste país ouvindo os mais velhos dizerem que o Brasil seria um país do futuro.

Faz 30 anos que nós somos um país em vias de desenvolvimento ou um país em desenvolvimento. Eu acho que está na hora de todos nós assumirmos o compromisso de que o Brasil vai passar de um país em vias de desenvolvimento para ser definitivamente um país desenvolvido, participando dos fóruns internacionais, respeitado, como estamos fazendo com que as nossas exportações, mensalmente, batendo recorde atrás de recorde, dando uma demonstração de que o Brasil não tem nenhum medo de competir com qualquer país do mundo.

Eu tenho certeza de que a hora em que o mundo inteiro souber, sobretudo os investidores, que nós estamos inaugurando uma obra que vai produzir mais 1.500 megawates, e aprovamos o marco regulatório do setor energético, que estamos trabalhando com a seriedade – como poucas vezes foi trabalhado neste país – vamos garantir à nossa gente e aos nossos filhos que este país nunca mais sofrerá apagões por falta de energia elétrica, porque este é um bem vital para o crescimento e para o desenvolvimento do nosso país.

Muito obrigado e meus parabéns à companheira Dilma, aos



companheiros da Eletrobrás, da Eletronorte e, sobretudo, aos trabalhadores brasileiros.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido à Sua Majestade Mohammed VI, Rei do Marrocos**

**Palácio Itamaraty, 26 de novembro de 2004**

Rei Mohammed VI, do Reino do Marrocos,

Senhoras e senhores, ministros de Estado e demais integrantes das comitivas do Marrocos e do Brasil,

Excelentíssima ministra Ellen Gracie, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal,

Senhoras e senhores parlamentares,

Senhoras e senhores jornalistas,

Meus amigos e minhas amigas

A presença do Rei do Marrocos no Brasil demonstra a renovação das relações entre nossos países. Vossa Majestade tem sido um defensor entusiasta dessa aproximação.

Temos um compromisso comum com a democratização e a transformação social de nossos países.

Com base nesses valores, Marrocos e Brasil estão forjando uma parceria com olhos postos no futuro. Estou certo de que a visita de Vossa Majestade, a primeira de um monarca marroquino ao Brasil, abrirá grandes oportunidades de intercâmbio e cooperação entre nossos países.

A recente missão multidisciplinar que o Brasil enviou ao Marrocos já



iniciou troca de experiências e conhecimentos em setores cruciais: formação profissional, recursos hídricos, agricultura e habitação popular.

Majestade,

A presença de numerosos empresários em sua comitiva demonstra a determinação de explorar as possibilidades de intercâmbio bilateral.

Esteja certo de que encontrará, de nossa parte, igual empenho. Para isso, missão empresarial brasileira estará brevemente visitando o Marrocos. Vamos nos esforçar para que as próximas viagens de negócios e de turismo entre nossos países possam beneficiar-se de uma ligação aérea direta.

Nosso intercâmbio comercial será mais fortalecido quando contarmos com uma zona de livre comércio entre o Mercosul e o seu país. Demos um primeiro passo nessa direção ao assinarmos o Acordo-Quadro sobre Comércio Mercosul-Marrocos.

Mas os laços que nos unem vão além das relações comerciais.

A agenda de cooperação entre o Brasil e o Marrocos cobre temas centrais para superar os desafios que enfrentam os países do Sul. Continuaremos trabalhando juntos para que os foros multilaterais sejam mais representativos da nova geografia econômica e política internacional.

Estamos genuinamente empenhados em favor da paz, do reforço do multilateralismo e do direito internacional, pilares do mundo mais solidário que queremos construir. É justo que nossa voz seja mais ouvida nas decisões que nos afetam diretamente. Não se podem ignorar as transformações do mundo nos últimos 60 anos. Por isso, defendemos que países em desenvolvimento da Ásia, da África e da América Latina ocupem assentos permanentes num Conselho de Segurança ampliado. Esta foi a posição que defendemos junto com Alemanha, Índia e Japão por ocasião da última Assembléia Geral da ONU.

O Brasil vê, além disso, com bons olhos, a possibilidade de um país



africano e um país árabe fazerem parte do Conselho como membros permanentes.

Sabemos que o caminho para o desenvolvimento passa pela inserção competitiva de nossos países na economia global. Na OMC, a parceria entre o G-20 e o Grupo Africano busca eliminar as distorções comerciais que penalizam os países mais pobres. Por isso, estamos empenhados em que as negociações lançadas em Doha mereçam o título de Rodada de Desenvolvimento.

A firme decisão de Vossa Majestade de privilegiar a vocação atlântica do Marrocos, vem ao encontro da determinação de meu Governo de relançar as relações do Brasil com os povos irmãos da África e do mundo árabe.

A Reunião de Cúpula América do Sul - Países Árabes, em maio do próximo ano, em Brasília, é um marco na aproximação entre duas regiões que querem e precisam se conhecer melhor.

Expresso meu reconhecimento pelo decisivo apoio que seu país vem emprestando à concretização desse objetivo.

A reunião ministerial que o Reino do Marrocos generosamente sediará em Marrakesh, em março de 2005, ajudará a assegurar o êxito desse histórico encontro.

Majestade,

Todos nós brasileiros nos entristecemos e condenamos o insano ato terrorista que vitimou a cidade de Rabat, no ano passado.

Devemos juntar forças e determinação na luta contra um flagelo que não reconhece fronteiras nem os mais elementares princípios da convivência humana. Mas se queremos, de fato, eliminar a violência, devemos atacar, com igual tenacidade, sua causa primeira: a exclusão social

O apoio maciço de líderes mundiais à parceria global que lançamos em



Nova York, em setembro, contra a fome e a pobreza, demonstra que a comunidade internacional compreendeu esse imperativo. Agradeço, de modo especial, o endosso de Vossa Majestade ao esforço de buscar fontes inovadoras de financiamento para o desenvolvimento.

A visita de Vossa Majestade, que muito nos honra, lançou alicerces seguros para as relações entre nossos países. Estou certo de que a Reunião de Cúpula, com o apoio decidido do Brasil e do Marrocos, cimentará e ampliará esse diálogo, aproximando definitivamente regiões ligadas pela história e pela cultura.

É com essa expectativa que convido os presentes a erguerem um brinde à amizade entre nossos povos e à saúde de Rei Mohammed VI, a quem espero ter o prazer de reencontrar aqui, em maio próximo.

Muito obrigado.



**Declaração do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na despedida do secretário de Imprensa, Ricardo Kotscho**

**Palácio do Planalto, 26 de novembro de 2004**

Na campanha de 89, o meu Exército de Brancaleone – eu, ele, o Espinosa, o Graziano – descemos no Aeroporto de Confins e fomos fazer uma baldeação, não é isso? E com o único dinheiro que nós tínhamos, ele queria tomar cerveja e, o que nós tínhamos, só dava para comprar uma porção de amendoim. E eu falava: “Ricardo, para que comprar amendoim?”. Ele falava: “Porque se a gente fica muito tempo sem comer, dá mau hálito”. Então, ele vive mastigando, por isso ele está gordinho assim. Pode fazer um discurso aí, Ricardo.

**Ricardo Kotscho:** Eu nunca falo, hoje tive que falar duas vezes, não é? Eu só queria agradecer, Presidente... A gente se conhece...

**Presidente:** O Ricardo Kotscho tem uma história, que é o seguinte: ele nunca vai embora definitivamente. O máximo que ele consegue fazer é ficar distante um tempo, se reciclar, ir para um spa, fazer um tratamento para ficar mais bonito.

Bem, eu acho que vocês da imprensa, tanto quanto nós, aqui, que trabalhamos com o Ricardo Kotscho há muitos e muitos anos, sabem o que essa figura representa, como homem, como jornalista e como companheiro.

Para mim, como companheiro, é sempre difícil. Eu já não quis fazer despedida para outros. Quando o Grazianinho foi embora... o Grazianinho está comigo desde 1982, parece uma sarna. Essas pessoas vão grudando na gente que nem marisco. E por mais que você balance as pernas, não caem. Vira e mexe, roda, estão de novo junto.



Então, tem uma turma, aqui, que é um pouco isso. O Ricardo Kotscho, eu nunca o vi como assessor de imprensa, eu vi o Ricardo Kotscho como um companheiro de todas as horas difíceis.

O Ricardo é daquelas pessoas que ligam para dar boa notícia todo santo dia, ou seja, ele não pode pegar uma boa notícia que ele quer informar a gente, mas é também o companheiro que se preocupa com os momentos difíceis. Ou seja, se vocês são amigos do Ricardo Kotscho, e num belo dia ele souber que vocês estão com alguma dificuldade, vocês podem ter certeza que ele pode até não ser o primeiro a dar um telefonema, porque o primeiro foi o cara que deu o recado para ele, mas, certamente, ele será o segundo ou o terceiro companheiro a se preocupar com a vida daqueles que estão perto, com a vida dos companheiros dele.

O Ricardo Kotscho, por problemas pessoais, com medo, obviamente, de perder a Marinha, porque está há muito tempo longe de casa, ele fica toda hora reclamando: “a Marinha está com saudade”. Ele quer ir embora, não tem como.

E agora, também, ele me disse que a netinha liga para ele todo dia: “oh, vovozinho, eu te amo”. Mas, ele vai perceber que, quando ele estiver vendo a netinha todos os dias, ela vai falar para ele: “oh, vovô, vai embora daqui”. Ele vai perceber que era melhor ficar com essa saudade. Não quis ficar, vai pagar o preço.

Então, o Ricardo me comunicou: “olha, Presidente, eu estou precisando voltar para casa, eu estou há dois anos longe da Mara e eu acho que está na hora de voltar”. Todo mundo sabe que o Ricardo perdeu a mãe há pouco tempo. A Mara era a nora que era filha, porque cuidava da mãe dele, mesmo doente, como, às vezes, poucos filhos cuidam. Então, acho que é um direito dele voltar para casa. É um direito que ele vá escrever. Eu espero que não seja mais um livro daqueles que nem ele lê. Tem que ser um livro bom, de qualidade, com muitas informações, muitas passagens da vida para contar, muitos ensinamentos para os jornalistas novos que estão começando a sua





profissão. Acho que você tem condições de ajudar bastante.

Agora, Ricardo, eu quero te dizer o seguinte: você vai deixar saudades, porque nem sempre a gente tem com quem brincar. E o Ricardo é daquelas pessoas que, quando a gente brinca, ele nunca se ofende com qualquer brincadeira, qualquer que seja ela.

Eu acho que o Ricardo, todo mundo conhece, é um companheiro catalisador de amizades. Eu duvido que tenha alguém que não goste do Ricardo Kotscho. Pode não gostar por outro motivo, mas pelo tratamento que ele dá às pessoas, eu acho que todo mundo termina tendo um carinho excepcional com o Ricardo Kotscho. O Ricardo vai embora, mas não vai, essa é a verdade, porque o Ricardo é daquelas pessoas que, mesmo estando longe, estará por perto, porque eu tenho certeza que, quando tiver qualquer necessidade, ele estará à disposição para trabalhar de uma forma mais barata do que o salário que ele ganha hoje, aqui, porque será trabalhar de graça, prestar favor ao governo.

Eu confesso a vocês que alguns companheiros meus que vieram para cá, na área de imprensa, não vou dizer das outras áreas, não; mas é muito difícil. Eu não sei se vocês sabem, mas você conseguir trazer um jornalista que habitualmente ganhava num jornal 20 ou 30 trinta mil reais, para vir ganhar 7 mil reais bruto, sem nenhuma propina e sem nenhum contrato terceirizado, não é fácil. Você não tem muita gente carimbada, no Brasil, disposta a fazer esse sacrifício, a não ser por idealismo.

Eu vou citar duas figuras públicas, aqui, o Fábio está aqui, o André Singer não está aqui. Quando você consegue convencer pessoas que poderiam estar numa redação ganhando 30 mil reais por mês, 25 mil, 20 mil, e você convida o cara para trabalhar e ele não pergunta quanto é o salário e chega aqui para ganhar 7 mil, efetivamente esses fazem parte de uma comunidade muito pequena no Brasil, e só muita motivação política pode permitir que a pessoa faça um esforço desses. Além de ficar fora, ficar longe de



casa, longe das filhas, ficar longe, agora, da neta, ficar longe da mulher.

Então, eu acho que todos nós somos agradecidos ao companheiro Ricardo Kotscho pelos bons trabalhos prestados. Se vocês da imprensa, em algum momento, ficaram zangados com o governo, com o Presidente da República, porque não tinham a informação ou porque não tiveram a entrevista que queriam ter, a culpa não é do Ricardo Kotscho, porque não tem ninguém que brigou mais para eu dar entrevistas do que o Ricardo Kotscho; ninguém insistiu tanto para eu dar entrevista coletiva. Se dependesse dele, eu ficaria das 8 horas da manhã às 8 horas da noite, todos os dias, conversando com a imprensa.

De forma que eu acho que vocês também perdem aqui, no governo, não o jornalista, secretário de imprensa, vocês perdem um companheiro. E eu acho que o Ricardo Kotscho vai deixar saudades mas, certamente, ele deixou muitos ensinamentos para vocês, para nós, e para a nossa relação.

Eu acho que ele vai continuar sendo meu consultor, não espiritual. Indiretamente, na hora em que eu precisar, saberei o endereço e o telefone dele. De forma, Ricardo, que isso aqui é uma coisa singela, humilde, da família Silva. Até porque, se nós quiséssemos fazer uma festa, para agradecer por tudo que você tem nos ajudado, ao longo desses 25 anos, seria pouco, nós não teríamos dinheiro nem teríamos lugar para fazer essa festa.

De forma que eu quero te agradecer. Certamente você vai ter muita saudade das brigas com o José Dirceu, certamente você vai perceber que o mau humor da Mara com você vai ser mais duro do que o meu mau humor com você.

Mas, de qualquer forma, eu acho que você vai deixar saudades. Eu não vou colocar uma fotografia tua atrás da minha sala, ali, porque não fica bem.

Eu queria fazer isso aqui, eu não participei de nenhum jantar teu porque não tinha tempo, esses últimos 15 dias foram muito difíceis, muita agenda, muita gente de fora. Eu pensei que o Gilberto ia trazer, no seu último dia, um



uísque para você beber, sinceramente, eu pensei que ele ia quebrar o protocolo. E não tem nenhuma cervejinha, Ricardo, então, vai na base do suco mesmo, faz de conta que era um uísque que você estava tomando aqui.

Quero te agradecer na frente dos teus companheiros da imprensa, te agradecer em nome pessoal, em nome da Marisa, por tudo o que você significa na nossa relação.

O Ricardo, que vive conosco há tantos e tantos anos, que já viu tantas coisas boas e tantas coisas ruins, certamente continuará nosso companheiro de sempre. O Stuckinha deve ficar muito triste com a saída do Ricardo Kotscho, não vai guardar nenhuma fotografia dele. E eu acho que o Palácio do Planalto já está com saudades.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante  
almoço oferecido ao Presidente do Paquistão, general Pervez Musharraf  
Palácio Itamaraty, 29 de novembro de 2004**

Excelentíssimo Senhor Pervez Musharraf, presidente da República Islâmica do Paquistão,

Excelentíssima senhora Sehba Musharraf,

Minha esposa, Marisa Letícia Lula da Silva,

Meu caro José Alencar, vice-presidente da República e sua senhora Marisa Campos Gomes da Silva,

Ministro Nelson Jobim, presidente do Supremo Tribunal Federal e senhora Adriane Jobim,

Senhores embaixadores acreditados junto ao meu governo,

Senhores ministros de Estado,

Senhores integrantes das comitivas oficiais do Paquistão e do Brasil,

Senhores deputados,

Senadores,

Senhoras e Senhores,

A primeira visita de um Presidente do Paquistão ao Brasil permite que países distantes geograficamente e diversos culturalmente descubram afinidades e explorem parcerias.

Dou as boas-vindas a Brasília ao Presidente Pervez Musharraf e sua esposa Sehba Musharraf.

Sua visita oferece a oportunidade de nos conhecermos mais de perto.

Vossa Excelência descobrirá aqui uma nação de grande variedade e contrastes, mas unida na vontade de avançar no caminho do desenvolvimento sustentável, da democracia e da justiça social.



Essas aspirações, estou certo, aproximam nossos países.

Senhor Presidente,

O Brasil acompanha com grande interesse o empenho de Vossa Excelência em fazer prevalecer em seu país e em seu entorno regional uma cultura de tolerância e entendimento na melhor tradição do Islã.

O processo de reconciliação com a Índia, que Vossa Excelência pôs em marcha, juntamente com os governantes indianos, tem as marcas de um homem de Estado. O impacto desse gesto para a estabilidade no coração da Ásia e para a segurança internacional tem sido extraordinário.

Na luta contra o terrorismo, o Paquistão combate aqueles que rejeitam as normas mínimas da convivência e do respeito mútuo, sob a liderança de Vossa Excelência.

No Afeganistão, o Paquistão vem ajudando a reconstruir a sociedade, com admiráveis gestos de solidariedade.

O acordo bilateral que estamos subscrevendo contra o narcotráfico e crimes conexos é indispensável para a repressão de ilícitos que financiam atos terroristas.

No Conselho de Segurança, Brasil e Paquistão trabalham juntos para coibir esse flagelo e fortalecer o multilateralismo e o respeito ao direito internacional.

A participação pessoal de Vossa Excelência no Encontro dos Líderes Mundiais contra a Fome e a Pobreza, em Nova York, em setembro último, expressou uma convicção que compartilhamos, a saber: as raízes do extremismo estão na injustiça política e nas disparidades sociais.

Conto, por isso, com seu continuado apoio para a mobilização global, indispensável para atingir as Metas do Milênio.

O Memorando de Entendimento em matéria de segurança alimentar, que assinamos hoje, demonstra nosso empenho em levar essa solidariedade aos mais necessitados de nossos cidadãos.



Também estamos combatendo a fome e a pobreza na OMC.

Por meio do G-20, nossos governos reafirmaram, na prática, o compromisso com a eliminação dos subsídios que os países ricos concedem aos seus produtos agrícolas.

Juntos, os países do Sul têm tido êxito em fazer com que a Rodada de Doha seja efetivamente uma alavanca para o desenvolvimento. Não podemos esmorecer neste percurso. A liderança e a unidade de países como os nossos devem ser preservadas e mesmo fortalecidas.

Senhor Presidente,

Queremos que nossas aspirações comuns por um crescimento econômico inclusivo e uma cooperação solidária entre as nações marque também as relações bilaterais entre o Paquistão e o Brasil.

Vamos impulsionar o nosso intercâmbio econômico. Ele deve refletir o peso de nossos países, o tamanho e o dinamismo de nossos mercados.

A expansão do comércio bilateral – que duplicou neste ano – é indicativa das grandes potencialidades existentes.

O encontro entre empresários de nossos países, amanhã, em São Paulo, permitirá identificar oportunidades de negócios. A visita de Vossa Excelência à fábrica da Embraer ressalta o compromisso de nossos países com a excelência tecnológica e a competitividade industrial.

Senhor Presidente,

Sua visita ao Brasil reforça minha confiança no futuro de nosso relacionamento e na contribuição que podemos aportar para um ordenamento internacional menos assimétrico e para uma geografia comercial que melhor atenda aos nossos interesses.

Por todos esses motivos, constitui um ponto de inflexão nos vínculos entre o Paquistão e o Brasil.



O mecanismo de consultas regulares que celebramos hoje é garantia de que continuaremos a encontrar formas inovadoras de cooperar em favor dos interesses de nossos países.

É com este espírito de otimismo e de solidariedade que convido todos os presentes a erguer um brinde ao aprofundamento das relações entre Paquistão e Brasil, à felicidade pessoal e à saúde de Vossa Excelência e de sua esposa Sehba Musharraf.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de apresentação do Programa Nacional de Microcrédito  
Produtivo Orientado**

**Palácio do Planalto, 29 de novembro de 2004**

Meu querido companheiro Ricardo Berzoini,

Meu querido companheiro Palocci,

Meu querido companheiro Patrus Ananias,

Meus queridos companheiros presidentes do Banco do Brasil, do Banco  
Popular, do BNB, do Basa,

Companheira Clarisse que está representando, aqui, o Jorge Mattoso,  
presidente da Caixa Econômica,

Silvano, presidente, e Paulo Okamoto, tesoureiro do Sebrae,

Demais dirigentes das instituições públicas do nosso país,

Meus queridos deputados,

Representantes do Ministério do Trabalho, do Ministério da Fazenda,

Meus companheiros e minhas companheiras,

Eu não vou fazer o meu discurso. Eu vou apenas dizer o seguinte: eu  
vinha descendo a escada, cantando, e o Palocci me perguntou porque eu  
estava cantando. Eu estava cantando porque estou alegre.

Eu acho que o dia de hoje é muito significativo. Possivelmente, muitas  
coisas boas que acontecem na nossa vida demoram a acontecer, às vezes,  
vêm de forma muito sofrida. Mas, quando acontecem, é para deixar a gente, eu  
diria, feliz e alegre.

A minha experiência de vida no movimento sindical brasileiro, Ricardo,  
na tua época já foi mais fácil, na do Magela já foi mais fácil, mas quando eu  
comecei a minha vida sindical, os teóricos do movimento sindical, e não eram





poucos, aqueles que escreviam nos jornais, aqueles que eram militantes antigos do movimento sindical – porque em cada atividade sempre tem aqueles que acham que sabem mais do que os outros e dão palpites – quando eu pensei em entrar no sindicato eles me diziam que não era possível porque se eu entrasse eu ia virar um pelego.

A linguagem era exatamente essa: a estrutura sindical é cópia fiel da Carta de Lavoro, de Mussolini, e é um círculo vicioso, ou seja, que não tem saída, então a tendência natural é o dirigente sindical entrar e virar pelego. O Paulo Okamoto é da minha turma, mais novo do que eu, mas sabe que era assim.

Então, era quase proibido imaginar que a gente pudesse mudar alguma coisa no movimento sindical. Na teoria deles não havia espaço para mudança, por conta da CLT, por conta da Lei 4330, que regulamentava o direito de greve.

Então, habitualmente, só pelo fato de querer entrar no sindicato você já era chamado de pelego, antes de entrar. E, aí, não havia uma descrição, Palocci, era assim: a ultra-esquerda ficava fazendo oposição o tempo inteiro, no sindicato, e olha que eu quase fazia parte dela no movimento sindical.

E o que aconteceu de fato? Como surgiu o tal do novo sindicalismo, em 1977? Surgiu exatamente por conta da criatividade de um conjunto de pessoas, uma grande maioria que não tinha nenhuma teoria sindical, eram peões de fábrica mesmo, que foram percebendo que da forma como vinha sendo feito não dava para funcionar, e que era preciso, então, fazer as coisas um pouco diferentes.

E começamos com a grande campanha de 1977, que foi a famosa “campanha da reposição salarial”, em que a gente reivindicava 34,1%, que nos tinham sido sonegados em 1974. Depois, o Banco Mundial divulgou esses números e nós pegamos isso como uma bandeira e começamos a fazer o movimento sindical passar por cima de normas.

Eu tinha um advogado chamado Almir Pazzianoto Pinto, que depois foi



Ministro do Trabalho, e eu vivia discutindo com ele o seguinte: “Olhe, eu não quero advogado para dizer o que eu tenho que fazer. Eu quero advogado para me livrar, depois que eu fizer”. Ou seja, conselho político a gente vai decidir na Diretoria. Quando criar o pepino, aí o advogado vai lá e me tira da cadeia. Porque era um momento difícil, não era o momento que nós vivemos hoje, as pessoas mais novas nem têm noção do que era fazer sindicalismo naquele tempo.

E porque que eu comecei falando de sindicalismo? É porque um conjunto de homens e mulheres muito jovens, de repente, decidiu que estava equivocado o que vinha sendo feito, que era preciso a gente romper determinadas barreiras e fomos rompendo uma a uma, sem dar pretexto de ilegalidade para ninguém. De repente, já em 1978, estava surgindo oposição no Sindicato dos Bancários, que ganhou, e começou a aparecer sindicato combativo no Brasil inteiro, o que determinou a construção das centrais sindicais que hoje existem.

Eu estou dizendo isto porque essa coisa do microcrédito, na minha cabeça, é muito parecida com tudo isso, o sofrimento que nós tivemos, nesses dois anos, para chegar a esse mar de rosas a que estamos chegando hoje, com a constituição do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Porque a verdade é que tinha muita coisa que truncava, não era por maldade de ninguém que está hoje exercendo uma atividade, são os manuais criados ao longo de 30, 40, 50, 60, 70 anos. Às vezes, é mais fácil ler um manual e dizer: pode ou não pode. Se aparece alguma coisa nova, é difícil, o novo não estava previsto. E aí as pessoas têm dificuldade. Então, ao invés de ficar brigando, é preciso todo um trabalho de convencimento, de costura, de mostrar que é possível fazer. Logo no início era para o Paul Singer ter ido para o BNDES, para a gente constituir uma diretoria de microcrédito, depois o Paul Singer foi parar com o Jaques Wagner, no Ministério do Trabalho. Foi constituída uma secretaria para que a gente pudesse orientar a organização dos trabalhadores



com o microcrédito, com cooperativas e com todas as possibilidades que nós pudéssemos ter de tornar o dinheiro mais barato.

Veja, no tempo do Sindicato, eu dizia sempre que tinha adversários que preferiam ficar num bar tomando Coca-Cola e falando da Carta de Lavoro, de Mussolini. Da mesma forma que algum tempo atrás tinha gente que ficava dizendo: “não, não pode ter juro mais barato; não pode ter crédito, porque o pobre não tem acesso à conta bancária”. Mas por que não tem? Porque os manuais dizem que não podem ter? Vamos, aos poucos, mudando esses manuais, vamos reeducar nossa gente. E nós estamos, nesses 22 meses, assinando esta Medida Provisória que, eu penso, consolida a questão do microcrédito no nosso país. Acho que é uma experiência porque muita gente aqui brigou durante muito e muito tempo. Faz um ano que nós constituímos um grupo interministerial, e só não se chegou a uma solução mais rápida porque tivemos divergências, compreensões e incompreensões diferenciadas da coisa e eis que a criança nasceu. A criança nasceu de forma robusta, eu diria, como uma daquelas crianças de quatro quilos e meio, com cinqüenta e um centímetros de comprimento.

E nós, agora, temos que provar porque essa coisa do microcrédito, de cooperativa, não vem de cima para baixo com facilidade. É preciso que agora o povo saiba que existem esses instrumentos que até então não existiam e que eles estão facilitados. E que cada companheiro nosso, gerente do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, do Banco Popular, do BNB, do Basa, esteja preparado para ser uma espécie de educador da nova filosofia de funcionamento de uma parcela muito grande do sistema financeiro. E que os bancos populares, os bancos do povo, os bancos de financiamento cresçam pelas cidades brasileiras para que a gente possa, definitivamente, ao invés de ficar lendo jornal e apenas reclamando das coisas, sair para a prática e fazer acontecer coisas diferenciadas.

Quando a gente falava do crédito consignado, há um ano, parecia uma



coisa impossível. Alguns servidores públicos já tinham, e alguns bancos comprometiam 100% do pagamento do cidadão no desconto. Nós tivemos casos em cidades onde a pessoa não conseguia mais receber pagamento porque todo o pagamento estava empenhado na dívida que ela tinha que fazer.

O que nós fizemos? Estendemos isso para a área urbana, para os trabalhadores urbanos, da iniciativa privada; estendemos isso aos aposentados e limitamos a um teto de comprometimento de salário, porque também não queremos que o trabalhador fique pendurado nisso.

E, companheiro Palocci, companheiro Ricardo, meu querido companheiro Graziano, eu me lembro quando, há uns três meses, essa coisa estava com um “pepino” aqui: não sei quem pensa diferente de não sei quem. Eu falei: “Graziano, olha, missão especial. Junte-se a esses companheiros aí e vamos, definitivamente, resolver” – eu já não agüentava mais ver o pessoal do microcrédito brigar com o BNDES – “vamos resolver esse problema definitivamente”.

E eis que o problema foi resolvido e eu quero dizer para vocês da minha alegria, eu quero dizer para vocês do meu otimismo. Possivelmente, a gente não tenha nenhum grande benefício até o final do ano, porque até as pessoas saberem, até as pessoas começarem a procurar, vai levar um tempo.

Mas eu não tenho dúvida nenhuma que o Sebrae será um parceiro extraordinário na preparação desse microinvestidor, desse microempresário, desse microempreendedor. Eu não tenho dúvida nenhuma de que os ministérios ligados a essa área vão ter um trabalho extraordinário, porque vai ter muito mais gente procurando. É só o povo saber que tem, vocês vão perceber que haverá uma procura imensa, e nós precisamos estar preparados para atender essas pessoas. Pelo amor de Deus, não permitam que daqui a quatro meses a gente encontre gente pela rua dizendo: “eu fui atrás e não tinha”.

Nós temos que preparar a nossa gente para receber o povo e tratá-lo



com o maior carinho. E a gente vai descobrir que esse povo que vai atrás do microcrédito jamais vai quebrar um banco neste país. Quem quebra banco, neste país, são aqueles que vão atrás dos grandes créditos. Porque, para essa gente que vai atrás do pequeno crédito, o único patrimônio que eles têm é o nome deles. E o nome, neste país, vale muito, e o pobre gosta de preservá-lo.

Eu quero dizer, Paul Singer, que este ato de hoje deveria ser uma homenagem a você, um homem que tem dedicado a vida a escrever, um homem que tem dedicado a vida a viajar por este país, tentando orientar “microtudo”. Ou seja, só a sua inteligência é que não é micro, é macro.

Eu acho que isso aqui, Paul Singer, que nós fizemos, é uma coroação de coisas que você, a vida inteira, acreditou, do trabalho dos bancos do povo espalhados por algumas cidades brasileiras; do trabalho do Graziano, da boa vontade do nosso querido companheiro Beca, da vontade dos companheiros do Ministério do Trabalho.

Agora, vocês precisam fazer um outro trabalho. Isto é uma Medida Provisória, e ela foi feita como Medida Provisória porque a gente não vai jogar fora a oportunidade de fazer chegar o dinheiro na mão das pessoas que precisam, porque este é o momento, inclusive, em que pequenos empreendedores estão pensando já no final do ano, já no mês de dezembro, e estão pensando em fazer os seus investimentos. E é preciso fazer um trabalho de conversar com os nossos amigos deputados, para que essas coisas andem o mais rápido possível.

Eu, de qualquer forma, só posso dizer para vocês o seguinte: meus parabéns. Hoje é um dia em que eu vou dormir tranquilo, com a consciência feliz, porque foi mais um passo importante.

Agora, tudo que você citou aí, Palocci, essa relação toda de coisas, é preciso que as pessoas saibam, pelo Brasil afora. Muitas vezes a gente faz uma coisa boa e não comunica, ninguém sabe e, muitas vezes, fica xingando a gente pelas coisas que não fizemos.



Eu acho que hoje foi um marco importante. Se alguém tiver, ainda, alguma medida para criar um microcrédito neste país, ou facilitar para que o dinheiro chegue mais barato à mão do pequeno, por favor, nós estaremos todos receptivos, para que possamos consolidar, definitivamente, uma outra lógica do crédito neste país.

Eu, quando fui, pela primeira vez, na região da Emília Romagna, na Itália, e vi a força das cooperativas, a força do microcrédito, eu fiquei imaginando: por que o Brasil não pode ser assim?

Esses dias eu fui à posse da CNC, a Confederação Nacional do Comércio e lá havia a mesma conversa sobre juros. E eu dizia aos lojistas: “por que vocês não criam uma cooperativa de crédito em cada cidade? Por que ficam atrás dos bancos pedindo para trocar duplicata a 50%? Por que vocês não criam uma cooperativa de crédito, se cotizam e passam a se autofinanciar?” Essa é a melhor maneira da gente reduzir o juro para o crédito ao consumidor neste país. É não precisar dele, é ter alternativa. E a gente construindo esse Pronaf urbano, como o Palocci disse aí, com o Pronaf rural, certamente poucos países do mundo terão a quantidade de dinheiro para microcrédito como o Brasil vai ter a partir deste ato de hoje.

Meus parabéns a todos vocês, parabéns Palocci, parabéns Ricardo Berzoini e, sobretudo, parabéns a vocês que ajudaram a construir essa proposta. Sorte!



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no  
Encontro Nacional dos Prefeitos Eleitos do PT**

**Hotel Blue Tree Park, Brasília-DF, 29 de novembro de 2004**

Companheiros ministros,  
Companheiro João Paulo, presidente da Câmara,  
Meu querido companheiro Luis Ayala, secretário-geral da Internacional  
Socialista,

Meu caro Dionisio Marengo, prefeito de Manágua, da Frente Sandinista,  
Meus amigos e minhas amigas,

Eu, na verdade, poderia, aqui, apenas dar uns conselhos, ou pelo menos alguns (inaudível). Esse é o melhor período dos prefeitos eleitos. Não tem período melhor do que entre a vitória e a posse, porque nesse período vocês têm todo o poder e nenhum problema. Depois da posse vocês terão muitos problemas e pouco poder.

Eu estou dizendo isso, porque o Genoíno tocou nos 13 pontos do Palocci e eu queria dizer para vocês o seguinte: quando a gente ganha, e sempre que eu falo isso é porque me recordo do tempo em que estava trabalhando na Villares, quando a gente fazia um monte de peças boas e apareciam na janela o gerente, diretor de produção, o engenheiro, o chefe da seção. E todos eles eram responsáveis pela peça boa que eu tinha feito. Mas quando a gente estragava uma peça, eu era o único culpado, o único responsável.

Quando a gente ganha, a gente costuma achar que foi só a gente que ganhou. Quando a gente perde, a gente costuma socializar as derrotas. A vitória, nós sempre trazemos para nós. E vocês sabem que eu perdi muitas eleições. Isso é experiência própria. Então, às vezes, um companheiro ganha,



e fui eu quem ganhei. Às vezes ele perde, foram os outros que perderam. Mas sempre estamos procurando uma razão para justificar o nosso sucesso e o nosso insucesso que, às vezes, não é nem nosso, às vezes, é porque o povo, na sua maturidade, não nos elegeu, e a gente tem que respeitar esse gesto democrático do povo, tanto como quando a gente é eleito.

Por que eu estou dizendo isso? Porque governar, eu que já tive o privilégio de participar de atos com prefeitos eleitos do PT, quando a gente só tinha um, que era o Gilson Menezes, ou depois, quando a gente tinha só dois, que eram a Maria Luiza Fontenele, em Fortaleza, e o Gilson Menezes, em Diadema. E eu venho acompanhando as coisas boas e as coisas ruins, as coisas que são possíveis a gente fazer, que não são possíveis a gente fazer. E eu penso que nós estamos tendo uma oportunidade histórica no país, sabendo que a gente aprende desde pequeno que as coisas têm que ser bem feitas; determinadas coisas têm que ser mais que bem feitas, porque senão a gente não consegue fazer.

Eu queria pegar aqui um exemplo de um prefeito que, na época, não era do PT. Como foi que nós passamos em Camaçari, naquela zona? O companheiro Caetano está aqui, prefeito de Camaçari. Eu queria mostrar como é que a história e o ser humano, na política, conseguem dar a volta por cima. Então, na caravana com que nós passamos em Camaçari, o Caetano, na época, não era do PT, era do Pcdob. E eu me lembro que a gente estava com as nossas camisas vermelhas, o Pcdob tinha a dele, e nós a nossa, e o povo falava assim para mim na rua: “Lula, se vocês querem ganhar, por favor, nada de vermelho aqui, porque esse prefeito acabou com Camaçari.” Terminou o mandato do Caetano, eu nunca mais tinha visto o Caetano e, de repente, o Jaques Wagner fala para mim: “O Caetano vai ser candidato a prefeito de Camaçari”. E eu dizia: mas como, o Caetano, aquele que o povo não queria? “É, aquele que o povo não queria.” Pois está aí. Com sorte e tudo Camaçari elegeu Caetano, alguns anos depois, prefeito daquela cidade.





Eu estou dizendo isso porque quem ganhou não é melhor do que aquele que perdeu. E quem perdeu não é pior do que aquele que ganhou. Há circunstâncias. Quem viu o jogo Real Madrid e Barcelona? O Ronaldinho Gaúcho abafou o Ronaldão, o “Fenômeno”. Mas pode não ser todo dia, pode ser que no outro jogo o Ronaldão possa massacrar o Ronaldinho. Na política é exatamente isso, a gente não perde por causa de uma coisa, a gente não perde por causa daquela campanha, possivelmente, ela já estivesse perdida antes. Tem uma série de fatores que a gente não pode tipificar, nem porque a gente ganhou, nem porque a gente perdeu. É preciso que a gente, neste momento, ao invés de pura euforia, ou de cair no baixo astral, nem um, nem outro; a gente deve pensar no que aconteceu para a gente poder dar a volta por cima.

Eu acompanhei a imprensa, Genoíno, e vou passar um detalhe para vocês. Eu vi uma matéria assim: “O PT perdeu a classe média.” E eu fiquei pensando: que classe média “cara pálida?” Vai lá dizer para o Pimentel que nós perdemos a classe média. Vá dizer para o Déda que nós perdemos a classe média. Vá dizer para Luizianne que nós perdemos a classe média. Vá dizer para todos os prefeitos eleitos da capital e do interior que nós perdemos a classe média.

Então, tentam pegar uma circunstância para tentar vender a idéia: “o PT perdeu.” O PT nem perdeu, e nem o PT e o PSDB foram protagonistas desse processo eleitoral, porque principalmente a partir da imprensa de São Paulo se vende a idéia que houve um confronto nacional entre PT e PSDB, e que um ganhou e o outro perdeu. Só para vocês terem uma idéia: PT e PSDB tiveram apenas um terço dos votos na disputa eleitoral por municípios; dois terços estão espalhados por tudo quanto é legenda que vocês conhecem neste país. Algumas que vocês nem conhecem, numa demonstração viva e clara da pluralidade do comportamento eleitoral do povo brasileiro. Portanto, essa coisa é muito mais complicada. O Chico teve um tempo que achou que ia ganhar a



eleição “no mole”, lá em Coronel Fabriciano, e perdeu. Agora, possivelmente ele até tivesse certeza que ganhava. E ganhou. Sabe, essas coisas são assim.

Eu vi aqui o Zezão de Illicinea. O Zezão, eu não sei nem se ele se candidatou. Mas ele ganhou tantas vezes lá que, se não se candidatou, já valeu. Eu estou dizendo isso para chamar a atenção de vocês para o seguinte: o primeiro ano de mandato é o ano mais difícil de cada um de vocês. Aqui tem prefeitos experientes. O Pedro Wilson está aqui; está aqui a companheira Maria do Carmo; está aqui o companheiro (inaudível), os dois foram prefeitos da mesma região. Aqui está o Companheiro Zezão de Illicinea; aqui está a companheira Izalene, de Campinas. Está cheio de prefeitos aqui que ganharam, o (inaudível), nosso companheiro que ficou dois mandatos na prefeitura. E tem outros. O Dedé. O Dedé ficou 20 anos em Icapuí. O povo tirou porque não agüentava mais. Depois de 20 anos, até casal se separa, imagina o povo com o prefeito.

Então, eu acho que é importante ter claro que, no primeiro, vocês vão entrar com um orçamento feito pelo prefeito anterior. E, normalmente, o prefeito anterior não tinha as prioridades de vocês. Então, vocês vão ter que gastar dinheiro que já estava comprometido. E vocês vão ter que começar a construir o gasto de vocês. Eu poderia pegar o melhor exemplo de todos nós, aqui, o companheiro Olívio Dutra, quando foi prefeito de Porto Alegre, em 1988, 1989, até 1992. Os dois primeiros anos do Olívio Dutra foram muito difíceis. Eu chegava ao aeroporto de Porto Alegre, Genoíno, e via o mato tomando conta daquelas calçadas e eu tinha vontade de ir comendo para ajudar o nosso Olívio Dutra. E depois de dois anos, ele foi o único prefeito da história de Porto Alegre que, depois de 157 anos, conseguiu fazer o sucessor na prefeitura de Porto Alegre. Perdemos agora, e daí? Perdemos. O povo quer fazer uma outra experiência. Se a gente souber se comportar, voltamos. Não tem nenhum problema.

Mas o importante é que a gente tenha consciência de que é um ano em



que a gente tem que plantar, construir as nossas alianças políticas, quem vai ser a nossa base de sustentação, quem vai nos ajudar a votar projetos na Câmara. E aqui eu quero fazer justiça ao nosso companheiro João Paulo, presidente da Câmara dos Deputados; quero fazer justiça ao companheiro Aloizio Mercadante, líder do governo; quero fazer justiça à nossa líder no Senado, ao líder na Câmara, ao líder do PT e também aos deputados, porque não é fácil aprovar o que nós fizemos em 22 meses. Se vocês analisarem o que aconteceu nesse Congresso Nacional em 22 meses, possivelmente, se vocês contarem a alguém, a pessoa vai pensar que não é verdade. Aliás, João Paulo, é importante que, num determinado momento, fizessem uma publicação das coisas importantes que foram votadas na Câmara e no Senado. Porque nós votamos a Reforma da Previdência, que muitos de nós, aqui, eu me incluo no meio, achavam que não era preciso.

Agora, que ganharam as eleições, vocês vão ver que precisam. Vão perceber que precisam, porque vão perceber que a gente sempre arrecada menos do que precisa, e sempre tem mais gastos do que a gente imaginava que podia ter. Fizemos a Reforma Tributária, a nossa parte está pronta, falta agora a parte dos governadores, que todo dia criticam o Palocci, criticam os governo federal. Mas a nossa parte nós fizemos, falta os governadores fazerem a parte deles para unificar o ICMS que fazia parte da proposta inicial.

Depois de doze anos engavetada, votamos a Reforma do Judiciário, o que não é pouca coisa, porque quem é advogado, aqui, em algum momento já fez um discurso pedindo a reforma do Judiciário, e ela foi votada.

Votamos a Lei de Falências, que era uma lei extremamente importante para que a gente pudesse começar a dinamizar um pouco mais e moralizar a atividade empresarial.

Aprovamos a Lei de Desarmamento, que era outra coisa que estava “encruada” dentro do Congresso Nacional, e aprovamos por conta da capacidade de articulação das nossas lideranças e da credibilidade que o



companheiro João Paulo tem entre os partidos aliados. Conversar com todo mundo, discutir com todo mundo, essa foi uma coisa excepcional e vocês vão precisar disso na Câmara. Vocês vão perceber que nem todo mundo é tão amigo da gente, e você deve fazer com maestria, porque nós já aprendemos a fazer. Nós já fizemos isto em muitos lugares e deu certo. Então, eu acho que este é um desafio que está colocado para vocês.

Da parte do governo federal, eu posso dizer aos nossos prefeitos que vocês nunca tiveram na vida um Presidente tão municipalista como este que vos fala. Eu sei que o Marcelo ia falar isso aqui, não falou, então deixa eu falar. Neste país, o governo federal não tinha o hábito de receber prefeitos, nenhum prefeito do PT foi recebido em manifestações públicas por algum presidente da República, mesmo os mais velhos. Eu me lembro que uma vez jogaram a polícia e cachorro policial em cima de prefeitos. No nosso governo, não apenas o Presidente da República, mas este plenário aqui, tão lotado quanto está agora, já recebeu a mim e a todos os meus ministros, para fazermos debates com os prefeitos, aqui, e discutirmos as reivindicações dos prefeitos. E no último encontro que houve em março, eu tive o prazer e a alegria de receber, de ouvir o discurso dos presidentes das entidades que representam os prefeitos deste país, e nós, no primeiro ano, atendemos a 90% da pauta de reivindicação entregue a nós. Inclusive com a reforma tributária passando mais recursos para as prefeituras. E isso nós vamos continuar fazendo.

Vejam, nós criamos, o José Dirceu... alguém anunciou o Trevas aqui, ele foi muito aplaudido. É porque nunca teve, neste país, na Casa Civil da Presidência da República, um companheiro para cuidar só dessa questão de prefeito. Nunca teve uma articulação com companheiros, como a do companheiro Aldo. Nunca teve na Caixa Econômica Federal uma sala para atender prefeitos. Por que nós fazemos isso? É porque nós achamos que não é possível um prefeito sair da sua cidadezinha do interior como saiu, há muito tempo, e ficar perambulando de Ministério para Ministério sem ter ninguém



para atendê-lo. Ele, agora, vem se quiser, e se vier vai ter bem atendido. Se não quiser pode telefonar para o Aldo, pode telefonar para o Trevas, pode telefonar para a Caixa Econômica, que haverá sempre alguém. Além de uma coisa que nós criamos, uma reivindicação histórica, que foi o Ministério das Cidades, porque antes as cidades estavam perdidas na Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

Então, eu penso que se vão ter dificuldades naturais, vocês vão perceber que, do ponto de vista da relação institucional com outro ente federativo, vai mudar muito, porque essa é uma cultura nossa e nós não queremos abrir mão dela. E, ainda, uma coisa mais importante, porque quando o prefeito não consegue fazer uma coisa, ele culpa o governo do estado, o governo do estado culpa o governo federal e nós não temos a quem culpar. Então, nós temos que ser parceiros para não se autoculpar, aqui. Se não dá, não dá. E nós, nesse negócio, somos duros. Eu não posso ser duro com o meu vizinho, se eu não sou duro e honesto dentro de casa.

E aqui os companheiros que são prefeitos sabem que não tem quebra galho. Ou pode fazer ou não pode fazer. Porque uma falha nossa será explorada à quinta potência do que seria explorada num governo de outro partido qualquer. Por isso nós primamos pela seriedade nesse nosso relacionamento. Você, Moema, vai ser tratada com deferência aqui, porque durante tantos anos você foi a musa das nossas campanhas em Salvador, e nós vamos tratá-la com uma certa deferência, aqui, em Brasília, até porque você tem o Jaques Wagner para lhe receber e atender bem

Mas eu quero dizer que vocês serão tratados com carinho, com respeito, não apenas porque são companheiros nossos, mas porque são prefeitos e nós respeitamos as cidades brasileiras. São nelas que estão os grandes problemas de habitação, de educação, de saúde, do transporte. Não é na Presidência da República. Então, ser fiel a vocês, trabalhar em parceria com os prefeitos, é uma obrigação do governo federal e, graças a Deus e a esse conjunto de



ministros aqui e companheiros, nós estamos recuperando essa primazia das prefeituras serem levadas em conta na sua relação com o governo federal.

A segunda coisa, eu queria que vocês olhassem para esta mesa aqui e vissem o seguinte: nesta mesa, aqui, tem um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze companheiros saídos do movimento sindical. Eu duvido que em qualquer outro momento da história da humanidade no século XX ou XIX tenha um país com tantos sindicalistas que chegaram a governar um país tão importante como esse.

Eu estou contando na mesa, mas sem contar com um tanto de vocês aí que passaram pelos mais diferentes setores. Alguns advogados como o Greenhalgh, alguns, assessores econômicos, como Aloizio Mercadante. Muita gente trabalhando neste país, ou seja, não é o Lula que tem que dar certo ou dar errado; o Lula que tem que fazer ou não tem que fazer. O que nós temos que provar é se nós temos competência para fazer tudo aquilo que ao longo dos últimos 30 anos nós acalentamos, junto ao nosso povo, que a gente seria capaz de fazer. É isso aí, meu caro Lindberg, porque cada um tem uma tarefa, cada um tem uma coisa para fazer na sua rua, na sua cidade, no seu local de trabalho. Do ponto de vista do governo federal, o José Dirceu já falou, o João Paulo já falou, eu só queria dizer a vocês uma coisa, a quem tem conversado comigo, aqui, ultimamente, eu tenho dito: “olha, eu só tenho motivos para estar tranquilo.” Eu, primeiro, tenho consciência de cada compromisso assumido, tenho consciência das dificuldades de fazer as coisas, mas tenho consciência do tempo em que as coisas têm que acontecer. Eu não quero nem fazer estudos com os últimos quatro anos do governo passado. Eu tomei uma decisão na vida de que eu não ia tomar posse e ficar criticando o governo passado. Eu fui eleito para governar, eu só tinha quatro anos, é muito pouco, eu não queria perder tempo criticando o outro. E se vocês quiserem um conselho, aceitem este: quatro anos passa muito rápido. Quando vocês menos esperarem, já terá alguém na orelha de vocês fazendo oposição ou dizendo



que foi melhor que vocês. Então, tem que trabalhar. Graças a Deus, se tem um homem na face da terra que pode dizer que tem orgulho com os seus ministros, sou eu. Eu tenho orgulho de cada um dos meus companheiros, os do PT e os que não são do PT; os aliados e os não-aliados, porque esses meninos trabalham, eu diria, 24 horas por dia, trabalham até mais que 24 horas, trabalham muito. E as meninas também.

Então, eu estou certo que nós vamos fazer tudo que nos comprometemos a fazer. Sabe, a economia vai crescer bem. Ah, vai crescer bem melhor do que em 70. Eu acho que o emprego vai voltar a acontecer, as coisas estão sendo feitas, e as coisas feitas, hoje, não amadurecem para hoje. Você tem que colher amanhã, depois de amanhã, daqui a alguns dias, mas a história deste país, eu duvido que, em algum momento, tenha havido a quantidade de crédito à disposição do povo mais pobre do que tem hoje. Hoje mesmo acabamos de assinar uma Medida Provisória, que o João Paulo Persa não vai reclamar, para ajudar a fortalecer o microcrédito até 5 mil reais.

É importante lembrar que 80% do crédito de consumo neste país é por conta do empréstimo consignado que nós fizemos com desconto em folha. Dos aposentados, já saíram quase 1 bilhão e 900 milhões, de aposentados que antes tinham que ir à Caixa Econômica penhorar o seu relógio e sua aliança. Hoje, ele pode ir num banco e pegar um empréstimo e pagar, no máximo, 30% do seu salário por mês.

Então, eu tenho desafiado as pessoas a abrirem cooperativas de crédito, porque esse negócio de ficar chorando que o juro do banco é alto, o juro do banco é alto porque a gente vai atrás. Eu, de vez em quando, fico olhando uma pessoa de classe média reclamando: “Ah, porque o cartão de crédito está 12%”. Por que usou o cartão de crédito? Não tinha consciência. Não usasse o cartão de crédito. Se não usasse, não teria os juros de 12% ou 13%. Então, essas coisas nós estamos fazendo.

Olha a cara do Palocci. Sabem, o cara mais tranqüilo que nós temos,



sabendo que nós pensamos, não as mesmas coisas, nós pensamos 99%, mais ou menos, iguais. Somos diferentes na maneira de falar; temos diferenças no bigode, mas no compromisso com este país, nós parecemos uma quinta sinfonia de Beethoven, muito afinados, muito bem certinho. E isso, obviamente, deixa muita gente nervosa, porque, afinal de contas, esses rapazes aí entraram e não era para eles darem certo. Por que estão dando certo? Colocaram uma mulher de ministra das Minas e Energia. Aqui é lugar para homem. Colocar a doçura da Marina no Ministério do Meio Ambiente? Não é possível!

As coisas estão funcionando cada dia melhor e cada dia eu tenho mais motivos de orgulho. De vez em quando vocês sabem que tem problemas, tem divergências. Mas isso, quem não tem? Quem já não teve, dentro de casa uma desavençazinha? Do PT eu não falo, porque tem muitas. Agora, essas desavenças são próprias do nosso experimento democrático, do nosso experimento de exercitar essa coisa, a democracia, que é muito complicada, mas não tem nada melhor. É o que tem de melhor. E aí, toda essa política interna que o José Dirceu falou, que o João Paulo falou, tem muito mais coisa para acontecer. São muito mais coisas que, muitas vezes, vocês nem lêem na imprensa.

Estão lembrados que nós, durante a campanha, fizemos uma disputa da plataforma de petróleo, que nós dizíamos que podia ser feita, aqui, e os adversários diziam que não podia ser feita aqui. Então, está sendo feita 100% nos estaleiros brasileiros. Ninguém discute mais isso. E tem muitas outras coisas que vão acontecer. O que esses companheiros têm trabalhado. Os companheiros das secretarias, da Pesca, da Igualdade Racial, as mulheres, aqui.

Vocês verão o anúncio do programa de mulheres, que vai ser anunciado no dia 5 de dezembro, não sei se é isso. Duvido que em algum momento da história do Brasil, já tenham sido colocadas tantas coisas, e a participação das mulheres como nós vamos fazer. Não é por causa do Presidente da República,





não é por causa do Presidente do PT. É porque foram feitas conferências das mulheres nos 27 estados e nas principais cidades. É o resultado. É a colheita de um trabalho muito coletivo.

Pela primeira vez a gente está reconhecendo os quilombos. Não só dando a terra, mas levando as coisas para os quilombos: educação, saúde, eletricidade. Não é Dilma?

Então, as coisas estão, eu diria, no ponto. Nem muito e nem menos. Ainda não chegamos. Vai começar o segundo tempo do jogo. O adversário deve estar discutindo como se comportar no segundo tempo. E nós, por enquanto, estamos preocupados com a nossa tática. O que nós vamos fazer, como vamos fazer, sem nunca perder a ternura, João Paulo. Nós não temos que ficar nervosos por nada. Não temos. As coisas têm que acontecer e vão acontecer. O Brasil está preparado para isso, e para que nós chegássemos a isso, nós consolidamos uma relação internacional como jamais o Brasil conseguiu sedimentar. Uma política internacional baseada no companheirismo. Nós precisamos, primeiro, recuperar a nossa relação com a América do Sul porque, embora estejamos muito próximos, nós disputávamos entre nós. Muitos países da América do Sul vêm no Brasil um país imperialista, por causa da história, porque nós sempre ficamos voltados para a Europa e não para cá, sempre para os Estados Unidos e não para cá. Vamos reconstruir.

É uma relação de confiança. Tinha que pintar uma química entre os presidentes. Eu viajei para todos os países da América do Sul e todos eles vieram aqui. Depois fomos reconstruir com a África, fomos reconstruir com o mundo Árabe. Sabem qual foi a última viagem feita por uma autoridade brasileira para o Líbano? D. Pedro, em 1876. E nós fomos construir isso. Olha para o mapa do mundo que não só tem a América do Norte não, tem ali a América do Sul. Está vendo aquele negócio ali? É o Brasil.

Foi essa relação de confiança que possibilitou a gente chegar onde chegamos hoje. Uma relação, eu diria, de boa para ótima. Uma relação em que



a gente pode consolidar. Uma coisa que eu aprendi no movimento sindical. Isso não foi de nenhum curso de sociologia na USP, isso foi o sindicato. Para que a gente tenha força nas negociações com os mais fortes, nós temos que juntar as pessoas mais ou menos iguais a nós. As chamadas economias emergentes.

Então, vamos estabelecer políticas de complementariedade com a África do Sul, com a China, com a Índia. Vamos tentar estabelecer essa relação. No que nós podemos ajudar vocês e no que vocês podem nos ajudar? Lógico que não é simples assim.

Eu diria que, hoje, eu estou satisfeito com o que tem acontecido no governo. Hoje mais do que nunca. Hoje eu estava cantando. O Palocci disse: por que você está feliz? Eu falei: eu estou feliz. Não há razão para a gente estar feliz? Vocês vão perceber amanhã, a economia vai continuar crescendo, o emprego vai continuar crescendo, vocês vão perceber que a nossa dívida vai continuar caindo. Não na pressa com que a gente gostaria, mas no tempo em que a gente pode fazer.

É por isso que quando vocês andarem pelo mundo, vocês vão sentir o orgulho que se tem pelo Brasil. É porque o Brasil (inaudível) relação com os parceiros, porque o grau de companheirismo...

Olha, não faltará, da nossa parte, apoio, não aos prefeitos do PT, às prefeituras brasileiras, naquilo que a gente puder fazer. Estejam certos disso. Estejam certos de que nenhum ministro deixará de receber os prefeitos brasileiros com o carinho que eles precisam. E não tenho dúvida nenhuma de que vocês haverão de ter, a cada dia, mais orgulho de um dia terem acreditado que era possível a gente ganhar a Presidência da República neste país. Podem ter certeza disso.

Muito obrigado e boa sorte a vocês.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
abertura da reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas**

**Palácio do Planalto, 30 de novembro de 2004**

Não precisam se assustar, porque não vou ler tudo isso aqui, não.

Meu querido companheiro ministro Eduardo Campos,

Minha querida companheira Marina,

Meu caro companheiro Pinguelli,

Companheiros e companheiras do Fórum,

Entidades convidadas, que estão aqui participando,

Meu caro Fábio Feldman, ex-secretário executivo,

Eu quero apenas, Pinguelli, com essa vocação da auto-estima que eu ando ultimamente, dizer para você que essa tarefa que você assume agora é, possivelmente, mais nobre do que aquela que você assumiu na Eletrobrás. E por que mais nobre? Porque essa é trabalho gratuito. E porque nessa você não tem um chefe ou vários chefes diretos. Nessa, você tem um conjunto de pessoas representativas da sociedade, onde vocês vão discutir e aprofundar as divergências, porque num Fórum como esse não pode ter temas proibidos.

As divergências, se forem discutidas de forma civilizada e democrática, obviamente terão resultados positivos. Se forem discutidas de forma desastrada, não trarão nenhum resultado. E você, como ninguém, está preparado para coordenar essa discussão.

Eu digo coordenar porque embora o Presidente da República seja o presidente do Fórum, na maioria das vezes quem vai participar é o Pinguelli, falando em meu nome, porque nem sempre eu vou poder participar.

Mas eu quero dizer algumas coisas para vocês. O Proinfra foi um modelo e uma experiência que nós já fizemos e lançamos, no outro salão do



Palácio do Planalto, como uma primeira experiência bem-sucedida de energia eólica, de biomassa, para que a gente possa ir adquirindo tecnologia e provando que é possível ter um outro tipo de energia que possa atender à necessidade de escala de produção do país sem precisar fazer, de forma desordenada, o que foi feito no século passado e nesse começo de século, e que ainda continua sendo feito no Brasil e, possivelmente, ainda venha a ser feito por algum tempo.

Na medida em que a licitação e os contratos derem os resultados que nós esperamos, poderemos ter a certeza de que, definitivamente, encontramos um caminho para fazer novas licitações, novas propostas, novos contratos e, quem sabe, produzir muito mais energia limpa, como se diz.

A segunda coisa é que eu, particularmente, estou convencido, talvez os companheiros da Petrobras, não sei se o Ildo é simpático, não sei se o Tolmasquin é simpático, mas a verdade é que o Brasil, pelas suas condições geográficas, tem possibilidade de fazer o que outros países não podem fazer.

Nós vamos lançar agora, me parece que no dia 6 de dezembro, o programa de Biodiesel, que visa atender a duas coisas importantes: primeiro, provar que o Brasil tem condições de ser um grande exportador de petróleo e não um consumidor do petróleo que ele próprio extrai; e que o Brasil pode utilizar biodiesel nas suas termoelétricas em vez de utilizar o óleo diesel; segundo, um programa que tenha uma função social muito grande, porque a idéia de lançamento do projeto de biodiesel, no primeiro momento, já que se tem acordo com a indústria automobilística de 2% de utilização de biodiesel e, obviamente, nós caminhamos para, num futuro muito próximo, ter carro totalmente a biodiesel, caminhão totalmente a biodiesel, sem precisar mais utilizar o óleo diesel. E eu acho que a gente caminha para isso rapidamente. Eu já tive oportunidade de visitar a indústria automobilística que está produzindo carros a biodiesel e no Brasil nós não temos diesel. Somos importadores de petróleo por conta do diesel que nós precisamos.



E essa experiência nós vamos fazer primeiro no Nordeste brasileiro, na chamada região do Semi-árido, tentando aproveitar a mamona. E vamos, num segundo momento, concomitantemente, fazer na região Norte do país para aproveitar o dendê, para aproveitar aquelas coisas que podem dar resultados numa determinada região. Nós estamos preocupados, porque na discussão que fazemos há uma tendência natural das pessoas de já quererem produzir em grande escala e já quererem produzir da soja. Se isso for permitido, no primeiro momento, adeus pequenos produtores e adeus agricultura familiar que nós queremos privilegiar num primeiro momento. Nós temos vários estudos, a Embrapa tem se dedicado a estudar para ver se é possível a gente utilizar a massa da mamona como ração, e eu acho que nós vamos dar um passo importante, não apenas para as necessidades do Brasil, mas para as necessidades do mundo.

Vocês sabem que o álcool como combustível era uma coisa que estava ficando fora de moda no Brasil. Nós chegamos a ter, nos anos 90, quase 90% de carros a álcool; depois nós chegamos praticamente a zero e agora nós voltamos, e voltamos com novidades. Primeiro, porque a indústria automobilística brasileira está sendo motivada a produzir não apenas o carro a álcool, mas o carro que pode ser a álcool, pode ser a gasolina, pode ser a gás, pode ser a biodiesel, que é a nossa esperança. Mas, ao mesmo tempo, nós estamos de olho no Protocolo de Quioto, nós estamos de olho nessa coisa bonita chamada crédito de carbono. Parece que vai ter uma experiência, que Nova Iguaçu foi a cidade brasileira que teve o primeiro projeto aprovado. Vamos ver quando é que vai sair este primeiro projeto. Porque eu penso que, se nós conseguirmos convencer uma parcela significativa do mundo – estamos discutindo muito com os japoneses que agora começam a utilizar 3% de etanol na gasolina – eles podem aumentar um pouquinho, ao invés de 3%, 5%; depois, ao invés de 5, 10. Estamos tentando convencer outros países, por exemplo, como a França, que já está utilizando, hoje, uns 5% de biodiesel; a



Alemanha que já está usando bastante biodiesel; os Estados Unidos que produzem etanol de milho, para cada litro de etanol, três quilos de milho, quase o triplo do nosso etanol. Nós estamos tentando convencer essas pessoas nos fóruns internacionais de que os países em via de desenvolvimento, sobretudo na América Latina e países africanos, podem ter nessa nova matriz energética, nessa nova fonte renovável de produção de energia, possivelmente, a chance de atingir, no século XXI, um padrão de desenvolvimento que possa significar melhoria da qualidade de vida desta parte pobre do mundo.

E eu acho que quando vocês estiverem discutindo aqui, vocês não têm que ter veto às coisas que vocês têm que propor. Que vai ter divergência, vai. E aqui eu quero aproveitar para fazer justiça à nossa querida companheira Marina, que termina sendo a vítima de todas as coisas que deixam de acontecer no Brasil, porque se uma estrada não sai no tempo certo, a culpa é do Ministério do Meio Ambiente ou do Ibama; se dá licença, a culpa é deles; se não dá licença é culpa deles. Muitas vezes as pessoas fazem as críticas até sem saber de quem é a culpa verdadeira. Porque quando nós democratizamos as instâncias de deliberação, temos acordo entre o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama, o Ministério Público Federal e lá no município o representante do Ministério Público embarga uma obra e ela não acontece de jeito nenhum. Mas quem é publicamente xingada é a Ministra do Meio Ambiente ou é o cidadão do Ibama quando, na verdade, falta um pouco de consciência de preservação ambiental no nosso país.

O ministro Tarso Genro teve que ir embora, mas nós temos que entender, de uma vez por todas, que o sucesso que nós precisamos ter está intimamente ligado ao processo educacional que a gente der às nossas crianças, na escola; ao processo que a gente conseguir passar pelos meios de comunicação e que pode ser até gratuito, porque se fala tanta coisa na televisão ou no rádio, porque não se pode falar um pouco de coisas que interessam ao conjunto da sociedade, coisas que o Fórum pode propor, viu,



Pinguelli? Eu acho que haverá sempre boa vontade das pessoas em fazerem as coisas.

Nós não podemos achar que já temos inimigos antes de conversarmos com as pessoas. Eu acho que se vocês conseguirem estabelecer um novo padrão, não apenas de produção das propostas, mas de encaminhamento das soluções, eu penso que a gente pode avançar muito.

Eu vejo essa reunião como um recomeçar, como diz a música do Ivan Lins: “começar de novo”... Ou seja, não adianta ficar chorando o tempo que a gente ficou parado ou o tempo que funcionou antes da gente. Nós temos que fazer o seguinte: o que vamos fazer daqui para a frente? O que nós já temos de acúmulo e o que é preciso fazer? Sabendo que tem momentos de muita discussão, que tem momentos em que a gente tem que negociar, que as coisas não acontecem do jeito que a gente quer. Vide o Projeto de Biossegurança que o governo enviou para o Congresso Nacional, em outubro do ano passado, o tempo que ele demorou para ser votado. Ainda não foi votado e não sei quando vai ser votado, e a polêmica que estava acontecendo anteriormente, em outubro, voltou agora para o Plenário da Câmara.

Tudo isso é muito difícil mas, também, tem que ser entendido como um exercício de conscientização, um exercício de convencimento. Quando nós fomos à Amazônia inaugurar uma estrutura do Ministério do Meio Ambiente para termos, em tempo quase real, o controle das queimadas, na teoria parece que tudo funciona bem, mas na prática as coisas demoram mais, a gente não consegue fazer.

Eu já vi o Roberto Rodrigues brigando com a Marina pelos jornais, um dizendo que o desmatamento era por conta do gado, outro dizendo que o gado vai depois do desmatamento.

Ou seja, todas essas coisas só vão ser resolvidas se nós conseguirmos colocar em prática, na medida em que tem oito ministros participando do Fórum, o Presidente da República e todos vocês, se a gente criar aquilo que a



Marina denominou, no governo, como “transversalidade”; se nós conseguirmos fazer com que o governo não continue sendo um governo que, de um lado, dá com uma mão, e, de outro lado, tira com a outra mão; o mesmo governo que autoriza é o mesmo governo que proíbe; o mesmo governo que pede para alguém dar licença prévia, mas faz uma lei tão rígida que condena, se o cidadão der a licença prévia e cometer algum equívoco... então, ele não dá a licença prévia. E, aí, vale para a Anvisa, na área da Saúde, vale para uma série de coisas em que o Estado permite com uma mão e diz não com a outra.

Então, isso vai mudar se vocês estabelecerem aqui, Pinguelli, uma discussão que possa ser vista assim: nós somos formuladores de políticas, não para o governo Lula, nós somos formuladores de políticas para o Estado brasileiro. E como formuladores de políticas, nós apresentaremos ao Poder Executivo, mas também à sociedade civil, ao Congresso Nacional, aos fóruns internacionais, porque senão as coisas demoram muito para evoluir.

Tem muitas coisas que se delibera em fóruns internacionais e depois da deliberação há um processo de involução, porque não interessa economicamente a determinados grupos, não interessa a determinados países. Sempre se joga a culpa em cima dos países em vias de desenvolvimento. E é uma briga política. É uma briga política que nós temos que fazer sistemática e diariamente, em todos os fóruns dos quais nós participamos.

Eu quero, Pinguelli, dizer para você o seguinte: eu quero que você tenha na Secretaria Executiva, primeiro, a determinação que é da sua formação, que é da sua origem e que quem o conhece sabe que você é um homem que gosta de muitas e boas brigas. E eu acho que este fórum não tem que ser uma coisa... Neste fórum é importante que vocês se sintam bem, este fórum não pode ser dócil com o secretário-executivo; dócil com o Presidente da República; este fórum é da sociedade civil, que está aqui para dizer claramente o que pensa, com todas as letras, sabendo que as divergências terão que ser feitas de um jeito que não sirvam para afastar ninguém: “eu não vou mais ao





fórum; eu estou desgostoso; eu não gostei daquela reunião; o Pinguelli é um chato; o Tolmasquin é muito alto, se me der um 'cocorote' aqui"... Eu acho que vocês têm que se sentir totalmente à vontade.

A única coisa que eu posso dizer para vocês é o seguinte, meus companheiros: eu penso que nós temos uma chance ímpar, hoje, na nossa relação com outros países do mundo, e precisamos saber tirar proveito dessa chance. Há um momento político, nesse mundo globalizado, em que o Brasil se inseriu com uma certa força e acho que se a gente agir com muita simplicidade, com muita humildade para que ninguém diga que o Brasil quer ter uma relação hegemônica com outros países, nós poderemos avançar e conquistar muitas coisas. Hoje, quando o Brasil fala uma coisa, já não é mais o Brasil sozinho. Toda vez, quando nós falamos uma coisa, trazemos o G-20 conosco. Nós trouxemos vários outros países da América Central que, até então, pareciam países satélites dos Estados Unidos e que hoje estão procurando o Brasil para discutir conosco outro tipo de política, seja na OMC, seja na ONU. E nós precisamos tirar proveito disso. Quanto mais lúcidos nós formos e quanto melhores forem as nossas propostas, mais nós temos chances de emplacar as nossas políticas junto a outros países.

Pinguelli, da minha parte, meu querido, você terá todo o apoio, espero que não lhe falte nada para que você possa exercitar a secretaria-executiva. E uma coisa, Pinguelli, para a qual é preciso ficar atento: todos os ministros, todos, sem distinção – o Presidente pode até, em algum momento, não comparecer, será compreensível – mas todos os ministros que fazem parte do fórum têm obrigação de comparecer; se não comparecerem, têm que ter um motivo altamente justificável, porque senão fica assim: você coloca oito ou dez ministros, e quando há reunião não aparecem ou, muitas vezes, mandam substitutos. Então, por que nós os colocamos? Têm que vir pessoalmente, porque se o ministro estiver presente, ele dará mais força, dará mais credibilidade ao fórum, dará mais ânimo às pessoas que estarão participando e



as decisões poderão ser melhor discutidas no do âmbito do governo.

Muito obrigado a vocês pela participação e boa sorte, companheiro Pinguelli.